

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

10911
330.34
A 663t
TES/MEM

**A TEORIA DA DEPENDÊNCIA
ENQUANTO INTERPRETAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO
CAPITALISTA NAS FORMAÇÕES SOCIAIS PERIFÉRICAS:
AS VERSÕES DE CARDOSO E MARINI**

ELIZEU SERRA DE ARAUJO

Uberlândia

SISBI/UFU



1000201234

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

**A TEORIA DA DEPENDÊNCIA
ENQUANTO INTERPRETAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO
CAPITALISTA NAS FORMAÇÕES SOCIAIS PERIFÉRICAS:
AS VERSÕES DE CARDOSO E MARINI**

ELIZEU SERRA DE ARAUJO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho.

Uberlândia

2001

39609

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Biblioteca

0068-78960

D

SISBI/UFU

201234

ex. 1

FU-00011812-9

FICHA CATALOGRÁFICA

A663t

Araujo, Elizeu Serra de.

A teoria da dependência enquanto interpretação do desenvolvimento capitalista nas formações sociais periféricas : as versões de Cardoso e Marini / Elizeu Serra de Araujo. - Uberlândia, 2001.
132f.

Orientador: Niemeyer Almeida Filho.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Pós-Graduação em Economia.

Bibliografia: f. 127-132.

1. Dependência - Teses. 2. América Latina - Dependência - Teses. 3. Capitalismo - Teses. I. Universidade Federal de Uberlândia. Curso de Pós-Graduação em Economia. II. Título.

CDU: 330.34

**A Teoria da Dependência enquanto Interpretação do Desenvolvimento Capitalista
nas Formações Sociais Periféricas: as versões de Cardoso e Marini**

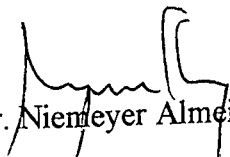
Elizeu Serra de Araujo

Dissertação defendida em 22 de março de 2001 e aprovada pela banca examinadora
constituída por:

Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho – Orientador

Prof. Dr. Carlos Alonso Barbosa de Oliveira

Profª. Dra. Vanessa Petrelli Corrêa


Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia

*À memória de meu pai,
Boaventura Gomes de Araujo,
e à minha mãe,
Vitoria Serra de Araujo,
vencedores,
mestres por excelência.*

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, a Deus – pela vida e por todas as condições que me proporcionou para chegar ao fim desta etapa e para a realização do presente trabalho.

À minha mãe, que, com carinho, se desdobrou sobremaneira para que a tarefa fosse o mais agradável possível.

Aos meus irmãos e demais familiares, pelo apoio e estímulo.

Ao professor Niemeyer Almeida Filho, que, com a melhor boa vontade, assumiu a orientação desta dissertação. Sua disponibilidade, o incentivo permanente, aliados a sua argúcia e inteireza intelectual, tornaram o processo de elaboração muito mais agradável.

Aos professores Vanessa Petrelli Corrêa e Edilson José Graciolli, que integraram a banca de qualificação e fizeram sugestões muito úteis para o aprimoramento do projeto.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Economia.

A Vaine e Rejane, secretárias do Programa, pelo apoio permanente.

A Valdenice e Ana Paula, funcionárias do Setor de Referência da Biblioteca, pela excelente disposição para atender às muitas solicitações de material bibliográfico.

A Reinaldo Carcanholo e Marcelo Sampaio Carneiro, que leram o projeto e fizeram valiosas sugestões.

Ao Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão, pela oportunidade que me assegurou para realizar a presente qualificação, e aos colegas e funcionários, pela amizade.

À Divisão de Capacitação Docente da UFMA, especialmente a Júlia Maria Rocha, pela eficiência e disponibilidade.

Aos amigos, pela torcida e estímulo.

A Sístina, que, embora distante, acompanhou todos os passos desta caminhada. Seu carinho foi fonte de inspiração permanente.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 A DEPENDÊNCIA SEGUNDO CARDOSO.....	17
1.1 A versão de Cardoso.....	17
1.2 Críticas à versão de Cardoso.....	38
2 A DEPENDÊNCIA SEGUNDO MARINI.....	57
2.1 A versão de Marini.....	57
2.2 Críticas à versão de Marini.....	82
3 A TEORIA DA DEPENDÊNCIA ENQUANTO INTERPRETAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA PERIFERIA: UMA REAValiação.....	102
3.1 O estatuto teórico da noção de dependência.....	102
3.2 Elementos para uma reavaliação da teoria da dependência enquanto interpretação do desenvolvimento capitalista na periferia.....	109
CONCLUSÃO.....	123
BIBLIOGRAFIA.....	127

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo reavaliar a teoria da dependência enquanto interpretação do desenvolvimento capitalista nas formações sociais periféricas. Para tanto, tomam-se as versões dessa teoria formuladas por Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini e discute-se o alcance de suas interpretações do desenvolvimento latino-americano como representações de um processo de desenvolvimento capitalista. Procura-se discutir, especificamente: o conteúdo atribuído pelos autores à noção de desenvolvimento capitalista; o lugar que o desenvolvimento do modo de produção capitalista ocupa em suas análises; e, em consequência, até que ponto o instrumental teórico por eles construído é apropriado para a investigação do processo de desenvolvimento capitalista em formações sociais periféricas particulares. O trabalho está dividido em três capítulos: os dois primeiros trazem as versões aludidas, constando de uma exposição e de uma sistematização das principais críticas que lhes foram endereçadas; o terceiro procura reavaliar o alcance dessas versões do ponto de vista de sua interpretação do desenvolvimento capitalista. A principal conclusão a que se chega é que ambas as versões são insuficientes a esse respeito, em função do tratamento inadequado que conferem às questões da formação e desenvolvimento do modo de produção capitalista na América Latina. Considera-se, no entanto, que a teoria da dependência aportou alguns elementos passíveis de incorporação numa reinterpretação do processo de desenvolvimento capitalista nas formações sociais periféricas, que deve, necessariamente, levar em conta a questão de sua inserção externa.

INTRODUÇÃO

As transformações em curso no cenário internacional têm levado alguns analistas a recolocar o problema da influência dos chamados “condicionantes externos” sobre o desenvolvimento capitalista nos países periféricos. Para esses analistas, estaria se configurando, com o processo de mundialização do capital, uma tendência de aprofundamento da dependência dos referidos países. Dependendo da perspectiva adotada, argumenta-se que esse fenômeno estaria na origem das crescentes dificuldades com que se defronta o Estado para a formulação e execução de uma política econômica relativamente autônoma, ou que torna mais difíceis as condições de reprodução do capital nos países considerados. Num caso ou noutro, seriam as perspectivas do desenvolvimento capitalista que estariam postas em questão.

Ora, a influência de relações de dependência sobre o desenvolvimento capitalista na periferia foi a preocupação central do que se convencionou denominar de teoria da dependência. Emergindo em confronto direto com a interpretação hegemônica em termos de desenvolvimento nos meios acadêmicos e políticos latino-americanos, qual seja, a interpretação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), a teoria da dependência busca afirmar-se como interpretação alternativa do processo de desenvolvimento em curso na região. E o faz – este é o ponto decisivo – a partir da compreensão de que esse desenvolvimento é *capitalista*.

Isto posto, o propósito central deste trabalho é proceder a uma reavaliação crítica da teoria da dependência enquanto interpretação do desenvolvimento capitalista na periferia. Especificamente, pretendemos: examinar o conteúdo atribuído pelos dependentistas à noção de desenvolvimento capitalista; que lugar o desenvolvimento do modo de produção capitalista ocupa em suas análises; em consequência, avaliar até que ponto o instrumental teórico por eles construído é apropriado para a investigação do desenvolvimento capitalista em formações sociais periféricas particulares.

Consideramos que a rediscussão da teoria em apreço sob a ótica definida acima pode, de alguma forma, auxiliar a repensar o lugar que a “questão da dependência” deve ocupar em investigações sobre o desenvolvimento capitalista nas formações sociais periféricas – um problema que permanece em aberto no âmbito do pensamento crítico latino-americano. A nosso ver, o reexame das insuficiências das análises dos dependentistas sobre o capitalismo na América Latina pode ser um útil ponto de partida nessa direção.

Para os fins da reavaliação aludida, tomamos as contribuições de dois autores: Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. A seguir, apresentamos as razões dessa opção. O primeiro aspecto a observar é que a denominação “teoria da dependência” corresponde, na verdade, a um conjunto de interpretações bastante diferentes tanto em termos teórico-metodológicos quanto dos temas privilegiados dentro do campo de estudo comum. Desse modo, uma das primeiras tarefas que os estudiosos do tema se têm imposto é a de tentar ordenar essa diversidade. Os resultados desse esforço expressam outras tantas divergências, que começam com a questão dos autores a serem incluídos na escola da dependência¹ e se estendem à classificação dos autores.² Em nosso caso, pensamos ser inadequado adiantar neste ponto uma classificação, posto que qualquer critério dependeria da explicitação de aspectos que serão desenvolvidos ao longo do trabalho, ou seja, que fazem parte do próprio objeto de estudo.

O que podemos afirmar é que Marini e Cardoso são nomes representativos de duas tradições distintas no interior da escola da dependência³. Essas tradições se diferenciam quanto às fontes teóricas que utilizam; quanto ao método; quanto ao estatuto teórico da dependência; quanto ao significado da dependência para o desenvolvimento capitalista na periferia. O ponto importante, porém, é que os autores citados estão entre aqueles que, a nosso ver, mais se preocupam com a questão do desenvolvimento capitalista, sendo assim os mais apropriados para o tipo de reavaliação aqui proposto.⁴

Qualquer reavaliação da teoria da dependência requer um entendimento do contexto histórico do seu surgimento, na segunda metade dos anos 60, assim como das interpretações então dominantes em matéria de desenvolvimento, cuja crítica é o ponto

¹ Apenas a título de exemplo: no capítulo inicial do seu livro, Goldenstein (1994) trata sob o rótulo de “dependentistas” apenas de Cardoso e Faletto, enquanto Bresser Pereira (1997) exclui explicitamente Marini, Theotonio dos Santos e André Gunder Frank do campo da teoria da dependência, associando-os ao que denomina de “interpretação da superexploração imperialista”. A exclusão desses autores é também feita por Mantega (1997). Para uma crítica a Bresser e Mantega, ver Martins e Valencia (1998) e Valencia e Martins (1999).

² Para uma síntese de algumas classificações da teoria da dependência, ver Chilcote (1981). Uma classificação bastante difundida é a de Palma (1981), que identifica três grandes enfoques da dependência: (a) como teoria do subdesenvolvimento; (b) como uma reformulação da análise da CEPAL sobre o desenvolvimento da América Latina; (c) como uma metodologia para análise de situações concretas de dependência.

³ Estamos recorrendo aqui ao termo “escola da dependência” apenas por simplificação. O problema de terminologia será tratado na seção 3.1.

⁴ Deixamos de incluir autores vinculados à corrente estruturalista da dependência, não apenas por limitação de tempo, mas sobretudo devido ao fato de que sua opção metodológica situa-se em campo distinto do que orienta a reavaliação aqui pretendida.

de partida imediato dos dependentistas. Sem essa referência à história, a emergência dessa corrente correria o risco de ser interpretada como produto de mera disputa ideológica. A seguir, nos ocupamos brevemente desses dois aspectos.

Contexto histórico

Em meados da década de sessenta, consolidara-se, no âmbito do pensamento crítico latino-americano, a convicção de que o processo de industrialização em curso na região fracassara, seja do ponto de vista da autonomia decisória dos países que o levaram a cabo com maior intensidade, seja sob o aspecto da distribuição de seus resultados. Essa avaliação, obviamente, tomava como referência as expectativas criadas pelos proponentes da estratégia de desenvolvimento adotada, cuja expressão, no plano político-ideológico, foi o nacional-desenvolvimentismo. A referida estratégia tinha como principal matriz teórica o pensamento da CEPAL.

Os eixos básicos da estratégia de desenvolvimento formulada por essa instituição em seus primeiros tempos são os seguintes: (a) industrialização deliberada, pela via da substituição de importações; (b) redefinição das relações externas, incluindo temas como protecionismo, financiamento externo e integração regional; face a essas duas frentes de ação, (c) incremento da capacidade interna de decisão, traduzida no fortalecimento do Estado.⁵ Considerava-se que essas iniciativas seriam decisivas para a superação dos problemas que vinham marcando a nova fase do desenvolvimento latino-americano, que, segundo a periodização histórica adotada pela CEPAL, é denominada de “desenvolvimento para dentro”, dada a importância que nela assume o mercado interno. A adoção da mencionada estratégia de desenvolvimento seria o meio eficaz não apenas para superar a dependência externa – e, assim, alterar a “condição periférica” responsável pela situação de subdesenvolvimento –, como também para obter a melhoria do “bem-estar mensurável das massas”.

A evolução posterior da região não confirmou a expectativa cepalina. Não obstante os êxitos da industrialização – por suposto, variáveis de país para país –, nem o desenvolvimento teve um caráter nacional e autônomo, nem os seus frutos (como diria Prebisch) chegaram à ampla maioria da população latino-americana. De fato, o contrário é o que se registrou na maioria dos casos. Com efeito: (1) em lugar de um

⁵ Cf., entre outros, Rodríguez (1980), especialmente cap. 5; Cardoso (1977); Gurrieri (1982); Bielschowsky (1998); Santos (1968).

desenvolvimento autônomo, o que se viu foi um aumento da vulnerabilidade externa, levando em conta a persistência de graves restrições às importações, dada a insuficiência de divisas. Por sua vez, a estagnação relativa da capacidade para importar decorria do fato de que as exportações latino-americanas continuavam restritas a bens primários tradicionais. O afluxo de investimento direto externo, especialmente a partir da segunda metade dos anos cinquenta, não resolveria o problema da escassez de divisas, face às remessas de lucro que acarretava; (2) em vez de uma participação mais ampla nos “frutos” do desenvolvimento, o que se verificou foi uma manifesta incapacidade de absorção da força de trabalho pelos setores ditos modernos, com a conseqüente marginalização da maioria da população dos países que levaram a cabo a estratégia industrializante. Ao insuficiente crescimento do emprego aliava-se o aumento da concentração da renda e das desigualdades sociais e regionais.

Esse quadro terá rebatimentos muito fortes no pensamento cepalino. Diante da suposta “insuficiência dinâmica” das economias latino-americanas, a instituição articulará, no início dos anos sessenta, um discurso em favor das chamadas reformas estruturais. O real, porém, terminará atropelando essa tentativa de sobrevivência do desenvolvimentismo, afetando, por extensão, a hegemonia do pensamento cepalino. Conforme resumiu Marini: “A crise do desenvolvimentismo significou, para a CEPAL, a perda da posição privilegiada que alcançara em sua primeira década de funcionamento, quando chegara a ser a agência ideológica por excelência da América Latina” (1992, p. 85). Uma das expressões do mal-estar reinante é o aparecimento de interpretações estagnacionistas em alguns dos trabalhos de orientação estruturalista publicados à época.

Os trabalhos da escola da dependência constituem uma crítica a um só tempo dessa estratégia de desenvolvimento e do principal corpo de pensamento que a sustentou.⁶ Veremos no próximo item os elementos centrais dessa crítica. Antes, porém, é necessário agregarmos um segundo elemento fundamental para a emergência da teoria da dependência. Esse elemento está associado às condições políticas necessárias à implementação da estratégia de desenvolvimento esboçada há pouco. A rigor, tal estratégia constituía a expressão do projeto das burguesias latino-americanas nas condições particulares do desenvolvimento capitalista pós-30 no subcontinente.

⁶ “...foi a partir da constatação da inviabilidade desse projeto [de desenvolvimento nacional] e da crítica à metodologia que lhe era subjacente que foram feitas as primeiras elaborações em torno do conceito de dependência” (Serra e Cardoso, 1980, p. 39) (cf. Cardoso, 1972b, p. 85).

Conquanto a CEPAL a expressasse como um projeto de desenvolvimento nacional, e portanto do interesse do conjunto da população – daí o caráter ideológico desse pensamento –, na verdade, o papel central dentro dela caberia à burguesia, em particular à sua fração industrial. Todavia, o caráter dito *nacional* do desenvolvimento seria a base para a montagem de alianças mais amplas. É o que a burguesia industrial tentará, no tocante ao proletariado industrial e às classes médias, em seu afã de, por um lado, fazer frente às condições adversas impostas pela divisão internacional do trabalho e, por outro, submeter as oligarquias tradicionais vinculadas ao modelo primário-exportador (cf. Marini, 1992, p. 79).

É nesse contexto que se coloca o apoio de parte importante da esquerda latino-americana – aquela constituída pelos partidos comunistas – à estratégia desenvolvimentista. A concepção dos PCs compreendia basicamente os seguintes pontos: (a) caracterização dos países latino-americanos como sociedades neocoloniais, na linha sugerida pela III Internacional; (b) existência, nesses países, de uma aliança entre o imperialismo e as classes dominantes tradicionais, capaz de bloquear o processo de industrialização; e (c) o caráter democrático-burguês, anti-feudal e antiimperialista da revolução latino-americana. Obviamente, estava pressuposta a existência de uma burguesia nacional capaz de liderar esse processo (cf. Marini, 1992). Não é possível discutir aqui as razões que levaram os comunistas a assumir tais teses.⁷ Basta dizer que, para todos os efeitos, terminaram-se alinhando às teses cepalinas no que diz respeito ao papel atribuído ao Estado e à burguesia no processo de industrialização.

Desse modo, a falência do nacional-desenvolvimentismo é também a falência da tese da revolução democrático-burguesa. A proliferação de regimes autoritários na América Latina, para a qual foi decisiva a atuação de suas classes dominantes, jogou por terra as esperanças de construção de um modelo de desenvolvimento de caráter nacional, notadamente de um tipo que aliasse alguma preocupação distributiva. Esse fato, mais a revolução cubana, no final dos anos cinquenta, e os inúmeros movimentos de protesto da segunda metade dos anos sessenta, evidenciavam a necessidade de se ultrapassar os estreitos limites em que se movia a interpretação hegemônica, adotada pela esquerda tradicional. Assim, a disputa ideológica no interior da esquerda latino-americana – com a afirmação crescente, no seio dela, de uma fração revolucionária – é

⁷ Ver, sobre o tema, Palma (1981), Marini (1992), Ouriques (1995).

um segundo elemento decisivo para o surgimento da teoria da dependência (cf. Marini, 1992, pp. 85s).

Perspectivas teóricas criticadas pelos dependentistas

O aparecimento da teoria da dependência resulta, em grande medida, de uma insatisfação com a teoria do desenvolvimento, seja em sua vertente mais ortodoxa, seja na estruturalista. Em linhas gerais, os dependentistas consideravam que a primeira praticamente desconhecia o problema do subdesenvolvimento, enquanto a teoria do subdesenvolvimento formulada pela vertente cepalina mostrava-se claramente insuficiente enquanto interpretação do desenvolvimento capitalista na América Latina.

A teoria do desenvolvimento formulada no pós-guerra articula-se em torno de dois eixos básicos:⁸ (1) o subdesenvolvimento como sinônimo de *atraso*, de *ausência de desenvolvimento*; (2) o desenvolvimento como um processo de *modernização*, ou seja, como a transição da sociedade tradicional à sociedade moderna. Está claro que a noção de atraso exige a contraposição a um padrão de referência, no caso os países capitalistas avançados. Conforme descrevem Blomström e Hettne:

“Estudava-se o desenvolvimento sob a perspectiva evolucionista, e o estado de subdesenvolvimento era definido em termos de diferenças observáveis entre países ricos e pobres. O desenvolvimento implicava fechar estas brechas por meio de um processo imitativo, no qual os países menos desenvolvidos alcançassem pouco a pouco as qualidades da nação mais industrializada” (1984, p. 34).

Portanto, a superação do atraso dependeria da adoção de um conjunto de medidas capazes de assegurar a racionalização das estruturas econômicas, sócio-políticas e culturais, nos moldes das sociedades ocidentais.⁹ A cristalização da perspectiva evolucionista-modernizante foi o trabalho de W. W. Rostow, *The stages of*

⁸ Para a caracterização da moderna teoria do desenvolvimento, cf. Blomström e Hettne (1984), cap. 1; Marini (1992), cap. “A crise teórica”; Santos (1998).

⁹ Santos (1998) resume com precisão o espírito dos trabalhos formulados nessa linha: “A teoria do desenvolvimento buscou localizar os obstáculos à plena implantação da modernidade e definir os instrumentos de intervenção, capazes de alcançar os resultados desejados, no sentido de aproximar cada sociedade existente desta sociedade ideal. Por mais que estas construções teóricas pretendam ser construções neutras em termos de valores, era impossível ocultar a evidência de que se considerava a sociedade moderna, que nascera na Europa e se afirmava nos Estados Unidos da América, como um ideal a alcançar e uma meta sócio-política a conquistar. Também era mais ou menos evidente a aceitação tácita de que a instalação desta sociedade era uma necessidade histórica incontestável” (p. 97).

economic growth (1959). Se bem que nem todos os formuladores da teoria do desenvolvimento subscrevessem explicitamente a tese rostowiana, a idéia básica está presente na maioria deles. Há um padrão “normal” de desenvolvimento capitalista.¹⁰ O subdesenvolvimento não existe enquanto realidade distinta, correspondendo a uma etapa prévia ao desenvolvimento.¹¹ Não constitui, portanto, um objeto teórico definido.

Os trabalhos iniciais da CEPAL representam uma tentativa de incorporar à discussão sobre desenvolvimento as especificidades da América Latina (basicamente, sua inserção na economia mundial como exportadora de produtos primários e o processo de industrialização em curso desde os anos 30). Para os cepalinos, o subdesenvolvimento – cujo tratamento é remetido para o âmbito do sistema “centro-periferia” – não é um mero estado de atraso, mas uma condição estrutural dos países periféricos, ou seja, é produto da conformação de estruturas econômicas distintas daquelas vigentes nos países centrais, notadamente em termos de geração e absorção de progresso técnico. Portanto, nenhuma estratégia de superação do subdesenvolvimento poderia passar ao largo da transformação dessas estruturas.

Observam-se desde logo diferenças importantes face ao pensamento descrito anteriormente. No entanto, há fortes razões para afirmar-se que a CEPAL se inscreve no quadro mais amplo da teoria convencional do desenvolvimento. Mencionemos duas delas: (a) o desenvolvimento capitalista nos países centrais é tomado como paradigmático; (b) a superação do subdesenvolvimento depende do cumprimento de certos requisitos – o que evidencia que, se a CEPAL consegue ir um pouco mais além da teoria convencional do desenvolvimento, não toca em questões fundamentais como a dominação imperialista e a dominação/exploração de classe no seio das sociedades periféricas,¹² tudo isso mostrando a incapacidade desse pensamento de apreender a natureza capitalista do desenvolvimento latino-americano.

¹⁰ Conforme expressou Weffort, as teorias convencionais do desenvolvimento procediam a uma “idealização teórica das ‘sociedades avançadas’ como padrão universal do desenvolvimento capitalista” (1971, p. 3).

¹¹ A relação entre a visão etapista do desenvolvimento e o enfoque sociológico da modernização fica clara nesta passagem de Marini: “A fim de explicar por que são os países avançados aqueles em que esse desdobramento [do aparelho produtivo] ganha plena expressão, a teoria toma o processo de desenvolvimento econômico que neles ocorreu como um fenômeno de ordem geral e a posição que eles ocupam como um estágio superior, colocado no extremo de um *continuum* evolutivo. As diferentes economias que integram o sistema internacional se encontrariam em fases distintas desse processo e apresentariam, pois, distintos graus da escala do desenvolvimento” (1992, p. 71).

¹² Acerca desses aspectos, cf. Cardoso (1979), pp. 195-6.

A teoria do desenvolvimento, em qualquer de suas expressões, jamais considerou a coexistência de desenvolvimento e subdesenvolvimento como um resultado necessário do desenvolvimento capitalista em escala mundial.¹³ Do mesmo modo, a coexistência, no interior das formações sociais ditas subdesenvolvidas, de setores avançados e atrasados sempre foi considerada uma anomalia – captada equivocadamente através da noção de dualismo¹⁴ –, não um resultado necessário do desenvolvimento capitalista.

A função crítica da teoria da dependência evidenciou-se, portanto, na dupla direção assinalada: contra o viés eurocêntrico da teoria do desenvolvimento, procurando resgatar a especificidade do desenvolvimento capitalista na América Latina; contra as ambigüidades da teoria cepalina do subdesenvolvimento, enfatizando a ligação estrutural existente entre este último e a expansão capitalista em escala mundial.

É sobretudo com referência a este último aspecto que a teoria da dependência busca superar a interpretação cepalina. Radicalizando a noção do sistema “centro-periferia”, os dependentistas estabelecem o elemento diferenciador de sua interpretação: o capitalismo mundial é o ponto de partida necessário para o estudo do problema do desenvolvimento capitalista na periferia. A expansão desse sistema é o que explica tanto a emergência como a reprodução do subdesenvolvimento. Para os teóricos da dependência, importava, então, demonstrar que a assimetria que caracterizava a relação entre os pólos do sistema era de natureza estrutural.¹⁵

Com essa orientação metodológica, os dependentistas desferem seu ataque à tese cepalina da construção de um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo. Conquanto a instituição tivesse o mérito de situar a discussão do desenvolvimento latino-americano no âmbito do “sistema centro-periferia” e, portanto, de chamar a atenção para a hierarquia existente no seio da economia mundial, não havia aprofundado o exame das implicações da forma como esta última vinha evoluindo, especialmente com a expansão das corporações multinacionais em direção ao setor industrial dos países periféricos e a associação das burguesias desses países ao capital

¹³ O que mais se aproxima disso é a idéia de Prebisch de que o sistema centro-periferia seria produto da disseminação irregular do progresso técnico a partir da Revolução Industrial. Em todo caso, a ênfase é posta no desenvolvimento das forças produtivas, sem qualquer referência à disseminação das *relações capitalistas de produção*.

¹⁴ À qual subjaz a idéia de um desenvolvimento insuficiente do capitalismo.

¹⁵ Para a exposição deste ponto, que é comum aos teóricos da dependência, cf. Cardoso (1979), pp. 194-5.

externo – fatores que punham em questão a viabilidade de um projeto de desenvolvimento autônomo.

A partir desse quadro, seria legítimo afirmar que a teoria da dependência se insere em um movimento de constituição de um novo paradigma no estudo do processo de desenvolvimento latino-americano (e, mais amplamente, da periferia capitalista). Elemento central nesse sentido será o reconhecimento da natureza capitalista desse processo, que as versões mais convencionais da teoria do desenvolvimento desconheciam e que a CEPAL tratara de forma bastante ambígua. Por outro lado, a dificuldade com que os dependentistas, conforme veremos, lidam com essa questão, é o que nos leva a afirmar que sua contribuição representa apenas um primeiro passo na direção de um paradigma alternativo, deixando claro que a ruptura com o anterior não é definitiva.

Organização do trabalho

Consideramos que, com o fim de procedermos à avaliação da teoria da dependência nos termos propostos, é necessário, preliminarmente, expor as versões de Cardoso e Marini, respeitando os temas por eles privilegiados e a forma como organizaram a discussão dos mesmos. Os dois primeiros capítulos trazem essas versões, constando de uma exposição – que inclui as fontes teóricas e o método dos autores, os temas básicos abordados e a perspectiva política apontada – e de uma sistematização das críticas mais relevantes que lhes foram endereçadas.

O terceiro capítulo procura avaliar, a partir da discussão precedente, a relevância das versões de Marini e Cardoso como interpretações do desenvolvimento capitalista na periferia. Na medida em que os formuladores da teoria da dependência divergem quanto ao escopo de suas interpretações, consideramos necessário dedicar a primeira parte do capítulo à questão do estatuto teórico da noção de dependência. A segunda parte trata dos limites das versões aludidas no que se refere à interpretação que oferecem do desenvolvimento capitalista na América Latina, identifica alguns elementos passíveis de incorporação numa interpretação construída em torno do desenvolvimento capitalista e, por fim, aponta alguns usos que têm sido feitos da herança teórica dos dependentistas. A conclusão trata de identificar as principais diferenças entre as duas versões examinadas, com ênfase na questão central tratada no trabalho, e procura apontar alguns dos

problemas não-resolvidos no que se refere ao lugar da questão da dependência na investigação sobre o desenvolvimento capitalista na periferia.

Capítulo 1

A DEPENDÊNCIA SEGUNDO CARDOSO

1.1 A versão de Cardoso

Entre o final dos anos 60 e o início dos 70, Fernando Henrique Cardoso se torna um dos principais formuladores da teoria da dependência. Além de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, ensaio escrito em colaboração com o sociólogo chileno Enzo Faletto,¹ produz uma série de trabalhos que exercerão uma influência inegável no debate em torno do tema, influência que transcende o âmbito da região.

A intenção desta versão da teoria da dependência é, alegadamente, a construção de uma metodologia para a análise de situações concretas de dependência. Argumenta-se que as ciências sociais na América Latina, como regra, limitavam-se a reproduzir esquemas interpretativos aplicáveis a contextos históricos distintos, transpondo-os, sem as mediações necessárias, à realidade latino-americana. Daí para a prescrição de saídas políticas voluntaristas era apenas um passo. Cardoso, pelo contrário, dirá que a prioridade é a análise histórica, sem a qual seria impossível atingir o principal objetivo visado, qual seja, identificar as possibilidades e tendências do desenvolvimento capitalista na periferia.

Em seus esforços nessa direção, Cardoso tem dois grupos de interlocutores permanentes. De um lado, os articuladores do que, *grosso modo*, chamariamos de modelo de desenvolvimento latino-americano; de outro, os críticos de esquerda desse modelo. Contra a estreiteza metodológica dos primeiros, que se restringiam a examinar as estruturas periféricas e suas transformações sempre sob a ótica da economia, Cardoso proporá uma análise dita “integrada” do desenvolvimento, isto é, que articule as determinações sociais e econômicas dos processos de transformação estrutural (Cardoso e Faletto, 1969). Em relação aos críticos de esquerda – na verdade, integrantes de uma corrente bastante influente no campo da teoria da dependência –, apontará sua incapacidade de identificar as especificidades do desenvolvimento capitalista na periferia, ou melhor, sua tendência a confundi-las com uma suposta inviabilidade desse desenvolvimento.

¹ A primeira versão deste trabalho, um documento do ILPES (Instituto Latino-americano de Planificação Econômica e Social), é de 1967; a primeira edição é de 1969.

A exposição que se segue tentará apreender o conjunto do pensamento de Cardoso sobre o tema da dependência, em vez de ater-se a este ou àquele trabalho em particular. Em primeiro lugar, trataremos das fontes teóricas do autor, após o que nos voltaremos para a questão da metodologia por ele proposta para a análise de situações de dependência. A seguir, apresentaremos os temas básicos abordados a partir daquela metodologia. Por fim, indicaremos as perspectivas políticas para as quais aponta a presente interpretação.

Fontes teóricas

Em termos gerais, os textos dos autores dependentistas evidenciam a influência de duas tradições intelectuais: o marxismo e o estruturalismo latino-americano. Não existe unanimidade entre os intérpretes quanto ao peso relativo dessas duas tradições no caso de Cardoso.² O próprio autor recusa o rótulo de estruturalista que tentaram atribuir-lhe³ e reivindica o marxismo, senão como sua fonte exclusiva, como uma das principais. Vejamos, resumidamente, a posição de Cardoso.

Por um lado, este autor relativiza a importância da corrente dita neomarxista norte-americana (Baran, Sweezy, Frank) no que toca ao surgimento da teoria da dependência. Por outro, procura resgatar a influência de Marx e do pensamento crítico latino-americano, que apontava os limites da teoria do desenvolvimento:

“...quanto à influência renovadora da corrente neomarxista norte-americana, é preciso considerar que se ela pode ter sido real, principalmente a de Baran, não foi certamente maior do que a do próprio Marx e não ‘revelou’ algo que não estivesse contido na perspectiva do pensamento crítico latino-americano anterior a 1960” (Cardoso, 1976, p. 128).

² Apenas para dar uma idéia das posições a respeito: Hunt (1989) sustenta que o estruturalismo faz parte da “inspiração intelectual” de Cardoso e Faletto. Love (1996) vai mais longe, questionando a interpretação que atribui raízes marxistas a Cardoso: “...essa interpretação ganhou força graças à edição inglesa de *Dependência e desenvolvimento* (...) cujo prefácio, *post-scriptum* e também partes do texto evidenciam forte orientação marxista. A primeira edição em espanhol, por outro lado (1969), revela uma inspiração marxista muito menos óbvia, e o texto original (1965) é reconhecidamente um produto estruturalista” (p. 451). Adiante, este autor faz a afirmação curiosa de que “ele [Cardoso] era capaz de formular sua tese tanto em idioma estruturalista como em idioma marxista...” (p. 452). Opinião semelhante é manifesta por Cueva (1976), para quem o ensaio de Cardoso e Faletto “utiliza dois arcabouços teóricos, marxista e ‘desarrollista’” (p. 13), e por Marini (1978), que aponta os “compromissos conceituais e de linguagem que [o trabalho de Cardoso e Faletto] mantém com o desenvolvimentismo...” (p. 61). Finalmente, Chilcote (1981) considera o pensamento de Cardoso “marginalmente marxista” (p. 304).

³ Cf. Cardoso (1976), p. 147, nota 7.

Deixando de lado por ora a influência do pensamento crítico latino-americano, vale observar que o que está em jogo por trás da cunha colocada entre Marx e os “neomarxistas” é uma questão da maior importância para o entendimento daquela que, na leitura de Cardoso, é a divergência de fundo entre sua versão e a formulada por Marini, Theotonio dos Santos e André Gunder Frank, a saber: se o capitalismo possui ou não um caráter progressista ao desenvolver-se nas áreas periféricas da economia mundial.⁴ Quando Cardoso e seus seguidores recuam no tempo para tentar basear em Marx e nos “clássicos do imperialismo” sua interpretação do desenvolvimento capitalista na América Latina, o fazem precisamente por julgarem encontrar aí os fundamentos para a defesa do caráter dinâmico desse processo.

A questão é exposta com detalhe por um desses seguidores, Gabriel Palma, que distingue três fases no desenvolvimento do pensamento marxista sobre o desenvolvimento capitalista nas nações “atrasadas”, correspondentes, respectivamente: (a) às contribuições de Marx/Engels; (b) aos “clássicos do imperialismo”; e (c) aos anos 50 em diante, a partir da publicação do trabalho de Paul Baran.⁵ De acordo com Palma, Marx e Engels concebem o capitalismo como um sistema historicamente progressista que, ao expandir-se, destrói/substitui estruturas pré-capitalistas; as novas sociedades que surgem desse processo seguirão um tipo de desenvolvimento semelhante ao observado nos países avançados, inclusive reproduzindo as contradições próprias do sistema capitalista (Palma, 1981, p. 23).⁶

Quanto aos “clássicos do imperialismo”, Palma destaca, por um lado, suas contribuições relativas ao caso russo e, por outro, aquelas referidas às outras regiões “atrasadas”. No tocante às primeiras, ressalta a polêmica de Lênin com os populistas e o argumento daquele referente ao desenvolvimento capitalista russo não só como uma possibilidade, mas como uma realidade efetiva. No caso das outras regiões, a posição dos clássicos do imperialismo levaria em conta a emergência deste fenômeno como uma nova fase do capitalismo:

⁴ A utilização desse critério para distinguir as duas versões é moeda corrente nos textos de Cardoso. Um lugar em que aparece de forma mais acabada é Cardoso (1976), p. 143.

⁵ Trata-se de *The political economy of growth*, cuja primeira edição é de 1957.

⁶ Ainda de acordo com Palma, há na obra de Marx uma distinção entre a *necessidade* do capitalismo “como um passo essencial para formas de desenvolvimento superior das forças produtivas” e a *possibilidade* do desenvolvimento capitalista nas regiões atrasadas (1981, p. 26). O autor faz questão de lembrar que, posteriormente, Marx qualificou sua posição quanto ao primeiro aspecto, ao considerar, a propósito do caso da Rússia, a possibilidade de uma passagem imediata ao socialismo – sem, no entanto, questionar a viabilidade do desenvolvimento capitalista.

“...o imperialismo tenderia a obstaculizar o desenvolvimento industrial dos países em desenvolvimento, porém, uma vez que estes houvessem rompido os vínculos coloniais, poderiam desenvolver suas economias de uma maneira diferente e, finalmente, vencer os obstáculos à sua industrialização. Tal industrialização, dada sua natureza ‘tardia’ e a provável presença de capital e tecnologia estrangeiros, teria de enfrentar uma série de problemas e contradições, porém, como no caso da Rússia, estes não seriam insuperáveis” (Palma, 1981, p. 44).

Ora, esse tipo de previsão seria revisto em relação à maior parte dos países pós-coloniais. Assim é que, nos anos 20, há uma guinada no pensamento marxista, a ênfase passando a ser posta nas dificuldades que poderiam bloquear o processo de industrialização naquelas áreas, em particular as decorrentes da presença das classes dominantes tradicionais, em aliança com os interesses imperialistas. A possibilidade do desenvolvimento capitalista dependeria, em consequência, da capacidade dos setores “modernos” de se sobreporem à aliança “feudal-imperialista”. Como vimos, foi essa a concepção dominante no seio da esquerda latino-americana até fins dos anos 50. Aqui começa a ter curso um novo enfoque no pensamento marxista, segundo o qual os interesses imperialistas seriam incompatíveis com a industrialização do Terceiro Mundo. Um texto decisivo para a conformação dessa nova perspectiva é o já referido trabalho de Baran, que influenciará parte dos trabalhos da escola da dependência.

Frente a esse quadro, como se posicionará Cardoso? (a) Como os demais autores dependentistas, questionará a tese da revolução democrático-burguesa;⁷ (b) no entanto, argumentará que o desenvolvimento capitalista nas regiões ditas “atrasadas” era uma possibilidade bem estabelecida na tradição marxista – ao contrário do que pretendeu o pensamento de esquerda a partir dos anos 50.⁸ A esse respeito, Cardoso sustentará que a tese da inviabilidade do desenvolvimento capitalista nos países dependentes – que, a seu ver, estaria sendo esgrimida por parte dos formuladores da teoria da dependência – representaria um retorno à ideologia populista do início do século (cf. Cardoso, 1973b). Pretende alinhar-se, desse modo, ao ponto de vista de Lênin quanto ao desenvolvimento do capitalismo na Rússia.⁹

Quanto à análise leninista do imperialismo e seus efeitos sobre os países dependentes, a leitura de Cardoso é seletiva. De um lado, admite, com Lênin, que, em

⁷ Cf., p.ex., Cardoso (1973a), pp. 130-1.

⁸ Para a crítica de Cardoso a Baran, ver Cardoso (1977).

⁹ “A suposição de que partia [Lênin] era que o capitalismo desempenharia um papel ‘progressista’, provocando o desenvolvimento das forças produtivas e dinamizando as relações de produção” (Cardoso, 1972b, p. 110).

sua fase “clássica”, o imperialismo ampliaria a desigualdade entre os países avançados e os dependentes, e isso em função de sua tendência (1) a restringir o crescimento destes últimos aos setores agrícolas e mineradores, a fim de assegurar matéria-prima aos países capitalistas avançados, ficando, portanto, limitada a expansão industrial; (2) a manter os salários em níveis baixos nos países dependentes, com a conseqüente limitação do mercado interno; e (3) a ampliar os laços de dependência financeira (cf. Cardoso, 1972a, pp. 189-90). De outro lado, argumenta que a análise de Lênin, que expressaria a realidade correspondente a uma fase precisa do desenvolvimento capitalista, teria que ser atualizada, de modo a levar em conta as transformações no sistema capitalista internacional (o que ficou conhecido como “imperialismo maduro”), particularmente os novos tipos de relações que se configurariam entre os países imperialistas e os dependentes.¹⁰ Este é um ponto fundamental para a compreensão da abordagem de Cardoso ao tema da dependência, posto que, como se verá adiante, a possibilidade de desenvolvimento de áreas periféricas integradas ao mercado internacional deve ser examinada, segundo ele, no contexto desta fase específica do desenvolvimento capitalista.

Para completar este quadro, precisamos fazer referência à outra influência mencionada por Cardoso, qual seja, o pensamento crítico latino-americano. O autor se refere, com isso, às inúmeras contribuições feitas numa dupla perspectiva crítica: à ortodoxia neoclássica e ao estrutural-funcionalismo. Os trabalhos sobre dependência se afirmariam como parte dessa tradição crítica. Em particular, pretendeu-se com eles levar a cabo a “superação” da interpretação cepalina sobre o desenvolvimento (cf. Cardoso, 1972b, p. 90). A questão que se coloca aqui, entretanto, é até que ponto essa superação teria sido completa. Dito de outra forma: em que medida a versão de Cardoso consegue escapar aos limites inerentes ao estruturalismo cepalino. A resposta a essa questão só poderá ser dada no momento em que tratarmos do método do autor. De todo modo, diríamos que remanescem em seus textos traços característicos do estilo cepalino de análise, inclusive a periodização histórica adotada em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*.¹¹

¹⁰ “...os principais pontos da caracterização de Lênin sobre o imperialismo e o capitalismo já não são totalmente adequados para descrever e explicar as formas atuais de acumulação de capital e de expansão externa” (Cardoso, 1972a, p. 192).

¹¹ Este ponto será retomado na seção 3.2.

Método

Cardoso denomina o seu método de “histórico-estrutural”. *Dependência e desenvolvimento* seria justamente uma tentativa de aplicação deste método. Alguns dos comentaristas pensam que tal metodologia é essencialmente correta, e que os problemas com esta versão da teoria da dependência situam-se na incapacidade de seus próprios formuladores de aplicá-la.¹²

A importância atribuída por esta vertente à questão do método resulta da compreensão de seus formuladores de que boa parte dos problemas de interpretação do processo histórico latino-americano está associada a questões de método. Isso valeria para os dois grupos de interlocutores de Cardoso a que fizemos referência – a CEPAL e uma das correntes no interior da escola da dependência. Vejamos, portanto, os principais elementos constitutivos da metodologia em apreço.¹³

Cardoso começa advertindo que, a rigor, os estudos sobre dependência não propõem um procedimento metodológico novo: seu ponto de partida é a dialética marxista (1972b, p. 91). Todo o problema, então, se desloca para a compreensão que dela se possa ter. O método histórico-estrutural expressaria, neste caso, a forma particular como nosso autor apreende a dialética.

Uma abordagem dialética é, antes de tudo, “global”, isto é, trabalha com a totalidade. Leiamos Cardoso e Faletto:

“Buscamos uma compreensão global e dinâmica das estruturas sociais, ao invés de olhar apenas para dimensões específicas do processo social. Opomo-nos à tradição acadêmica que concebia a dominação e as relações sócio-culturais como ‘dimensões’, analiticamente independentes entre si, e em conjunto independentes da economia, como se cada uma delas correspondesse a esferas separadas da realidade” (1978, p. 15).

No caso do desenvolvimento capitalista na América Latina, por exemplo, não bastaria substituir a perspectiva econômica por uma perspectiva sociológica. Impunha-se uma análise “integrada” daquele processo (Cardoso e Faletto, 1969).

¹² Na seção 1.2, trataremos de refutar essa leitura.

¹³ As proposições de Cardoso acerca de questões de método estão disseminadas em vários de seus escritos. Um tratamento mais sistemático pode ser encontrado em “A dependência revisitada” (1972b). Outros textos importantes, além do capítulo II de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, são: “O consumo da teoria da dependência nos Estados Unidos” (1976), “‘Teoria da dependência’ ou análises concretas de situações de dependência?” (1971e) e “Repensando Dependência e desenvolvimento na América Latina” (prefácio à edição norte-americana da obra de Cardoso e Faletto) (1978).

O segundo aspecto a ser considerado é que a totalidade é estruturada. Com efeito, “a análise da vida social só é profícua se parte do pressuposto de que existem estruturas globais relativamente estáveis” (Cardoso e Faletto, 1978, p. 15). É o caso de se perguntar como se define estrutura neste contexto. A concepção de Cardoso é a seguinte: “Como em qualquer outra perspectiva que utilize a noção de estrutura, se assume que as relações entre as classes, os grupos e as instituições obedecem a regularidades, possuem uma certa rigidez e são articuladas” (1972b, p. 95).

Além de estruturada, a totalidade é hierarquizada. Convém distinguir, dentro das estruturas, os elementos “essenciais” e os “secundários”, sendo os primeiros definidos como “aqueles que exercem uma função determinante na estrutura do todo” (Cardoso, 1969, p. 171). Logo, dizer que o todo é hierarquizado é reconhecer que existem relações de dominação.

O próximo passo consiste em admitir que as estruturas não são imutáveis. Isto decorre diretamente da concepção dessas estruturas como hierarquizadas e, logo, como marcadas por relações de dominação. Quem diz dominação, diz conflito; portanto, possibilidade de transformação. Assim, as estruturas são produto da luta social, que é também o elemento explicativo chave de sua transformação:

“...[as] leis de coexistência [da estrutura] são, ao mesmo tempo, as leis de mudança, na medida em que sua estruturação se forma, historicamente, segundo o modo como, em condições dadas (isto é, segundo um determinado *modo de produção*) uns grupos (isto é, *classes*) dominam os outros. O processo de dominação assim concebido implica por um lado que a hierarquização entre as classes existe na medida em que se renovam as condições sociais de imposição que a tornam possível. Por outro lado, isso significa que a dominação implica, necessariamente, luta e, portanto, a possibilidade de mudança” (Cardoso, 1969, p. 171).¹⁴

Isso nos leva ao outro componente do método, a história. O processo histórico é concebido como um processo de transformação estrutural. “No campo teórico a que me estou referindo, história significa alternativa, futuro. Ou seja, não é legítimo conceber as estruturas dadas como invariantes...” (Cardoso, 1972b, p. 96). E isso porque o processo histórico é um processo de luta social;¹⁵ portanto, a possibilidade de mudança está

¹⁴ Nesta, como nas demais citações, sempre que não se explicita, os grifos são do original.

¹⁵ Note-se o contraste entre o método “histórico-estrutural” e o “estrutural-funcionalista”. Este último “sublinha mais diretamente os aspectos de consenso e estabilidade, necessários para o funcionamento dos sistemas sociais (os requisitos adaptativos e integrativos dos sistemas globais); o outro, histórico-estrutural, insiste no caráter conflitivo das partes que compõem o ‘todo estruturado’ e na mudança que deriva desse conflito” (Cardoso, 1969, p. 169).

Handwritten notes:
 (1) grupos e classes
 no estrutural-funcionalista
 o estrutural-funcionalista
 o histórico-estrutural

concretamente posta.¹⁶ No entanto, a luta social se dá em contextos estruturais determinados. O que significa que as possibilidades de mudança estão inscritas *no marco estrutural específico*, isto é, nem todas as alternativas são “socialmente viáveis”.¹⁷

Essa concepção do processo histórico terá importância fundamental na interpretação de Cardoso sobre o desenvolvimento capitalista nos países dependentes. Se a história é “um processo em aberto”, é razoável que se vislumbre a possibilidade de mudanças de vulto na condição daqueles países:

“Mas o uso dessa abordagem para destacar apenas os mecanismos estruturais de autoperpetuação implica negligenciar os resultados contraditórios do próprio processo de desenvolvimento, como as *possibilidades* de negação da ordem existente, também inerentes aos processos sociais. É útil, então, lembrar que as formas de dependência podem mudar, e identificar as possibilidades estruturais de mudança, apontando com precisão as alternativas à dependência existentes num dado momento histórico” (Cardoso e Faletto, 1978, p. 16).

Por outro lado, a consideração da existência de limites estruturais à luta social servirá para afastar todo tipo de intencionalismo:

“*A fortiori*, a leitura da história em termos de que os ‘resultados’ (ou seja, a conjuntura ou a constelação estrutural atual) foram consequência de intenções, maquiavélicas ou não, de pessoas ou classes (por exemplo: a burguesia nacional *sempre quis* a associação com o imperialismo, posto que hoje está associada nos países industrializados) é uma simplificação grosseira e incorreta” (Cardoso, 1972b, pp. 96-7).

Concebendo o processo histórico em termos de mudança estrutural, o método em apreço proporcionaria as bases para a periodização histórica. “Os cortes no tempo são cortes entre estruturas...” (*ibid.*, p. 98). Na verdade, uma proposta de periodização

¹⁶ É interessante atentar para os desdobramentos políticos dessa concepção, notadamente no que toca à dinâmica das alianças de classe. O conflito, diz Cardoso, é “o nervo da política” (1971a, p. 76). Daí que nunca se deve adotar esquemas de análise fechados. Sempre existem as disputas internas ao grupo no poder, e sempre existem as forças que estão fora da aliança e, portanto, se lhe opõem. Isso dá lugar a múltiplas formas de existência da relação entre economia e política em diferentes formações sociais (ver, adiante, o item “Dependência estrutural”).

¹⁷ Fazendo o contraponto com outras concepções metodológicas, Cardoso afirma: “...o método histórico-estrutural, embora reconhecendo a existência de estruturas e o condicionamento do processo histórico por elas, nem pretende buscar (como no estruturalismo) as invariantes fundamentais que lógico-ontologicamente conformam as aparentes variabilidades da história, nem pretende caracterizar, como no empirismo historicista, apenas os momentos, densos de conteúdos significativos e de decisões individualizadas, que dão a impressão de definir, independentemente de outros condicionantes, os rumos da história” (1972b, p. 97).

seria o produto final desta metodologia, na medida em que o essencial consiste em captar os elementos cruciais para a explicação da mudança histórica. Referindo-se a *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Cardoso e Faletto afirmam: “Para nossa análise histórico-estrutural, a questão metodológica central era delinear os momentos de mudança estrutural significativos em países caracterizados por diferentes situações dependentes na América Latina...” (1978, p. 20). Desse modo, o problema da periodização, para enfatizar o óbvio, é o problema da definição dos fatores explicativos da mudança estrutural, sendo que, no caso presente, como vimos há pouco, esses fatores estão associados à luta social em contextos estruturais determinados.

Apresentadas as linhas básicas do método de Cardoso, devemos fazer referência a uma de suas marcas mais importantes: (a defesa da análise concreta.) Um enfoque histórico tal como o proposto deve-se caracterizar pelo exame da especificidade das situações consideradas: “...a ‘totalidade concreta’, se se constitui como um ‘concreto pensado’ é também uma maneira de *se apropriar* do concreto real. Ou seja, supõe a análise do processo histórico...” (1971b, p. 114). Ademais, generalizações abstratas resultam sempre num formalismo estéril. O problema com o estruturalismo consistiria justamente em sua tendência a afirmar o caráter invariante das estruturas, evitando a história (*ibid.*, p. 106). Por outro lado, “o marxismo *não elabora* categorias gerais (o econômico em geral, o político em geral, as classes em geral)...” (*ibid.*, p. 120). Aplicando esse princípio ao objeto de estudo da teoria da dependência, Cardoso afirma:

“Substitui-se um estilo de análise baseado em determinações gerais e abstratas (que insistem no imperialismo, na luta de classes, na burguesia e na revolução como conceitos gerais ou, no melhor dos casos, como contradições indeterminadas) por outro que procura situar concretamente cada momento significativo de modificação da produção capitalista internacional, mostrando como se dá a rearticulação das classes sociais, da economia e do Estado em situações particulares” (1971e, p. 127).

Não faz sentido, portanto, pensar na “dependência em geral”, assim como não faz sentido formular uma teoria geral da dependência. Vai na mesma direção a recusa de Cardoso a formular leis gerais a partir de fenômenos historicamente datados e sua crítica aos que tentam transformar em tendências do “capitalismo dependente” fenômenos que, no fundo, seriam cíclicos ou conjunturais.¹⁸

¹⁸ Ver Cardoso (1973b), p. 115, a propósito da crítica à tese da “inviabilidade” do desenvolvimento capitalista na periferia.

Temas básicos

Dependência estrutural

Um dos momentos essenciais da metodologia acima exposta é a elaboração de conceitos. Com efeito, a reprodução do real pelo pensamento, como “concreto pensado”, requer a produção de categorias que dêem conta dos fenômenos estudados em sua determinidade histórica. Ora, a dependência aparece, na visão de Cardoso, precisamente como um desses conceitos que buscam captar uma importante dimensão do real. A marca distintiva do desenvolvimento capitalista na América Latina pós-colonial é a presença de relações de dependência.¹⁹ As mudanças na forma em que este fenômeno tem-se manifestado historicamente não alteram a concepção da dependência como um fator estrutural.

Essa visão do fenômeno é, até certo ponto, nova. É certo que autores marxistas já haviam tratado, mesmo que superficialmente, das implicações da expansão capitalista nas colônias ou nas áreas pós-coloniais. Também a ênfase da CEPAL nas relações centro-periferia e, em particular, no problema da deterioração dos termos de intercâmbio dos países exportadores de produtos primários apontava para as questões decorrentes da inserção destes últimos na economia mundial. Entretanto, em nenhum desses casos acentuou-se que a dependência constituiria um componente estrutural do desenvolvimento capitalista em tais países – pelo menos com a ênfase com que o fizeram os autores dependentistas. Se algo os identifica como integrantes de uma escola de interpretação, é essa ênfase nas implicações da dependência para o desenvolvimento capitalista na periferia – que são, como vimos, o seu objeto de estudo privilegiado.

O que significa exatamente a dependência estrutural?

A resposta a essa questão ilustra claramente a metodologia proposta por Cardoso. Todo o problema tem a ver com a concepção que se sustenta da inserção histórica da periferia no capitalismo mundial. Nesse sentido, devem-se recusar as interpretações “mecanicistas” segundo as quais “as economias latino-americanas são vistas como sempre determinadas pelo ‘sistema capitalista’, à medida que se desenvolveu em escala global” (Cardoso e Faletto, 1978, p. 20); vale dizer: que os

¹⁹ Logo, trata-se de um tipo de formação social distinto daquele que caracteriza o centro do sistema, como notou Weffort (1971). Ver também Cardoso (1976), p. 134.

momentos decisivos de mudança nas economias periféricas coincidiriam sempre com alguma inflexão importante em nível internacional. Ora, argumentam Cardoso e Faletto, não faz sentido eleger o “externo” (o imperialismo, por exemplo) em fator explicativo exclusivo das transformações na periferia:

“Não vemos a dependência e o imperialismo como os lados externo e interno de uma mesma moeda, com os aspectos internos reduzidos à condição de ‘epifenômenos’. Concebido dessa forma, o imperialismo se transforma em um princípio ativo metafísico que traça os caminhos da história sobre a pele, sensível mas passiva, dos países dependentes. Não se consideram as formas das sociedades locais, as reações contra o imperialismo, a dinâmica política das sociedades locais e as tentativas alternativas” (*ibid.*, p. 21).

Ficam evidentes os aspectos centrais da metodologia de nosso autor: a concepção de totalidade; a idéia de hierarquização (dominantes/dependentes); a luta social (captada pela dinâmica política) e a correspondente possibilidade de mudança estrutural. É sobre essa base que Cardoso e Faletto desenvolvem a tese segundo a qual a dependência está inscrita na estrutura do todo em consideração. Não é possível, pois, explicá-la como algo “externo” (como aparece em certas análises). Nem tampouco sem levar em conta as relações entre as classes. Os dois aspectos são considerados pelos autores:

“Concebemos a relação entre forças externas e internas como um todo complexo, cujos elos estruturais não se baseiam em simples formas externas de exploração e coerção, mas estão enraizados em coincidências de interesses das classes dominantes locais e internacionais, e por outro lado são desafiadas por grupos e classes locais dominadas (...) A dominação externa em situação de dependência nacional (oposta a situações puramente coloniais, onde a opressão por agentes externos é mais direta) implica a possibilidade da ‘interiorização dos interesses externos’” (*ibid.*, p. 22).²⁰

A leitura atenta dessa passagem permite ver que o conceito de dependência pretende captar uma dupla contradição: de um lado, entre interesses externos e internos; de outro, entre classes. Veremos mais tarde que aí reside um dos alvos da crítica. Por outro lado, o conceito pretende trazer a dinâmica de classes para o âmago da discussão do desenvolvimento capitalista na periferia, superando assim o fosso entre economia e política que costuma caracterizar as interpretações mais ortodoxas desse processo. São as relações entre as classes (aí incluídas as que integram a aliança no poder e as que

²⁰ Ver também o cap. II, item 3, de Cardoso e Faletto (1969).

estão fora dela) que definem os rumos do desenvolvimento e o caráter mais ou menos dependente deste. De que maneira o fazem?

De acordo com Cardoso e Faletto, é através do exame das *estruturas de dominação* que se pode compreender a dinâmica das relações de classe. Daí que o eixo da discussão se desloque para a forma que, nos diferentes países dependentes, assumem essas estruturas de dominação. O exame desse problema, que está no cerne da presente versão, permite perceber a forma particular como esses autores concebem a relação economia-política. Afirmam Cardoso e Faletto:

“Como o objetivo deste ensaio [*Dependência e desenvolvimento*] é explicar os processos econômicos enquanto processos sociais, requer-se um ponto de interseção teórico, onde o poder econômico se expresse como dominação social, isto é, como política; pois é através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permita impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio, ou pelo menos tenta estabelecer alianças ou subordinar os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos. Os modos de relação econômica, por sua vez, delimitam os marcos em que se dá a ação política” (1969, p. 23).

Os processos de transformação estrutural respondem, assim, não a impulsos meramente econômicos. A forma específica que o processo de desenvolvimento assume nesta ou naquela formação social está intimamente relacionada com a natureza da estrutura de classes e com o processo político em cada uma delas.²¹ Contra um mesmo pano-de-fundo em termos de condicionantes econômicos, é possível constatar diferentes formas de reação dos agentes sociais relevantes em cada país e, daí, distintas características do processo de desenvolvimento (donde a impropriedade de se tratar a América Latina como um todo homogêneo). Por isso, as explicações que se baseiam estritamente no fator econômico (a “lógica da acumulação”) perdem-se em generalizações vazias.

O anterior não deve induzir ninguém a pensar que os grupos internos possuam total autonomia para levar a cabo as transformações pretendidas. A complexidade do problema decorre justamente do fato de que se trata de formações sociais dependentes. Mas, primeiro, está mais do que claro a esta altura que os “fatores externos” não

²¹ Na verdade, não apenas a “forma” do desenvolvimento: “...ganha-se ou perde-se, mantém-se uma forma de dependência ou vai-se para outra, sustentam-se os pressupostos gerais do capitalismo ou toca-se em seus limites e se antevê outras formas de organização social como uma possibilidade histórica, conforme o desdobramento da luta de classes” (Cardoso, 1976, p. 135).

determinam com exclusividade o processo de mudança estrutural nas formações sociais em questão; e, segundo e mais importante, esses fatores externos exercem sua influência através das relações de classe (lembre-se que estas compreendem os grupos externos à periferia). A fórmula concebida por Cardoso e Faletto tenta expressar tudo isso: “A noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo” (1969, p. 27).

Situações de dependência

A partir dessa concepção de dependência estrutural e da correspondente articulação entre fatores internos e externos, Cardoso e Faletto consideram as “situações básicas de dependência” na América Latina pós-colonial.²² Essas situações são examinadas em conexão com as fases do desenvolvimento capitalista na região, a saber: (1) expansão para fora; (2) consolidação do mercado interno; e (3) internacionalização do mercado interno. Tomando em consideração as duas primeiras fases, a relação de dependência é distinta conforme o sistema produtivo seja controlado por grupos locais ou por grupos externos (caso das economias de enclave). A preocupação dos autores em todos esses casos é sempre a mesma: *examinar como economia e política se articulam internamente e como se dá a vinculação da periferia com a acumulação em nível global* (Cardoso e Faletto, 1978, p. 24). Na medida em que o interesse da análise está principalmente voltado para a forma de dependência que emerge e se consolida na fase de “internacionalização do mercado interno” – a “nova dependência” –, faremos apenas uma breve referência às formas anteriores.²³

Nos casos em que o sistema produtivo é controlado por grupos locais, o ciclo do capital se origina internamente; o processo de valorização, do mesmo modo, ocorre internamente; no entanto, a realização depende em larga medida do mercado externo. Enquanto isso, nas economias de enclave apenas a valorização do capital se dá internamente (Cardoso e Faletto, 1978, pp. 24-5).

²² Embora se refiram à “dependência colonial”, a problemática discutida pelos autores diz respeito propriamente às situações que se colocam a partir dos processos de independência nacional (cf. Cardoso e Faletto, 1969, p. 30).

²³ Ver os capítulos III a V de Cardoso e Faletto (1969).

As políticas de industrialização, que dominam a fase de consolidação do mercado interno (o “desenvolvimento para dentro”, na terminologia cepalina), expressam a tentativa dos países latino-americanos de modificar a relação de dependência – por suposto, sobre a base de uma conjuntura externa favorável. A questão dos limites estruturais a essa tentativa de levar a cabo um modelo de desenvolvimento industrial controlado nacionalmente é algo que extrapola os limites deste trabalho.²⁴ Basta, para nossos propósitos, indicar os elementos básicos da explicação de nosso autor.

Na essência do projeto “burguês” de desenvolvimento nacional estava a noção de que a consolidação do setor industrial nos países dependentes criaria as condições para que a chamada burguesia nacional exercesse um papel semelhante ao desempenhado por suas congêneres nos países de capitalismo avançado. Concretamente, que assumisse a “condução de uma política capaz de expandir o mercado interno” (via mudança na estrutura agrária) e de promover a ruptura ou o enfraquecimento dos laços de dependência (Cardoso, 1967, p. 54; cf. Serra e Cardoso, 1980, p. 38). Entretanto, o processo histórico tomou rumo distinto. Já na segunda metade dos anos 50 ganha corpo a política de abertura ao capital externo, enquanto as tentativas de reforma agrária foram rechaçadas. Após examinar as razões desse desfecho, Cardoso conclui:

“...parece claro que os setores industriais nacionais estão se constituindo num contexto estrutural que baliza de forma relativamente acanhada as possibilidades de uma ação autônoma e de definição de objetivos que tenham como base a idéia de um desenvolvimento controlado pelo setor privado nacional” (1967, p. 73).

Não se deve deduzir daí – adverte – que as burguesias locais sejam irrelevantes. O que fracassou foi a ideologia nacional-populista com seu intento de levar a cabo um projeto de autonomia e de reforma agrária (Cardoso, 1973a, 1973b). No mesmo texto citado de 1967, Cardoso expõe a tese que desenvolveria em vários trabalhos posteriores: diante do quadro que se desenhava, a alternativa que restaria à burguesia dos países dependentes latino-americanos passava por formas de associação com o capital externo. Nesse sentido, ela cumpriria um papel claramente subordinado no que toca à condução

²⁴ Ver a parte inicial do capítulo VI de Cardoso e Faletto (1969) e, para uma interpretação mais geral da crise do projeto “burguês” de desenvolvimento nacional, tomando como referência o caso do Brasil, ver Cardoso (1967).

do processo de desenvolvimento capitalista nesses países. Essas seriam as bases do que Cardoso mais tarde denominaria de modelo de desenvolvimento “dependente-associado”, que corresponderia à nova forma de dependência, aquela que teria lugar na fase de internacionalização do mercado interno.

Cardoso concebe o desenvolvimento dependente-associado como “a forma possível para a aceleração do crescimento econômico em ‘situações de dependência’ quando as economias industriais locais se integram cada vez mais ao modo capitalista de produção” (1971c, p. 18). Esse modelo se constitui com base num tripé envolvendo o capital externo, o capital privado local e o Estado, e sua lógica consiste numa “divisão de áreas de atuação que, *sem eliminar a expansão dos setores controlados pela burguesia local*, desloca-os dos setores-chave da economia e, quando a burguesia local consegue manter-se neles, é de forma associada e subordinada” (1973b, p. 129). No período em estudo, a divisão de áreas que prevalece é a seguinte: as empresas multinacionais controlam o setor de bens de consumo duráveis e parte da produção e exportação de produtos primários, enquanto o setor estatal, ocupado por segmentos das “classes médias” (tecnocracia civil e militar) controla principalmente a área de infraestrutura.²⁵

A esse modelo de desenvolvimento corresponde, segundo Cardoso, *uma nova forma de dependência* (que não exclui a sobrevivência de formas anteriores). Este é o lugar para examinarmos o conceito de “economia dependente” utilizado pelo autor. Vejamos: “Do ponto de vista econômico, um sistema é dependente quando a acumulação e a expansão de capital não podem encontrar seu componente dinâmico essencial no interior do sistema” (Cardoso e Falleto, 1978, p. 26). Isso se traduz na inexistência (ou desenvolvimento insuficiente) de um setor local de bens de produção (o Departamento I, na linguagem marxista). Logo, nas economias dependentes “o processo de acumulação não se desenvolve integralmente: a inexistência de um setor de produção de bens de capital – ou sua debilidade – tem como consequência que *o esquema de reprodução ampliada do capital só se completa nas economias centrais*” (Cardoso, 1971d, p. 43n – grifo nosso).

²⁵ Em outro lugar, Cardoso explica a presença do Estado neste contexto como correspondendo à necessidade de um “*countervailing power*” à internacionalização do mercado (Cardoso, 1971d, p. 45).

A dependência tecnológica seria a forma de manifestação dessa importante característica do desenvolvimento capitalista dependente na fase considerada.²⁶ Afora esse problema, a acumulação nos países dependentes se depara com os limites impostos pela ausência de esquemas autóctones de financiamento, o que os leva a um endividamento externo crescente. Em suma, a “nova dependência” se traduz no desenvolvimento insuficiente de duas áreas estratégicas para a acumulação – tecnologia e financiamento –, levando a um crescente controle do setor industrial dos países dependentes por empresas multinacionais.²⁷

O modelo de desenvolvimento dependente-associado permite, segundo Cardoso, o dinamismo do processo de acumulação nos países dependentes, assim como certo grau de mobilidade social. Ele não está, entretanto, livre de contradições. A mais importante delas é que se trata de um modelo de desenvolvimento *concentrador e excludente*, algo a que Cardoso atribui o estatuto de uma “lei tendencial” do desenvolvimento capitalista na periferia (1971d, p. 40). O significado preciso da contradição apontada é que

“...o desenvolvimento capitalista de países subdesenvolvidos permite altos níveis de concentração de renda e cria um mercado de rendas médias e altas que, se é reduzido em comparação com o montante global da população, é, entretanto, suficiente para assegurar o dinamismo econômico, isto é, a acumulação de capitais e a expansão das empresas. Conseqüentemente, formam-se ilhas de desenvolvimento num contexto de pobreza” (*ibid.*).

A questão que se coloca de imediato é até que ponto esse modelo de desenvolvimento é viável (ou auto-sustentado) do ponto de vista estritamente capitalista. O argumento de Cardoso é que *não existe, nos países dependentes, um problema de estreiteza de mercado*.²⁸ O modelo de desenvolvimento adotado não requer redistribuição da renda (nem, por conseqüência, reforma agrária). Nesse sentido, a

²⁶ “Vulgarmente os economistas referem-se a este problema [do desenvolvimento insuficiente do setor I] em termos de ‘dependência tecnológica’. De fato, ele é um indicador da deficiência da acumulação. Isto leva a economia a ter de importar máquinas e insumos industriais e a ter, por conseqüência, que ativar o setor exportador (especialmente primário) para gerar as divisas necessárias” (Cardoso, 1973b, p. 131n).

²⁷ “Atualmente, a estrutura do conglomerado das economias dependentes é diferente: baseia-se na aliança das indústrias locais com empresas capazes de produzir a renovação tecnológica e de facilitar os meios financeiros necessários à expansão. São essas as razões, especialmente a última, que tornam o padrão de associação com grupos internacionais a forma por excelência da expansão dos ‘sistemas integrados de empresas’” (Cardoso, 1971d, p. 44).

²⁸ Como propõem certas teses “subconsumistas”. O ponto será retomado adiante.

eventual implementação de medidas de desconcentração da renda dependerá da existência de uma correlação de forças favorável – portanto, se decide na esfera política, *não constituindo uma exigência da acumulação de capital*: “...nas duras leis da economia, o bem-estar social aparece como um subproduto derivado do campo político, mas não como uma condição necessária para o desenvolvimento” (Cardoso, 1971d, p. 40).

Essa questão do mercado é crucial para o argumento de Cardoso quanto à viabilidade do modelo de desenvolvimento em apreço. Tomando como referência a América Latina, afirma que o desenvolvimento industrial se dá, aí, com a exclusão das massas rurais e de camadas urbanas, e apesar disso não há um problema de insuficiência de mercado. Vejamos:

“O que é, do ponto de vista capitalista, um mercado sólido e quem o compõe? Um mercado sólido é aquele que é capaz de sustentar a expansão da produção nas condições em que ela se dá. Ora, a produção no caso latino-americano dá-se em termos da tecnologia que foi de vanguarda, digamos, há 10 ou 20 anos nos centros industrialmente avançados da Europa e dos EUA. Essa tecnologia permite a produção de equipamentos de infra-estrutura, de máquinas, e a produção de bens duráveis de consumo. Os consumidores são óbvios: a alta e média classe média urbana e as ‘classes produtoras’, para os bens duráveis de consumo; as próprias empresas privadas e, principalmente, as empresas públicas para os equipamentos de base; os produtores em geral para as máquinas e insumos industriais” (1971d, p. 41).

Quanto ao consumo dos trabalhadores, Cardoso não tem dúvidas: por mais importante que seja em termos sociais, é irrelevante do ponto de vista da reprodução do capital. Mais do que isso: eventuais medidas redistributivas podem-se constituir em fator de “perturbação” da acumulação.²⁹

Por fim, é preciso chamar a atenção para a impossibilidade de generalização desse tipo de modelo para o conjunto da América Latina.³⁰ Por um lado, há que levar

²⁹ “Com efeito, para essa nova forma de desenvolvimento supõe-se o funcionamento de um mercado cujo dinamismo baseia-se, principalmente, no incremento das relações entre produtores – entre as próprias empresas – que se constituem nos ‘consumidores’ mais significativos para a expansão econômica. Em consequência, para aumentar a capacidade de acumulação desses ‘produtores-consumidores’, é necessário conter as demandas reivindicatórias das massas. Isto é, a política de redistribuição que ampliaria seu consumo torna-se ineficaz e mesmo, em determinadas condições, perturbadora do desenvolvimento” (Cardoso e Faletto, 1969, pp. 130-1).

³⁰ Sem mencionar o fato de que o modelo também é limitado internamente. Ou seja, abrange apenas um número restrito de setores das economias onde foi adotado (ver Cardoso, 1972b, p. 116). Os setores não integrados desempenham o papel de “colônias internas”, dando lugar a um dualismo de novo tipo, “funcional” à expansão capitalista (Cardoso, 1972a, p. 195).

em conta a estratégia de expansão das empresas multinacionais: "Processos deste tipo ocorrem somente quando as corporações internacionais reorganizam a divisão internacional do trabalho, incluindo partes das economias dependentes nos seus planos de investimento produtivo" (Cardoso, 1972a, p. 201). Por outro lado, apenas um determinado grupo de países conseguiu prover a base social necessária à sua implementação. Em outras palavras, apenas em alguns deles a dinâmica de classes resultou num esquema favorável à associação com capitais externos e com o Estado.

Dependência e desenvolvimento capitalista

É com base no exame das características dessa última forma de dependência que Cardoso desenvolve sua tese em torno da relação dependência-desenvolvimento capitalista. A tese consiste basicamente de duas proposições: (1) *a dependência não impede o desenvolvimento da periferia nos marcos do capitalismo*; (2) *esse desenvolvimento, porém, é de um tipo diferente daquele observado historicamente nas economias centrais*.

É por demais evidente que Cardoso tem em vista os dois grupos de interlocutores a que fizemos referência. Ou seja, pretende atingir a um só tempo os articuladores da ideologia do desenvolvimento nacional e os defensores da tese da (segundo a leitura cardosiana) inviabilidade do desenvolvimento capitalista na periferia.

Pensamos ser útil iniciar a exposição dos argumentos de Cardoso com a noção de desenvolvimento presente na tese em questão. Embora o autor se expresse de diferentes maneiras, a definição que melhor resume o seu ponto de vista nos parece ser a seguinte: "Por desenvolvimento entendo aqui (na mais ortodoxa tradição marxista) a *acumulação de capital e sua incidência na diferenciação do sistema produtivo*" (1973b, p. 122n – grifo nosso). Temos, assim, que o desenvolvimento é considerado do ponto de vista da produção material, isto é, o que se tem em mira é o desenvolvimento das forças produtivas. Outros elementos que usualmente se associam à idéia de desenvolvimento estão fora daquela definição. Em particular, exclui-se (1) a noção de que o desenvolvimento implica uma distribuição mais equitativa de seus resultados e (2) a de que implica a conquista de um grau maior de autonomia por parte dos países que o levam a cabo.

Delimitado o sentido em que o desenvolvimento é aqui considerado, passemos à proposição segundo a qual é perfeitamente possível compatibilizar dependência e

* | desenvolvimento. Cardoso procura demonstrá-la lançando mão do que considerava o "fato novo": a dominação imperialista, agora na forma da presença das corporações multinacionais em países do Terceiro Mundo, se dava de molde a permitir o dinamismo em certas áreas deste último. Desde logo, isso dependia da existência de condições internas favoráveis, na forma de uma base social capaz de sustentar o modelo de associação do capital privado local com capitais externos, com uma importante presença estatal, conforme descrito anteriormente. O dinamismo apontado se traduziria no aprofundamento da industrialização, assim como no desenvolvimento das forças produtivas, na maior importância que assume a produção da mais-valia relativa e em transformações na composição da força de trabalho – todas, dimensões importantes do processo de acumulação capitalista.

Como em qualquer parte onde ocorra um processo de desenvolvimento capitalista, o tipo que ocorre em áreas periféricas dependentes evidencia todas as contradições inerentes àquele processo. Neste aspecto, portanto, a periferia não se diferencia das economias centrais – a não ser na forma em que essas contradições se manifestam. Cristalização de pólos de riqueza e miséria, absorção e liberação de força de trabalho, diferentes ritmos de crescimento setorial e regional, a forma cíclica da reprodução etc. (Cardoso, 1976, p. 143; 1973b, pp. 113s). A constatação dessas tendências nas economias dependentes não deveria surpreender a ninguém que considere o processo em exame como um processo de desenvolvimento capitalista.

Permanece, de todo modo, o fato de que se trata de um processo que segue um padrão distinto do que teve lugar nos países centrais. Nem poderia ser de outro modo em economias tradicionalmente inseridas em relações de dependência. É inegável que a dependência condiciona o estilo de desenvolvimento dos países que se integram na periferia do capitalismo, afirma Cardoso (1971a, p. 54); ou que "a situação de dependência redefine o funcionamento do sistema econômico" (1969, p. 179). Portanto, se de um lado sustenta-se a possibilidade de desenvolvimento (no sentido antes definido) apesar da reprodução da dependência, de outro deve-se reconhecer que o estilo de desenvolvimento é problemático:

"...este dinamismo é parcial e repõe tanto os problemas da balança de pagamentos quanto da assimetria internacional, baseada em desenvolvimentos das forças produtivas, em taxas de lucro diferenciais e em salários desiguais no Centro e na Periferia (...) tampouco se pode pensar que as hipóteses de uma expansão com efeitos similares ao que ocorreu no Centro ocorrerá na Periferia, como acreditavam tanto alguns marxistas

confiantes na força revolucionária do desenvolvimento capitalista, quanto alguns analistas orientados pelas chamadas teorias da modernização” (Cardoso, 1977, p. 67).

O caráter problemático do modelo resulta do fato de que duas das condições essenciais para a estruturação do setor industrial na periferia³¹ estão sob controle das economias centrais. Trata-se da disponibilidade de financiamento e do fluxo de novas tecnologias. A propósito deste último aspecto, deve-se notar que, na nova divisão internacional do trabalho, os segmentos mais dinâmicos do Departamento I (aqueles ligados à produção de novas tecnologias) permanecem localizados nas economias centrais (Cardoso, 1972b, p. 112). A dependência, portanto, tende a reproduzir-se, sendo uma de suas expressões os montantes crescentes de recursos transferidos pelos países dependentes sob a forma de remessa de lucros e pagamento de juros. Daí a conclusão de Cardoso e Faletto:

“...se é certo que a dependência que subsiste é de outra índole (ou tem um novo caráter), esse tipo de desenvolvimento continua supondo heteronomia e desenvolvimento parcial, daí ser legítimo falar de países periféricos, industrializados e dependentes” (1969, p. 127).³²

Enfim, o desafio teórico consistiria em examinar os contornos da “forma histórica” que o desenvolvimento capitalista assume na periferia. E o primeiro requisito para o êxito desse empreendimento seria separar claramente a crítica aos males do desenvolvimento capitalista – notadamente quando este ocorre nas condições já referidas – do fato irrecusável que é a consolidação desse mesmo desenvolvimento em partes da periferia, com todas as transformações que acarreta na economia e na sociedade. Para Cardoso, a confusão entre esses dois aspectos estaria na origem das leituras “estagnacionistas” e “catastrofistas” do processo em curso na América Latina, como se verá posteriormente.

³¹ A outra condição – a capacidade de importação de bens de capital e matérias-primas complementares – seria relativamente satisfeita pelas economias que conseguiram internalizar o Departamento I (ver Cardoso e Faletto, 1969, p. 128).

³² A possibilidade de desenvolvimento apesar da manutenção de laços de dependência leva Cardoso e Faletto a se colocarem a questão da pertinência da noção de “dependência” ou sua substituição pela de “interdependência” (1969, p. 142). Para que se tenha uma idéia da ambigüidade da posição dos autores acerca da questão, cf., além do texto citado, Cardoso e Faletto (1978), p. 27.

O argumento é utilizado ainda mais facilmente para o caso de um modelo de desenvolvimento que ultrapasse os limites do capitalismo. Em geral, Cardoso tende a contornar esta questão em favor da busca de respostas para as “conjunturas específicas”, defendendo a “necessidade de definir os campos dos aliados e de interferir, para alargar, nas brechas postas como possíveis pelas contradições que minam a coesão das classes dominantes” (Serra e Cardoso, 1980, p. 78).

Em suma, Cardoso reconhece que o modelo de desenvolvimento dependente-associado não é capaz de solucionar os problemas básicos da maioria da população; enfatiza, desse modo, as contradições que permeiam sua reprodução (para não mencionar os conflitos no interior das classes dominantes, entre os defensores da associação com capitais externos e os segmentos excluídos dela). Mas insiste: o caráter desigual do desenvolvimento capitalista não deve obscurecer o fato real que é sua capacidade de reproduzir-se, embora essa reprodução se dê em meio a crises. Nesse caso, “os caminhos para alcançar uma transformação [do sistema social] são políticos” (1973b, p. 122), e a questão que se coloca é: uma transformação desse tipo é politicamente viável? E assim o autor novamente remete à discussão do sujeito – que, como tantas vezes acentua, faz a história em condições estruturais determinadas.

1.2 Críticas à versão de Cardoso

Diversos autores têm chamado a atenção para o que consideram as contribuições fundamentais desta versão da teoria da dependência. Fiori, por exemplo, afirma:

“O que esta teoria teve de importante *e que segue perfeitamente válido* foi a sua correta re colocação, do ponto de vista *metodológico*, da dimensão e da dinâmica sociológica e política de um capitalismo que se desenvolveu numa posição hierárquica periférica, situado, além disto, no espaço imediato da hegemonia norte-americana. Nesta dimensão, a principal contribuição da teoria da dependência, sobretudo na versão de Cardoso/Faletto, foi sua rediscussão da teoria clássica da revolução burguesa: das classes, do poder e do Estado no contexto de um capitalismo que eles caracterizaram como dependente e associado” (1996, p. 172 – grifos nossos).

Notemos que, na apreciação de Fiori, a versão de Cardoso, em termos metodológicos, continua válida, em particular no que diz respeito ao quadro de

referência que oferece para a análise das classes sociais e do Estado no processo de desenvolvimento dos países que compõem a periferia capitalista.³⁵

Na verdade, a interpretação segundo a qual a contribuição distintiva de Cardoso consiste em ter conseguido formular uma metodologia para a análise de situações concretas de dependência não é nova, remontando, pelo menos, ao trabalho clássico de Gabriel Palma (Palma, 1981). O referido trabalho critica com veemência as “generalizações abstratas” acerca do “capitalismo dependente” que caracterizavam várias das interpretações do desenvolvimento latino-americano. No fundo, a questão é que havia etapas a cumprir antes que se tentasse articular uma teoria do desenvolvimento capitalista na periferia. Cardoso e Faletto teriam percebido isso, de modo que seu enfoque coloca o acento na necessidade de análise histórica:

“Não é que este enfoque deixe de reconhecer a necessidade de uma teoria do desenvolvimento capitalista nas diversas partes da periferia, mas que (talvez em parte como uma reação contra a excessiva teorização no vazio característico de outras análises da dependência) insiste na análise de situações concretas de dependência. (...) *se não se dispõe primeiro de um número considerável de estudos concretos, não seria possível elaborar nenhuma nova teoria do desenvolvimento capitalista na periferia, sem cair na armadilha de uma ‘dialética do pensamento’ (que consiste em dar voltas com uma dialética abstrata em torno de conceitos previamente elaborados)*” (Palma, 1981, pp. 49-50 – grifos nossos).

O mérito do trabalho de Cardoso e Faletto residiria, então, em propor uma metodologia para orientar esses “estudos concretos”. A prevalecer esse entendimento da contribuição dos autores, o próprio uso que fazem dessa metodologia em seu ensaio clássico sobre a América Latina não poderia ser tomado como base para extrapolações de qualquer tipo sobre eventuais tendências do capitalismo na periferia. Menos ainda, para a formulação de “leis” de desenvolvimento do capitalismo dependente. Com efeito, a recusa a formular tais leis é considerada uma vantagem líquida da interpretação em apreço.

Em estreita conexão com a metodologia aludida, alguns analistas destacam o esforço dos autores por evitar tratar a América Latina como um todo homogêneo, face às múltiplas formas que assumiram as relações entre as classes sociais nos diferentes países da região, resultando em distintas vias de desenvolvimento capitalista.³⁶ Por

³⁵ Apreciação semelhante do método de Cardoso aparece em trabalho anterior do autor (cf. Fiori, 1995).

³⁶ Cf., entre outros, Goldenstein (1994) e Fiori (1984). Em seu trabalho crítico a Cardoso, Paiva faz referência às “contribuições importantes, originais e (do nosso ponto de vista)

outro lado, a possibilidade de se efetuarem comparações só existia concretamente graças a um quadro de referência tal como o sugerido.³⁷

Cremos, portanto, estar mais do que claro que a avaliação do enfoque de Cardoso deve privilegiar a questão da metodologia,³⁸ e é para ela que nos voltaremos em primeiro lugar. Independentemente, porém, dos méritos que essa metodologia possa ter, outros analistas destacam o acerto da tese central do autor relativa à possibilidade de desenvolvimento capitalista em situações de dependência – consubstanciada, como se viu na seção anterior, no modelo de desenvolvimento “dependente-associado” –, assim como de seus desdobramentos políticos. A segunda parte desta avaliação crítica será dedicada a essas questões.

Vamos dividir a discussão do método em quatro partes: (a) a forma particular de apreensão da dialética: a metodologia “histórico-estrutural”; (b) o problema da “análise concreta”; (c) a articulação entre economia e política. Após essas questões gerais, abordaremos (d) a concepção de dependência estrutural, que é a principal aplicação do método em apreço. Pretendemos mostrar que, ao contrário do que sustentam alguns analistas, segundo os quais o problema reside na incapacidade de Cardoso em aplicar um método que é essencialmente correto,³⁹ o método tem problemas graves⁴⁰ que, de

particularmente consistentes que brotam dos exercícios de comparação dos distintos padrões de desenvolvimento capitalista latino-americano na primeira metade do século XX e sua conexão com os distintos padrões de arranjo político-societário nos diversos países deste subcontinente” (1999, p. 19).

³⁷ “O livro sobre dependência (...) colocou o comportamento corrente dos industriais e dos governos em um quadro de referência que permitia comparações com épocas passadas da história econômica da região e permitia ao observador contrastar a situação em um país com a de outro. (...) Assim, a teoria da dependência parecia uma saída do dilema intelectual – uma teoria que estava enraizada na realidade latino-americana, embora usasse conceitos abstratos de larga aplicabilidade” (Kahl, 1976, p. 186).

³⁸ A necessidade de dar prioridade ao instrumental teórico-metodológico nas avaliações da teoria da dependência já havia sido sugerida pelo próprio Cardoso: “A crítica às análises de dependência e a interpretação sobre o alcance delas deve centrar-se (...) sobre a teoria e a metodologia que a informam” (1972b, p. 84).

³⁹ “A principal contribuição de Cardoso e Faletto foi ter definido a metodologia para uma análise histórica e dialética do processo de desenvolvimento e subdesenvolvimento (...) Não lograram, entretanto, aplicar satisfatoriamente seu próprio instrumental...” (Mantega, 1997, p. 136). Mesmo uma autora crítica de Cardoso e Faletto como Vania Bambirra afirma, em sua apreciação da tipologia adotada por estes: “A concepção teórico-metodológica geral proposta por Cardoso e Faletto para orientar a análise que empreenderão é correta...” (Bambirra, 1974, p. 17).

⁴⁰ De resto, o próprio Cardoso parece admitir que o problema não é só de má aplicação: “...não quero endossar a expectativa ingênua de que as teorias sobre dependência explicam *tudo*, ou, se ainda não o explicam, é porque o método foi mal aplicado” (1976, p. 146).

nosso ponto de vista, contra-indicam sua utilização em uma interpretação crítica do desenvolvimento capitalista em formações sociais periféricas.

1. *Dialética e método histórico-estrutural.* A determinação recíproca entre estrutura e processo histórico é, como vimos, o elemento explicativo da mudança social em Cardoso. Até que ponto a forma como o autor operacionaliza esse princípio metodológico guarda relação com o método de Marx? A questão é pertinente, primeiro, porque Cardoso reivindica tal filiação; segundo e mais importante, porque estamos interessados em um quadro teórico-metodológico para o tratamento da questão do desenvolvimento capitalista nas formações sociais periféricas, e nesse caso a referenciação em Marx nos parece inevitável.

À primeira vista, a concepção de dialética de Cardoso não se diferencia da de Marx. A ênfase na totalidade, na hierarquização desta e na mudança histórica apenas reproduziria dimensões centrais do método deste autor. Entretanto, olhando mais de perto, as semelhanças tendem a dissipar-se. Tudo provém, por um lado, do papel que joga o conceito de estrutura numa e noutra proposta metodológica; por outro, da visão do movimento da sociedade – no caso de Cardoso, como resultado da disputa entre classes, grupos etc. pelo controle das estruturas de dominação.

Consideramos que a visão das estruturas como limite último à luta de classes não encontra respaldo na interpretação de Marx. Ao que parece, Cardoso releu a conhecida frase de Marx (“o homem faz a história, mas em condições sociais determinadas”) para fazê-la significar que nem todas as alternativas devem ser efetivamente consideradas. A implicação prática disso não poderia ser menos relevante: Cardoso reiteradamente afasta a possibilidade da revolução na América Latina como estando fora do “marco de possibilidades estruturais”.⁴¹ Mesmo no horizonte do capitalismo, sua interpretação do processo histórico latino-americano não oferece muitas alternativas. Nos anos 60, por exemplo, o desenvolvimento “dependente-associado”, e portanto a hegemonia do capital estrangeiro, aparece como a única alternativa para levar adiante o desenvolvimento capitalista no Brasil e na América Latina. Por isso, alguns autores rotularão sua interpretação de “fatalista”.

⁴¹ “A carência de caminhos viáveis de transformação político-econômica estiola na ideologia o conhecimento das ‘leis de movimento’ das estruturas dependentes” (Cardoso, 1972b, p. 95). Para uma interpretação que atribui características “contra-revolucionárias” à interpretação de Cardoso, cf. Myer (1975).

O problema correlato é o da atribuição da mudança histórica à disputa entre grupos pela hegemonia política. Aqui a interpretação parece ir para o outro extremo (isto é, da estrutura ao sujeito). As contradições que permeiam a reprodução do capital e da sociedade são reduzidas aos conflitos intra e interclasses sociais. Trataremos deste ponto mais detalhadamente ao nos ocuparmos da articulação entre economia e política em Cardoso. Por ora, basta chamar a atenção para o fato de que esse tipo de reducionismo nada tem a ver com a complexa visão de Marx acerca do processo de reprodução e transformação nas sociedades capitalistas.⁴²

2. *O problema da "análise concreta"*. Um segundo problema com o método de Cardoso está relacionado justamente àquilo que aparece como um de seus pontos fortes: a ênfase que põe na análise concreta. Antes de mais nada, deve-se reconhecer a importância que teve, a seu tempo, a crítica à transposição mecânica de modelos interpretativos para a periferia capitalista, e o papel de Cardoso a esse respeito é inegável.⁴³ Há, porém, dois problemas (pelo menos) no modo como o autor encaminha a questão. Um deles diz respeito à forma de articulação das leis gerais de movimento do capital, tais como formuladas por Marx, com sua manifestação concreta nas formações sociais periféricas. Em outras palavras, como passar de um arcabouço geral construído, como se sabe, em um nível de abstração bastante elevado ao estudo de formações sociais particulares. Quanto a isso, Cardoso argumenta que não repetirá o trabalho que Marx já havia feito: sua tarefa consistiria em

“mostrar como as tendências gerais da expansão capitalista tomam-se relações concretas entre homens, classes e Estados na periferia. É este o movimento metodológico que constitui a chamada passagem de um estilo ‘abstrato’ de análise para uma forma ‘concreta’ de conhecimento histórico” (Cardoso e Faletto, 1978, pp. 23-4).

⁴² Não se desconhece a dificuldade com que a tradição marxista tem lidado com o problema da relação entre estrutura e sujeito (cf. o capítulo II de Anderson, 1983). O que se está afirmando é que a alternativa sugerida por Cardoso parece bem distante de uma interpretação como a de Marx, que tem no horizonte a superação da ordem social existente.

⁴³ Assim é que lemos, ao final de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*: “...ficam evidentes as limitações da utilização dos esquemas teóricos relativos ao desenvolvimento econômico e à formação da sociedade capitalista dos países hoje desenvolvidos para a compreensão da situação dos países latino-americanos. Não só o momento histórico é distinto, como as condições estruturais do desenvolvimento e da sociedade tornaram-se historicamente diversas” (Cardoso e Faletto, 1969, p. 139).

Tal processo de concreção, que exige a produção de categorias específicas para a realidade sob exame, teria como eixo o processo de constituição e transformação dos padrões estruturais, a partir da ação dos grupos, classes etc., na forma exposta na seção anterior. Cardoso concebe esse processo de concreção como um movimento *do particular ao geral* (cf. 1972b, pp. 91-2). O movimento oposto, do geral ao particular, é o que teria sido tentado, sem maiores resultados, por outras interpretações do processo histórico latino-americano. A partir do que seriam as leis (ou tendências) gerais da produção capitalista, essas interpretações fazem extrapolações para a periferia como um todo, resultando em análises abstratas e indeterminadas, posto que deixam de captar a diversidade de relações existentes no seio das formações sociais que compõem aquele conjunto.⁴⁴ Analisando o procedimento metodológico de Cardoso, Myer observa:

“Cardoso afirma que a análise marxista da América Latina contemporânea foi levada a extraviar-se devido à tentativa errada dos marxistas de forçar a história da América Latina em um molde em que não se encaixa. Ele argumenta que a análise do desenvolvimento do capitalismo que foi desenvolvida por Marx estava baseada exclusivamente nas particularidades da história européia ocidental, e que a teoria é uma teoria abstrata do desenvolvimento capitalista em geral (...) Esta formulação de Marx apresenta duas dificuldades quando usada para analisar a situação da América Latina. Em primeiro lugar, argumenta Cardoso, a situação com que os teóricos estão tratando é uma situação particular, não uma situação geral. Em segundo lugar, as características concretas da situação latino-americana diferem qualitativamente daquelas que constituíram a história da Europa ocidental” (1975, pp. 39-40).

Adiante, o mesmo autor acrescenta:

“Cardoso também argumenta que a análise marxista tem sido incapaz de fornecer uma descrição adequada da realidade latino-americana devido ao fato de ter-se baseado em um ‘ponto de partida estrutural’ errado. Este erro resulta do anterior, em que os marxistas têm negado as características históricas únicas que (para Cardoso) têm caracterizado o desenvolvimento brasileiro. Assim procedendo, os marxistas têm começado suas análises do desenvolvimento brasileiro do ponto de vista geral fornecido por Marx, em vez do ponto de vista particular das características particulares da história brasileira. Este é o erro que Cardoso caracteriza como o de proceder do geral ao particular, ou simplesmente a aplicação de um ‘tipo ideal’ a uma situação não-ideal” (p. 40).

Pensamos que há, aqui, um sério problema com a metodologia de Cardoso, que pode ser resumido da seguinte maneira: se é certo que não se pode simplesmente tomar as formulações gerais de Marx sobre o modo capitalista de produção e aplicá-las, sem mediações, aos países periféricos, não se pode, por outro lado, desconhecer que esses países são dominados pelo mesmo modo de produção, e nesse sentido as mesmas

⁴⁴ Cf. Myer (1975), p. 39.

tendências gerais são observáveis. A tarefa que se impõe ao investigador que se ocupa das formações sociais periféricas consistiria em examinar como tais tendências se manifestam concretamente; não pode, portanto, deixar de considerar (ou tratar como simples ponto de partida) o marco geral proporcionado por Marx (e outros autores) acerca das leis de movimento do capital, sob o risco de cair no empirismo. O comentário de Chilcote parece pertinente:

“Cardoso salientava a necessidade de se estudarem ‘situações’ concretas de dependência e tentou evitar formulações teóricas rígidas. Em resultado, desviou-se do determinismo mas na direção de generalizações empíricas que, para alguns, afastaram-no completamente do marxismo” (1983, p. 115).

O outro problema relacionado à ênfase de Cardoso na análise concreta diz respeito à leitura que se deve fazer dos resultados de investigações sobre situações concretas de dependência. Que estatuto deve ser atribuído às tendências observadas? Devemos lembrar que Cardoso, como os outros dependentistas, é um defensor da especificidade do desenvolvimento capitalista periférico face ao “clássico” (daí ser equivocada a transposição de modelos). Não acha, entretanto, que as tendências evidenciadas pelo primeiro tenham o estatuto de “leis” do capitalismo dependente.⁴⁵ A rigor, isso é uma decorrência necessária da visão de Cardoso segundo a qual as categorias têm um caráter rigorosamente instrumental (são como que “andaimes”). São ferramentas aplicáveis a situações delimitadas no tempo e no espaço, portanto impassíveis de generalização: “...os conceitos têm um movimento, uma história e um alcance teórico-prático limitado” (Cardoso, 1972b, p. 94).

A intenção clara de Cardoso é banir de sua interpretação do desenvolvimento capitalista periférico todo ranço de determinismo, considerando sempre a história como um processo que comporta múltiplas alternativas. No entanto, sua interpretação tem conseqüências negativas, do ponto de vista teórico-metodológico, na medida em que resulta numa indefinição muito grande sobre o significado da investigação científica referenciada no método dialético.

3. *Economia, política e classes sociais.* Este é, provavelmente, o aspecto mais criticado da interpretação de Cardoso. Lembremos que a ênfase na dimensão político-

⁴⁵ Para uma delimitação da divergência a este respeito no interior da escola da dependência, ver Santos (1996), pp. 125s. O ponto será retomado a propósito da versão de Marini.

social do desenvolvimento é aí justificada com base no argumento de que “é através das estruturas sócio-políticas sustentadas e movidas pelas classes e grupos com interesses opostos que o capital se realiza na história...” (Cardoso e Faletto, 1978, p. 26). O desenvolvimento capitalista se dá em contextos sociais e políticos concretos, e não num vácuo. Logo, sem a incorporação das estruturas sócio-políticas, a investigação não escaparia ao destino das generalizações abstratas.

Há, a nosso ver, um equívoco na forma como Cardoso concebe a relação economia-política. Se a investigação se atém à dimensão econômica, argumenta, mantém-se no plano da abstração (no sentido de algo “parcial”, “indeterminado”). Só a partir do momento em que intervém a luta concreta dos grupos e classes, é que a mesma ganha concreção, consistência.⁴⁶

Para começar, devemos notar que esse critério de determinação do nível de abstração é estranho a Marx. A prevalecer tal critério, seríamos forçados a dizer que o que se encontra em *O capital*, por exemplo, são análises “abstratas” (no sentido dado há pouco), posto que, obviamente, não temos aí a interferência das classes (entenda-se: no nível mais concreto em que Cardoso as considera).⁴⁷ Não deve ser por outro motivo que Cardoso não consegue passar do modo de produção capitalista (MPC) no nível mais abstrato em que Marx o examina às situações concretas, a não ser por um procedimento que praticamente desqualifica o econômico (a análise da acumulação etc.). Assim, da recusa da “autonomia relativa do econômico frente ao político” (Cardoso, 1971b, p. 112), Cardoso termina por deslocar o econômico para o plano das “abstrações”. Por trás desse ponto de vista, há um duplo equívoco: o que se entende por “economia” neste contexto; e qual o papel da luta de classes na presente interpretação.

Economia, para Cardoso, corresponde, *grosso modo*, ao “sistema produtivo” ou, alternativamente, ao “modo de produção”. Este é tomado como “ponto de partida” da investigação⁴⁸ ou como um “marco estrutural”, um cenário para o drama encenado pelas

⁴⁶ Essa concepção transparece, por exemplo, na crítica de Cardoso a Poulantzas, onde se afirma: “Para Marx, não se tratava [o econômico e o político] de campos distintos de práticas humanas e de áreas teóricas diversas, mas de *níveis de complexidade do real que se articulavam em totalidades complexas de pensamento*” (Cardoso, 1971b, p. 112 – grifo nosso).

⁴⁷ Com efeito, Cardoso argumenta na mesma crítica a Poulantzas: “Expressamente, ao criticar o método da economia política, Marx critica também a idéia de uma *economia* (...) como algo à parte do social e do político” (1971b, p. 112). Isso não o impediu, entretanto, de formular as leis gerais da acumulação capitalista, no plano mais abstrato que caracteriza *O capital*.

⁴⁸ Concepção que já está presente no livro sobre os empresários brasileiros (cf. Cardoso, 1964, p. 167). Nesse trabalho, Cardoso parece utilizar a expressão “modo de produção” como se

classes, grupos etc. Daí a crítica de Bamberger a propósito de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*:

“...o econômico está presente neste estudo apenas como um ‘marco’ muito geral, a partir do qual se desenvolve uma análise essencialmente sociológica. Ou seja, o econômico importa apenas na medida em que define os parâmetros estruturais, enquanto o estudo se centra na ‘ação dos distintos grupos’, considerada do ponto de vista sociológico. Ora, o econômico, na medida em que é considerado apenas como marco estrutural em sentido tão geral, não permite revelar, em toda a sua complexidade, a gama intrincada da ação dos diversos grupos e classes sociais *que atuam em função de interesses econômicos objetivos...*” (1974, p. 17).⁴⁹

A autora adverte que tal opção metodológica resulta numa visão estática do econômico:

“Na medida em que a análise econômica não é realizada *pari passu* com a análise sociológica, a legalidade do econômico tende a aparecer como estática e não como um processo econômico que se desenvolve sob leis e contradições que engendram uma dinâmica específica, em função da qual e sobre a qual atuam os homens, que refletem posições específicas de classes e as modificam” (*ibid.*).

Cardoso revela, assim, uma enorme dificuldade para incorporar em suas análises sobre dependência a estrutura econômica da sociedade. Apesar das afirmações em contrário, a economia não passa de um “condicionante” para as disputas dos grupos sociais pela hegemonia política. Como veremos, tal negligência quanto a um exame explícito do modo de produção, a pretexto de evitar o economicismo, é a razão básica pela qual a versão de Cardoso da teoria da dependência é pouco expressiva enquanto teoria do desenvolvimento capitalista na periferia. Além disso, não há como deixar de reconhecer o viés politicista que alguns analistas lhe atribuíram.⁵⁰ Portanto, a intenção manifesta de Cardoso e Faletto de “vincular concretamente os componentes econômicos e os sociais do desenvolvimento na análise da atuação dos grupos sociais e não só justapô-los” (1969, p. 21) parece ficar comprometida.

Passemos à discussão da forma como Cardoso incorpora as classes e a luta de classes em sua interpretação. Como foi lembrado por Cueva, “Em geral, é a análise das classes e do conflito de classes que constitui o calcanhar-de-aquiles da teoria da

referindo à produção *stricto sensu*, e não ao conjunto das relações de produção correspondentes a um dado estágio de desenvolvimento das forças produtivas (ver pp. 193-4).

⁴⁹ Cf. também Marini (1978), p. 99.

⁵⁰ A esse respeito, vale a pena conferir a instigante crítica de Mathias (1983).

dependência” (1976, p. 14). Não é diferente no caso de Cardoso. Sua visão acerca da luta de classes é, em grande parte, um resultado do reducionismo que caracteriza seu tratamento da estrutura econômica da sociedade. Mas sua abordagem da própria estrutura de classes não parece ter tido melhor sorte. Por paradoxal que possa parecer, as classes não são exatamente um conceito central em suas análises: “...Cardoso coloca no centro da teoria do desenvolvimento dependente-associado não a classe social, mas as ‘relações estruturais’ entre os vários grupos sociais” (Myer, 1975, p. 40).⁵¹ E, não obstante afirmar que “para a determinação da posição de classe as relações de produção constituem base fundamental” (Cardoso, 1971b, p. 121), um exame atento de sua interpretação mostra que tal princípio é praticamente ignorado,⁵² de maneira que as classes ocupam aí o papel de um “parâmetro estrutural”, conforme assinalou Mathias:

“Embora nessa abordagem a ação das classes sociais se inscreva no quadro das relações econômicas predominantes nessas sociedades, ela não é posta senão como um simples parâmetro estrutural – podendo, quando muito, fornecer indicações sobre a *estrutura* particular de classe em determinado momento –, *sem que as contradições que se processam ao nível da produção sejam apreendidas através de seus efeitos sobre o comportamento político dos agentes sociais*” (1983, pp. 157-8 – o último grifo é nosso).

Incapaz de incorporar, em suas tentativas de “análise concreta”, as contradições de classe correspondentes à esfera da produção, resta a Cardoso o recurso de introduzir, exogenamente, a “luta de classes” (logo veremos o conteúdo que lhe é atribuído) como motor da mudança estrutural. Marini conseguiu captar isso com precisão:

“...qualquer marxista sabe, com Marx e Engels, que a história da humanidade é a história da luta de classes e, com Lênin, que a luta de classes é o único terreno em que um marxista se move com firmeza. No entanto, isto não quer dizer que a luta de classes se explique *por si mesma* ou, se quisermos, que seja o *deus ex machina* que permite explicar tudo. Antes, para um marxista, a tarefa reside sempre, no plano da análise abstrata como no da análise concreta, em conhecer o que é que explica a luta de classes, e isto remete, necessariamente, ao exame das condições materiais em que ela se dá. (...) A luta de classes *não é* um processo que *atua* em um *marco estrutural*...” (1978, p. 68).

Tudo isso se agrava ao constatar-se que a luta de classes é reduzida, nessa interpretação, à disputa pelo controle do Estado. Daí sua ênfase nos “processos de

⁵¹ Note-se que os textos de Cardoso se referem imprecisamente a classes, grupos, movimentos etc., com o que a contradição capital-trabalho fica grandemente diluída.

⁵² Prova disso é que a ênfase é posta quase exclusivamente nas classes dominantes: “...os atores mais importantes, e quase os únicos, são as oligarquias e a burguesia e, no melhor dos casos, os setores médios. Quando os setores populares aparecem, é somente como massas passivas e manipuladas” (Cueva, 1976, p. 14). Ver também Mathias (1983), p. 161.

constituição e de dissolução das alianças de classe no poder..." (Mathias, 1983, p. 158). Desse modo, a luta de classes se reduz à "política" e esta, à "vontade política".⁵³ O processo de mudança social, sempre entendido como um processo de mudança das relações estruturais (econômicas, sociais etc.), tem sua explicação necessária na esfera política.

As conseqüências disso para a interpretação do processo histórico latino-americano não poderiam ser mais graves. A principal delas é que o desenvolvimento capitalista, a dependência e a mudança na forma desta última passam a ser vistos como questões essencialmente políticas.⁵⁴

4. *A concepção de dependência estrutural.* A discussão deste ponto é oportuna pelo fato de tal conceito ser uma aplicação direta do método de Cardoso à situação latino-americana. Em geral, a crítica foi bastante condescendente neste particular. Repetidas vezes louvou-se o esforço de Cardoso em evitar separar as condições externas das internas, em evitar atribuir a primazia às primeiras na análise do desenvolvimento capitalista na América Latina, em trazer para o núcleo da referida análise a dinâmica de classes específica a cada país e em mostrar que o estudo dessa dinâmica de classes não se esgotava no âmbito dos países periféricos, dado que as articulações com grupos externos eram cada vez mais evidentes. Em suma, o conceito de dependência corresponderia a uma síntese bastante complexa capaz de articular dialeticamente uma dupla contradição: entre condicionantes internos e externos e entre classes. Não é que Cardoso tivesse simplesmente substituído a ênfase nos condicionantes externos⁵⁵ pelos

⁵³ Myer é ainda mais radical em sua crítica a Cardoso, argumentando que a análise deste, de fato, desconhece o conceito de luta de classes: "Embora Cardoso discuta classes sociais, contradições de classe, alianças de classe e interesses de classe, há uma coisa que é conspícua em sua ausência: *luta de classes*" (1975, p. 36). Isto é essencialmente verdadeiro, se considerarmos como Cardoso redefine o seu conteúdo.

⁵⁴ Goldenstein tem razão quando se reporta à visão de Cardoso e Faletto sobre as possibilidades de um modelo de desenvolvimento fundado na associação com capitais externos: "...Cardoso e Faletto acabaram caindo em uma outra armadilha com sua conclusão um tanto quanto otimista. A possibilidade de uma integração dinâmica com os países centrais abriria o caminho para um desenvolvimento cuja única barreira possível seria de natureza política. As 'condições econômicas' estariam dadas..." (1994, p. 51).

⁵⁵ Por condicionantes externos, Cardoso se refere a várias coisas ao mesmo tempo: ao "modo de produção capitalista internacional", ao "imperialismo", ao "mercado externo" etc. (1971e, p. 125).

internos. Na verdade, sua intenção era a de superar a dicotomia entre esses grupos de fatores: *a dependência externa seria a expressão de relações de classe*.⁵⁶

A fórmula tem a vantagem de superar a visão mais simplista de dependência externa que estivera presente em alguns trabalhos sobre o tema. Tem, igualmente, a vantagem de, ao levar em conta as relações de classe, conferir certa flexibilidade à interpretação das tendências do desenvolvimento capitalista na América Latina, na contramão, portanto, do dogmatismo que sempre espreitou certas análises desse processo.

Parece haver, em todo caso, dois problemas básicos com essa concepção (por sinal, ambos associados às vantagens que acabamos de referir). Por um lado, até que ponto a noção de dependência formulada por Cardoso consegue escapar de uma perspectiva nacional, ou, visto o problema de outro ângulo, até que ponto consegue manter uma perspectiva de classe. Por outro lado, qual o tratamento efetivamente dado nesta interpretação aos condicionantes externos do desenvolvimento capitalista na periferia e, portanto, qual o alcance de suas conclusões acerca das tendências desse desenvolvimento.

A primeira crítica é relativamente conhecida e foi formulada por Weffort, que a enuncia nos seguintes termos:⁵⁷ "...se admitimos que as teorias convencionais do desenvolvimento capitalista nacional falharam, como então determinar as relações entre classe (e relações de produção) e Nação no processo do desenvolvimento do capitalismo na América Latina?" (1971, p. 5). Em outras palavras, como articular a dominação de classe (no plano interno) com a dependência/dominação externa? A avaliação de Weffort é que, "buscando indicar em forma globalizante estes dois níveis de problemas, a idéia de 'dependência' parece padecer de uma inevitável ambigüidade teórica" (p. 7). Precisando melhor a crítica, argumenta que, no enfoque a que se filia Cardoso, "pretende-se que a dinâmica das relações de produção e das relações de classe determine, em última instância, o caráter (real) do 'problema nacional'" (p. 10). Acha,

⁵⁶ É o que lemos na seguinte passagem de Quartim de Moraes, endossada por Cardoso: "Na medida em que também nós reclamamos uma concepção dialética e materialista da dependência, é preciso concebê-la (...) como síntese dos 'fatores externos' e dos 'fatores internos'" (Cardoso, 1972b, p. 101).

⁵⁷ Deve-se notar que a crítica não se dirige exclusivamente à versão de Cardoso; tem em vista os diversos autores que adotam o ponto de vista da dependência como um componente "estrutural" dos países subdesenvolvidos (Weffort cita, além de Cardoso, Aníbal Quijano e A. G. Frank). Tratamos aqui de Cardoso pelo fato de que este é o autor especialmente visado no texto em questão e o que enfrenta mais de perto o problema levantado, sobretudo em sua réplica a Weffort (ver Cardoso, 1971e).

porém, que a análise efetuada por Cardoso e Faletto termina subsumida na premissa nacional – resultado inevitável da noção de dependência que a informa. E conclui que a única maneira de evitar a aludida ambigüidade seria adotar uma perspectiva de classe – o que, na prática, significaria abrir mão da noção de dependência (sem descartar, obviamente, o problema para que ela aponta).⁵⁸

A resposta de Cardoso consistiu em mostrar (1) que “a contradição entre as classes, nos países dependentes, *passa* por uma contradição nacional”, isto é, entre o Estado-nação e o “imperialismo” (1971e, pp. 129-30). Weffort tenta evitar o que considera ambigüidade da noção de dependência ao preço de descartar as contradições associadas à existência de Estados nacionais;⁵⁹ (2) que não faz sentido, em análises concretas, assumir uma perspectiva de classe “de modo indeterminado”. Quanto a isso, a teoria da dependência, se parte da “produção capitalista internacional” (sendo esta a “contradição sobredeterminante”), não se detém, entretanto, nesse plano geral, procurando examinar como a relação externo-interno se configura concretamente em cada país dependente.

Parece ter havido da parte de Weffort certa incompreensão do núcleo da argumentação de Cardoso quanto à relação nação/classe. Em particular, parece não ter percebido que a política (enquanto expressão de relações de classe) é o princípio explicativo último nesta interpretação, isto é, é a esse nível que se determinará até que ponto a busca por autonomia (ou, ao contrário, a opção por uma forma de inserção subordinada) prevalecerá.

Esta particular forma de resolução do conflito entre uma perspectiva de classe e uma perspectiva nacional não deixa de ser interessante. Permanece, porém, presa do reducionismo a que nos referimos anteriormente, isto é, de apreender a luta de classes em termos de disputa pela hegemonia política, desvinculando-a das contradições que se processam ao nível da acumulação. Ao dissolver a luta de classes na disputa pelo controle do Estado, a análise de Cardoso termina deixando em aberto a questão da

⁵⁸ “...não creio que caiba numa perspectiva teórica que toma como ponto de partida as relações de classe uma noção global de ‘dependência estrutural’. Se tomarmos a rigor a idéia correta de que as relações de classe determinam o caráter do ‘problema nacional’, a noção de dependência deverá ser especificada em cada caso de maneira concreta” (Weffort, 1971, p. 10n).

⁵⁹ Há um ponto interessante a ser notado em conexão com este problema. Referindo-se à situação de dependência correspondente à fase de “internacionalização do mercado interno”, Cardoso admite que o Estado nacional, “como objeto de estudo”, perdeu o significado que tivera anteriormente. Tal fato, entretanto, não equivale a descartar a perspectiva teórica da dependência, porquanto as contradições de classe “se articulam, ainda hoje, através do Estado e da nação” (1971e, p. 131).

natureza de classe do Estado nos países periféricos.⁶⁰ Por outro lado, se levada às últimas conseqüências, a explicação por ele sugerida implica renunciar à interpretação em termos de dependência.⁶¹ De fato, tal desfecho era previsível, e não é por acaso que o autor reiteradas vezes chama a atenção para o caráter absolutamente provisório dos conceitos, sendo que o de dependência não foge à regra.

Se essa é ou não uma solução aceitável, é outra questão. Em todo caso, ela não elimina o problema da hierarquia existente no seio da economia mundial, que, em última instância, foi o que motivou os estudos sobre dependência. Restaria, portanto, por discutir o tratamento dado por Cardoso às chamadas “causas externas” e, assim, aferir o alcance da interpretação das tendências do desenvolvimento capitalista na periferia que deriva do seu conceito de dependência estrutural.

Seguindo o seu raciocínio, o êxito relativo de determinado modelo de desenvolvimento capitalista nos países dependentes – resultado de uma particular correlação de forças políticas internas – está intimamente associado à existência de um ambiente internacional favorável.⁶² O modelo de desenvolvimento “dependente-associado” ilustraria precisamente isso.⁶³ Mas é aqui que reside o problema: da mesma maneira que não trata das condições internas da acumulação nos países dependentes, centrando-se, antes, na investigação das tendências da luta política, Cardoso também não discute a acumulação capitalista em nível mundial. Esta, com efeito, é reduzida ao papel de mero “parâmetro estrutural” ou de “ponto de partida” da investigação. Isso equivale a ignorar a dinâmica das transformações que se processam nesse nível, o que compromete enormemente o alcance das conclusões desta análise acerca das tendências do desenvolvimento capitalista na periferia do sistema. A crítica de Goldenstein vem a propósito dessa deficiência:

“Ao alçar a luta de classes à condição de fórum precípua no qual as estruturas seriam definidas e, ao mesmo tempo, transformadas, Cardoso e Faletto criticaram corretamente as concepções baseadas numa ‘lógica inelutável do capitalismo’, porém perderam de vista uma análise do movimento geral do capital internacional” (1994, p. 51).

⁶⁰ Como acertadamente notou Cueva (1976, p. 15); cf. também Mathias (1983), pp. 163-4.

⁶¹ Ver a última passagem citada na nota de rodapé 34 deste capítulo, onde Cardoso reafirma o peso da escolha política sobre a estrutura da economia.

⁶² Este aspecto é realçado por Oliveira (1972), p. 12n; ver também Mantega (1997), p. 136. Ambos reprovam o que consideram ênfase nos “fatores externos” por parte da interpretação em apreço. Lipietz (1985) vai mais longe, atribuindo a Cardoso um elemento de “funcionalismo” (cf. p. 33). Não cremos, entretanto, que se possa rotular esta abordagem de “exogenista”.

⁶³ Para uma das poucas referências à relação entre esse modelo e o movimento de busca de novos mercados por parte de grupos estrangeiros, ver Cardoso e Faletto (1969), pp. 122s.

Passemos à avaliação do tratamento dado a algumas questões substantivas. Vamos nos deter na tese da não-oposição entre dependência e desenvolvimento capitalista e nas implicações políticas da presente versão.

Não resta dúvida de que, com sua insistência na viabilidade de um certo modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil e em alguns outros países latino-americanos, Cardoso deu uma contribuição importante no sentido de reorientar o debate para as condições efetivas daquele desenvolvimento. Era preciso sensibilidade para incorporar os fatos novos, ao invés de adotar esquemas rígidos de interpretação. Em todo caso, a tese não está isenta de problemas. Vamos privilegiar dois deles: (a) o caráter irreversível do desenvolvimento dependente-associado; (b) os fundamentos desse modelo.

Quanto ao primeiro aspecto, já no início dos anos 70, Cardoso considerava o desenvolvimento dependente-associado como irreversível.⁶⁴ À primeira vista, isso pode parecer estranho, dada a insistência do autor em que o processo histórico comporta alternativas. De fato, Cardoso faz uso seletivo da relação entre as condições estruturais e o processo histórico de luta de classes, atribuindo às primeiras um peso historicamente variável. No caso que estamos examinando, seu argumento é que as alternativas à associação com o capital estrangeiro eram politicamente “inconsistentes” (Cardoso e Faletto, 1969, p. 120).

Que dizer dos fundamentos do modelo de desenvolvimento em questão? Um de seus principais pressupostos, como vimos, é que as limitações de mercado (associadas à concentração da renda) não constituem obstáculo à acumulação de capital. Na verdade, este é um ponto de divergência importante *vis-à-vis* outras interpretações do desenvolvimento capitalista na periferia. A este respeito, Paiva (1999) situa Cardoso na contracorrente de certa literatura marxista (notadamente Baran) que procura acentuar os constrangimentos que as limitações de mercado impõem ao investimento produtivo (e ao crescimento) na periferia.⁶⁵ Reportando-se ao argumento de Cardoso segundo o qual a demanda que de fato importa para a acumulação é a demanda intercapitalista, afirma:

⁶⁴ Conforme observou Theotonio dos Santos, esta posição data de 1974 (ver Santos, 1998, p. 114).

⁶⁵ Paiva, na verdade, vai mais longe, referindo-se às “limitações de mercado, associadas à divisão internacional do trabalho e à consolidação de uma ordem distributiva especificamente monopolista e concentradora na periferia, *como fundamento da reprodução dependente das economias subdesenvolvidas*” (1999, p. 6 – grifo nosso).

“Na verdade, Cardoso trata genericamente as demandas intercapitalistas como demandas que, de alguma forma, seriam alternativas às demandas de consumo. Neste movimento, confunde a demanda por insumos e bens intermediários – que só se impõem como resposta a demandas de bens finais – e a demanda de bens de capital, associada a novos investimentos. De fato, apenas a demanda por bens de capital é uma demanda autônoma e, como tal, é a única que pode sustentar o nível de utilização da capacidade e – por consequência – o crescimento da economia em condições de depressão do consumo...” (Paiva, 1999, p. 11).

Tal equívoco resulta, a nosso ver, do fato de que Cardoso trata bastante abstratamente – ao contrário do que costuma defender – a questão da realização nos países periféricos. Ora, nem nestes nem nos países centrais a questão é de simples resolução, e as análises de Marx deixam isto claro. Sem pretendermos aprofundar-nos no tema, basta relembrar que, se num plano mais abstrato (como o dos esquemas de reprodução), este autor demonstra que a reprodução do capital é inteiramente viável, sua expressão concreta é permeada de inúmeras dificuldades, e neste âmbito a tendência do sistema a limitar a capacidade de consumo das massas trabalhadoras é um componente importante. Portanto, o mínimo que se pode dizer é que a relação entre distribuição da renda/investimento/crescimento deve ser considerada de modo concreto, nas diferentes conjunturas do desenvolvimento capitalista nos países periféricos.

Além de relativizar os problemas que a acumulação de capital na periferia poderia enfrentar em decorrência das limitações de mercado, Cardoso remete a explicação de sua dinâmica aos impulsos expansivos das empresas multinacionais. Como dissemos, nosso autor não se detém no exame da lógica deste último processo, que na verdade funciona como um dos pressupostos de sua análise. É interessante notar que o ponto de vista de Cardoso bate de frente com aquele que orientara toda a perspectiva de Baran com respeito ao imperialismo e suas implicações para os países subdesenvolvidos:

“A característica principal do imperialismo dos dias presentes é que ele agora já não se contenta mais com a rápida obtenção de grandes lucros esporádicos nos territórios que domina, ou com a simples manutenção de um fluxo regular desses lucros, por um período mais ou menos longo. Impulsionado por uma empresa monopolística bem organizada e racionalmente dirigida, o imperialismo tem hoje, como escopo, a perpetuação dessa corrente de lucros. Descobre-se, assim, o objetivo fundamental do imperialismo em nossa época: *impedir ou, se isto for impossível, retardar e controlar o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos*” (Baran, 1957, p. 278 – grifo nosso).

A oposição entre a dominação imperialista e o desenvolvimento econômico (sic) dos países capitalistas subdesenvolvidos é sistematicamente reiterada no trabalho em questão. Note-se, porém, que Baran tem em mira as grandes empresas estrangeiras produtoras de matérias-primas para exportação, não incorporando em sua análise o movimento de ocupação de importantes segmentos da produção industrial da periferia por parte de grupos externos.⁶⁶ Como se sabe, é esse movimento que Cardoso privilegia e é com base nele que formula sua tese da não-incompatibilidade entre o desenvolvimento industrial da periferia e a expansão imperialista. Na verdade, esta seria condição daquele (dado o bloqueio de outras alternativas, como vimos há pouco).

O grande problema com a tese de Cardoso⁶⁷ é a forma pouco dialética com que trata o aludido fenômeno, incorrendo em erro simétrico ao de Baran. Por mais que se tenha cuidado de cuidados ao restringir o alcance de suas afirmações, o que fica evidente é sua confiança na possibilidade de a abertura ao capital externo assegurar o desenvolvimento industrial da periferia. Dá-se como relativamente certo o deslocamento do capital das multinacionais para a periferia (algo que, historicamente, tem sofrido variações), sem que se examinem os limites do modelo de desenvolvimento fundado nessa lógica.

Embora não seja objeto deste trabalho, não seria inoportuno notar que as possibilidades de êxito de um modelo de desenvolvimento rigorosamente dependente de fluxos regulares de investimento direto externo são bastante reduzidas, como têm demonstrado trabalhos recentes. Para Cardoso, entretanto, os problemas que um modelo de desenvolvimento como esse poderia acarretar são estritamente de ordem social: do ponto de vista da acumulação em si, seu êxito estaria assegurado. Não foi o que mostrou a evolução histórica – especialmente a mais recente – dos países periféricos.

Por fim, é necessário avaliar, ainda que brevemente, as implicações políticas da tese que nos ocupa. Para começar, o próprio Cardoso, em alguns lugares, admite a indefinição que, a esse respeito, está presente em seus trabalhos.⁶⁸ Para além dessa

⁶⁶ Deve-se observar, em favor de Baran, que este último movimento tem o seu auge posteriormente à época em que o livro foi escrito (meados dos anos cinquenta).

⁶⁷ Myer questiona a autoria da tese, afirmando que, de fato, ela já havia sido plenamente desenvolvida por Lênin antes da Revolução de Outubro (cf. Myer, 1975, p. 34).

⁶⁸ Depois de afirmar que os teóricos da dependência, independentemente da corrente a que pertençam, têm produzido uma análise política “relativamente pobre”, Cardoso admite que aqueles que não compartilham uma visão “idílica e catastrofista” “ou revelam uma boa vontade quanto a um ‘capitalismo autônomo’ que não se vê bem como se realizará ou esboçam

indefinição, entretanto, sobressaem algumas características que devem ser consideradas. Em primeiro lugar, há uma clara relativização da capacidade de enfrentamento político da dominação imperialista por parte das classes dominadas dos países dependentes, principalmente se tal enfrentamento tem no horizonte a superação do capitalismo. Por trás dessa conclusão, está a aposta de Cardoso em que a prosperidade interna derivada do desenvolvimento “dependente-associado” permitiria a incorporação de certos setores sociais e algum grau de “abertura social” (Cardoso, 1973a, p. 130), com a conseqüente perda de força dos movimentos revolucionários (cf. Myer, 1975). Depois de tudo, a própria definição do imperialismo como o inimigo principal não seria inteiramente apropriada ao novo contexto latino-americano. Theotonio dos Santos precisa bem a posição de Cardoso quanto a esse aspecto:

“Os inimigos não são, portanto, o capital internacional e sua política monopolista, captadora e expropriadora dos recursos gerados em nossos países. Os inimigos são o corporativismo e uma burguesia burocrática e conservadora que, entre outras coisas, limitou a capacidade de negociação internacional do país dentro do novo nível de dependência gerado pelo avanço tecnológico e pela nova divisão internacional do trabalho que se esboçou nos anos 70, como resultado da realocização da indústria mundial” (Santos, 1998, p. 114).

Em segundo lugar, do fatalismo que subjaz a tese do desenvolvimento “dependente-associado” resulta nada mais que um projeto político reformista. Mas tal reformismo não tem como eixo a construção de um modelo de desenvolvimento capitalista autônomo a partir de um reforço do Estado, e isso devido à debilidade deste frente às multinacionais: “...a longo prazo, o Estado está perdendo força *vis-à-vis* as corporações multinacionais e (...) as teorias que vêem o Estado como o centro da ação podem perder muito da tendência básica” (entrevista de Cardoso a J. A. Kahl, in Kahl, 1976, pp. 178-9). O aludido reformismo se traduz, na verdade, numa reorientação das

expectativas quanto a um socialismo cuja *persona* histórica não se vê desenhada nem nas análises nem, talvez, na realidade” (1976, p. 145). Em entrevista a J. A. Kahl, afirma: “Talvez haja algumas contradições em minha obra; parece, em alguns lugares, que estou pleiteando por autonomia nacional, mas eu estou dizendo também que a nação está perdendo importância. Estou tentando demonstrar que a tendência da situação estrutural da economia mundial denota que o quadro de referência menos importante pode ser a nação. Contudo, até onde podemos ir com a idéia de dependência sem a nação? O que significaria isso? É uma questão em aberto. Mas eu não quero propor falsas soluções” (Kahl, 1976, p. 178).

relações do Estado com o capital privado local no sentido de mantê-lo na posição de sócio menor do capital externo.⁶⁹

Em terceiro lugar, a mudança histórica (incluindo a superação da dependência) é vagamente tratada em termos de “vontade política”. Mesmo esta última, entretanto, tem um alcance extremamente limitado:

“Não se trata aqui de uma vontade política revolucionária, capaz de impor a rearticulação do nosso padrão de inserção na economia mundial a partir da redefinição global da relação entre Estado e sociedade civil e do padrão de apropriação/distribuição dos frutos do trabalho social. Trata-se tão somente da vontade política para realizar o imediatamente ‘possível’, o que já seria ‘solicitado pelos novos tempos’” (Paiva, 1999, p. 18).

Esse breve exame de algumas das implicações políticas da interpretação de Cardoso mostra que as análises do capitalismo latino-americano por ele produzidas, conquanto iluminem traços importantes da realidade sob exame, revelam um observador “fatalista e resignado”, para usar as palavras ditas por certo autor a propósito da crítica de Weber ao capitalismo.⁷⁰

F-411 5 10/10/12 5 10/10/12

⁶⁹ Tratando da rearticulação das relações entre o Estado e os setores industriais na fase de internacionalização do mercado interno, Cardoso e Faletto argumentam: “Como o ‘setor moderno’ – cuja dinâmica é semelhante à dos sistemas produtivos dos países centrais – está limitado por mecanismos quase automáticos de expansão, condiciona negativamente as possibilidades de protecionismo oficial; por conseguinte, ficam excluídas como alternativas tanto o apoio às antigas indústrias nacionais surgidas durante o período de substituição de importações quanto a escolha de políticas de desenvolvimento baseadas na utilização extensiva de mão-de-obra etc., pois o setor industrial moderno requer outro tipo de estratégia de desenvolvimento” (1969, p. 131).

⁷⁰ Reconhecendo que tanto Weber como Marx possuem uma perspectiva crítica do capitalismo, Löwy afirma: “...enquanto Marx aposta na possibilidade de superação do capitalismo graças a uma revolução socialista operária, Weber é muito mais um observador fatalista e resignado de um modo de produção e de administração que lhe parece inevitável” (1999, p. 64).

Capítulo 2

A DEPENDÊNCIA SEGUNDO MARINI

2.1 A versão de Marini

O sociólogo brasileiro Ruy Mauro Marini é um dos principais nomes daquilo que se convencionou denominar, um tanto imprecisamente, de versão neomarxista da teoria da dependência. Na verdade, entre os autores que se filiam a esta corrente, Marini é aquele que manifesta de forma mais explícita a intenção de construir uma explicação do fenômeno da dependência referenciada no marxismo. Com efeito, seu programa de pesquisa gira em torno da elaboração de uma teoria marxista da dependência.¹ Deste ponto de vista, suas formulações têm particular interesse para o nosso objeto de estudo. Por outro lado, suas diversas contribuições sobre o tema encontram-se articuladas num sistema de interpretação, como admitem inclusive dois de seus principais críticos: “[Marini] foi sem dúvida quem apresentou o quadro explicativo mais geral para dar coerência às análises e para prescrever a partir delas a ação política” (Serra e Cardoso, 1980, p. 36).

Os principais trabalhos de nosso autor foram publicados entre meados dos anos 60 e fins dos anos setenta. Entre eles, *Dialética da dependência* (1973) é o que apresenta o seu sistema de forma mais articulada. Algumas de suas formulações sobre o tema da dependência têm um caráter pioneiro, como é o caso da tese do desenvolvimento capitalista “integrado”, no qual a burguesia latino-americana figuraria como “sócio menor” do capital estrangeiro.²

Em geral, as posições de Marini acerca da dependência latino-americana trazem, talvez mais do que qualquer outro autor, a marca do contexto político em que foram produzidos os trabalhos iniciais sobre o tema. Referimo-nos à disputa ideológica no seio da esquerda latino-americana, já apontada na introdução. Para a esquerda revolucionária, à qual se filia nosso autor, era impossível desvincular a luta antiimperialista – ou a luta contra a dependência – da luta anticapitalista. Este ponto de vista marcará toda a obra teórica de Marini e balizará seus desdobramentos políticos.

¹ As linhas gerais deste programa são enunciadas já ao final do pós-escrito a *Dialética da dependência* (1973).

² A tese, desenvolvida em *Subdesenvolvimento e revolução* (1969), aparece inicialmente em artigo publicado em 1965.

Neste contexto, tratará de identificar as principais tendências do capitalismo na América Latina, sempre na perspectiva da superação deste regime de produção.

Conforme procedemos no caso de Cardoso, iniciaremos a exposição com um exame das fontes teóricas de nosso autor, passando então aos procedimentos metodológicos que orientam suas análises da dependência. Sobre essas bases, examinaremos suas principais teses em torno do tema da dependência e as perspectivas políticas que delas derivam.

Fontes teóricas

Como a maioria dos formuladores da teoria da dependência, Marini a considera tributária da teoria marxista do imperialismo. No entanto, destaca que esse ponto de partida comum deu origem a diferentes vertentes no interior da escola da dependência. Vejamos:

“Concebida a partir da luta teórica no seio da esquerda, a teoria da dependência substituirá a visão do mundo que tinha a CEPAL, marcada pelo ecletismo e pelo compromisso, pela que proporcionava a teoria marxista do imperialismo. Nisso estavam todos de acordo e seus integrantes recorriam livremente a Lênin, a Bukharin, a Hilferding. Mas somente os que tinham formação marxista e militância política se valem diretamente de Marx para a análise da formação econômica latino-americana, vinculando-a explicitamente à questão da luta anticapitalista” (Marini, 1992, pp. 90-1).

Para Marini, a emergência da teoria da dependência corresponde a “um novo auge do pensamento marxista” na América Latina (*ibid.*, p. 135). Isto posto, é necessário examinar o sentido em que a tradição marxista é apropriada na presente interpretação. Para começar, o resgate que Marini faz de Marx passa ao largo da questão do caráter progressista ou não do capitalismo em sua expansão na periferia – que é, como vimos, a questão que preocupa a corrente representada por Cardoso. Em vez disso, a obra de Marini constitui uma tentativa de, a partir das principais categorias desenvolvidas por Marx acerca do modo de produção capitalista, desenvolver as leis de movimento específicas do capitalismo nos países dependentes. Veremos isto em detalhe ao tratarmos do método, no item seguinte.

Em seus esforços nessa direção, Marini incorpora elementos da tradição marxista que podem ser associados, principalmente, a Paul Baran e, de forma menos clara, a Rosa Luxemburg. Do primeiro, resgata, antes de tudo, o quadro geral de análise

do capitalismo monopolista, em cujo âmbito a exportação de capitais para a periferia se destaca enquanto alternativa de aplicação do excedente que tende a concentrar-se progressivamente nos centros imperialistas (cf. Marini, 1969, p. 67). Admite também, com Baran, que os vínculos que a partir daí se estabelecem entre os dois pólos implicam a transferência sistemática de mais-valia dos países dependentes para os centros e, dessa maneira, afetam o curso do desenvolvimento capitalista nos primeiros. Além disso, a influência de Baran é clara no que se refere à consideração da limitação de mercado como uma das principais tendências do desenvolvimento capitalista nos países dependentes. Por fim, é evidente a semelhança de pontos de vista no tocante à proposição do socialismo como alternativa para as classes trabalhadoras dos referidos países.

Tais coincidências não devem apagar, entretanto, diferenças de ênfase ou mesmo de pontos de vista acerca dos aspectos indicados. Reservando um tratamento mais detalhado dessas questões para o momento em que tivermos de apresentar sistematicamente o pensamento de nosso autor, convém chamar a atenção para o fato de que Marini não compartilha a tese esposada por Baran segundo a qual a penetração imperialista nos países coloniais (ou semi-coloniais) teria como resultado o bloqueio dos pré-requisitos essenciais ao seu processo de desenvolvimento econômico. Em outras palavras, o imperialismo seria incompatível com o desenvolvimento das forças produtivas nos referidos países, posto que, entre outras coisas, seria responsável pela remoção de parte do excedente neles produzido.

Conquanto Marini não negue esse fato – na verdade, a transferência de mais-valia é um dos eixos centrais de sua interpretação da dependência –, não vai ao ponto de dizer que seu resultado inevitável é o bloqueio do desenvolvimento das forças produtivas nos países dependentes.³ Essa interpretação radical da tese de Baran foi adotada, isto sim, por André Gunder Frank. O que Marini afirma é que o desenvolvimento capitalista nos países dependentes leva ao paroxismo as contradições deste modo de produção (particularmente, a lei geral da acumulação capitalista). Portanto, não há propriamente um bloqueio do desenvolvimento, e sim uma “deformação” deste.

³ Bem ao contrário: faz questão de sublinhar, no contexto da análise da integração imperialista dos sistemas de produção, o “interesse, por parte das economias centrais, de impulsionar ali [nos países periféricos] o processo de industrialização” (Marini, 1969, p. 16).

Vistas as coisas desse modo, é possível sustentar que a interpretação de Marini não nega o caráter “progressista” do capitalismo nos países dependentes – se isso for entendido como correspondendo à simples possibilidade de desenvolvimento das forças produtivas. Nesse sentido, parece pouco fundamentada a associação de Marini com uma negação da posição marxista “clássica”, como o faz Gabriel Palma em sua retrospectiva das análises da dependência (cf. Palma, 1981).

Afirmamos que a influência de Rosa Luxemburg sobre a obra de Marini não é muito clara. Pelo menos, está ausente dos trabalhos deste último um dos principais pontos de vista desenvolvidos em *A acumulação do capital*, qual seja, a necessidade de “mercados externos” capazes de viabilizar a realização da parte da mais-valia que se destina a ser capitalizada, tais mercados sendo representados seja pelos setores não-capitalistas das economias nacionais, seja pelas colônias. Em Marini, a função da periferia na acumulação mundial nada tem a ver com a questão da realização da mais-valia produzida nas economias centrais. Essa, a razão por que alguns autores negam a aludida influência de Luxemburg.⁴

Para outros autores, entretanto, essa ligação está fora de discussão. A obra de Marini constituiria “uma tentativa de aplicar o esquema de Luxemburg à situação latino-americana contemporânea” (Palma, 1981, p. 56).⁵ Sem pretendemos emitir qualquer veredito em torno dessa polêmica, diríamos que existe uma proximidade muito grande entre a concepção teórica geral que orienta as duas obras. Referimo-nos à noção de que a acumulação de capital nas economias centrais é impossível sem a existência da periferia. A divergência fica por conta da função histórica que cumpre esta última, Marini acentuando a importância da transferência de mais-valia por parte dos países dependentes.

Por fim, é necessário fazer referência à influência do pensamento cepalino sobre nosso autor. Ela se reflete essencialmente na incorporação ao seu instrumental analítico da tendência à deterioração dos termos de intercâmbio dos países exportadores de produtos primários, assim como do seu corolário, a concentração dos frutos do progresso técnico nos países exportadores de produtos manufaturados. Como veremos, a

⁴ Veja-se, por exemplo, Ouriques (1995), p. 169. No plano teórico-metodológico, Marini chama a atenção para a “tendência que a caracteriza [Rosa Luxemburg] de reduzir o lógico ao histórico, fonte de todos os erros de sua obra de inegável valor...” (Marini, 1979a, p. 19n).

⁵ Essa é também a opinião de Blomström e Hettne: “O modelo de ‘capitalismo periférico’ com que estava trabalhando Marini se baseia em sua maior parte no livro de Rosa Luxemburg” (1984, p. 90n).

contribuição de Marini consistirá em propor uma explicação do fenômeno distinta da apresentada pela CEPAL e, principalmente, em reinterpretar o seu significado. Com efeito, enquanto a CEPAL considerava as transferências de valor associadas à deterioração dos termos de intercâmbio como passíveis de superação, Marini as concebe como algo constitutivo da acumulação capitalista em escala global.⁶

Método

Toda a construção teórica de Marini é marcada pela tentativa de aplicar o referencial teórico-metodológico proporcionado por Marx ao caso dos países capitalistas dependentes. Dizer isso, porém, é pouco se não explicitarmos a forma particular pela qual nosso autor procura levar a cabo aquela tentativa. Simplificando ao máximo, diríamos que seu esforço consiste em *estabelecer as leis de movimento específicas do que denomina de "capitalismo dependente"*. Em outras palavras, a tarefa teórica que Marini se propõe – ou para a qual pretende contribuir – corresponde a um esforço intelectual paralelo ao realizado por Marx. Se este tem como objeto o modo de produção capitalista em sua forma “pura”, da qual os países avançados se aproximariam (em maior ou menor grau, impõe-se examinar as tendências do desenvolvimento capitalista nas formações sociais dependentes.

Nessa distinção entre duas formas polares de formação social – “clássica” e “dependente” – temos a pista para a apreensão do método de Marini. O desafio daqueles que se aventuram a investigar a formação social latino-americana, por exemplo, consiste em encontrar a maneira adequada de tratar sua especificidade face ao modo de produção capitalista puro (cf. Marini, 1973, p. 14). A esse respeito, o autor aponta dois tipos de “desvios” em que têm incorrido os investigadores marxistas da dependência latino-americana, quais sejam:

“a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato ou a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde a aceitá-lo em sua formulação pura. No primeiro caso, o resultado têm sido os estudos marxistas chamados ortodoxos, nos quais a dinâmica dos processos estudados se traduz numa formalização que é incapaz de reconstruí-la em nível da exposição, e nos quais a relação entre o concreto e o abstrato se rompe para dar lugar a descrições empíricas que correm paralelamente ao discurso teórico, sem fundir-se com ele; isto se deu, sobretudo, no campo da história econômica. O segundo tipo de

⁶ “Radicalizando mais tarde esta proposição [da tendência à concentração dos frutos do progresso técnico nas economias centrais], a teoria da dependência lhe dará uma formulação mais acabada, através da teoria da troca desigual...” (Marini, 1992, p. 75).

desvio tem sido mais freqüente no campo da sociologia, no qual, diante da dificuldade de adequar a uma realidade categorias que não foram concebidas especificamente para ela, os estudiosos de formação marxista recorrem simultaneamente a outros enfoques metodológicos e teóricos; a consequência necessária deste procedimento é o ecletismo, a falta de rigor conceitual e metodológico e um pretense enriquecimento do marxismo, que é, antes, sua negação” (*ibid.*, pp. 13-4).

Incapazes de articular o nível da formação social com o do MPC puro, tais investigações apresentam as especificidades da economia latino-americana ora como “insuficiências”, ora como “deformações”. A noção de *pré-capitalismo* seria particularmente representativa da idéia de desenvolvimento insuficiente do capitalismo na América Latina. Marini, entretanto, adverte:

“...ainda que se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, *nunca poderá desenvolver-se da mesma forma em que se desenvolveram as economias capitalistas chamadas avançadas*. É por isso que, mais que pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só ganha sentido se o observarmos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto a nível nacional como, e principalmente, a nível internacional” (*ibid.*, p. 14 – grifos nossos).

As passagens acima nos permitem captar os passos essenciais de nosso autor em sua definição do método apropriado para investigar as formações sociais periféricas. Como se pôde notar, da constatação de especificidades no desenvolvimento do capitalismo na região, Marini chega à noção de um capitalismo *sui generis*. O próximo passo deveria ser, logicamente, a formulação de suas *leis de movimento*. É o que faz nosso autor, e a intenção declarada de sua obra é contribuir para essa tarefa.⁷ Todavia, antes de tratarmos desse aspecto, é conveniente chamar a atenção para uma questão que Marini toca de passagem: de que maneira as categorias marxistas devem ser utilizadas na realização da aludida tarefa? A idéia é que elas devem ser vistas como ponto de partida, não podendo servir de substitutos para os fenômenos a serem estudados. Por outro lado, esse trabalho de concretização não pode significar uma ruptura com o fio do raciocínio marxista. Em suma: “*O rigor conceitual e metodológico: a isto se reduz, em última instância, a ortodoxia marxista*. Qualquer limitação ao processo de investigação que daí derive nada tem a ver com a ortodoxia, mas apenas com o dogmatismo” (*ibid.*, p. 16 – grifo nosso).

Passemos ao conceito de capitalismo dependente. Para sua construção, Marini recorre invariavelmente ao expediente de contrapô-lo ao desenvolvimento capitalista

⁷ Cf., entre outras passagens, Marini (1973), p. 81.

“clássico”, correspondente ao processo observado nas economias industriais avançadas.⁸ A idéia básica é que, em seu processo histórico de desenvolvimento, o capitalismo deu origem a dois tipos claramente diferenciáveis de formação social. Uma das implicações desse ponto de vista é uma concepção de subdesenvolvimento radicalmente distinta da que aparece nas teorias convencionais do desenvolvimento:

“O subdesenvolvimento não é uma etapa que precede o desenvolvimento, ele é um produto do desenvolvimento do capitalismo mundial; neste sentido, ele corresponde a *uma forma específica de capitalismo*, que se apura em função do próprio desenvolvimento do capitalismo” (Marini, 1992, p. 88 – grifo nosso).

Subdesenvolvimento
uma forma
específica de
capitalismo
p. 88

Obviamente, a concepção do subdesenvolvimento como produto da expansão capitalista não é exclusiva das análises de Marini. Trata-se de um ponto comum às várias versões da teoria da dependência. Já a idéia de que o mesmo corresponde a uma forma específica de capitalismo não é de aceitação geral. A razão fundamental alegada por Marini para sustentar esse ponto de vista é que, nas formações sociais dependentes, “à raiz das condições mesmas de sua formação e desenvolvimento histórico”, as contradições inerentes à produção capitalista se apresentam de forma particularmente aguda (1978, p. 102). É nesses termos, portanto, que o autor define a relação entre o geral e o específico na análise das formações sociais em questão: “No marco da dialética do desenvolvimento capitalista mundial, o capitalismo latino-americano reproduziu as leis gerais que regem o sistema em seu conjunto, mas, em sua especificidade própria, as acentuou até seu limite” (1969, p. 20).⁹ A consequência necessária desse fato é que é estruturalmente impossível que essas formações sociais evoluam para o padrão de desenvolvimento capitalista que teve lugar nas economias industriais avançadas.

Podemos tornar mais claro o ponto de vista de Marini fazendo um contraponto com Cardoso. Como vimos, para este último, todos os fenômenos usualmente associados à noção de dependência não passam de contingências históricas. São fruto de correlações de forças historicamente datadas, não podendo, portanto, ser generalizados para o conjunto dos países dependentes, nem tampouco sua perpetuação é uma questão decidida de uma vez por todas. Enquanto isso, ao atribuir a esses fenômenos o estatuto

⁸ As referências são inúmeras. A título de ilustração, mencionáramos os seguintes textos: Marini, 1973, p. 57; 1979b, p. 45; 1992, pp. 80-1.

⁹ Ver também Marini (1973), p. 53.

de “leis”, Marini lhes confere o peso de elementos *constitutivos* da realidade em questão.¹⁰ O máximo que concede é que “as tendências assinaladas (...) incidem de forma diversa nos diferentes países latino-americanos, segundo a especificidade de sua formação social”, posto que “as sobrevivências dos antigos modos de produção que vigiam na economia colonial determinam ainda em grau considerável a maneira como se manifestam nesses países as leis de desenvolvimento do capitalismo dependente” (1973, pp. 82-3).¹¹

Resumamos: se as leis gerais do desenvolvimento capitalista constituem um ponto de partida necessário na investigação das formações sociais dependentes – no sentido de que elas têm plena vigência também nesse caso –, tais leis precisam, entretanto, ser especificadas, isto é, é necessário examinar concretamente como se dá a incidência delas nas referidas formações sociais. É nesse sentido que o capitalismo dependente possui suas próprias leis de movimento. E é esse o eixo do programa de pesquisa de nosso autor:

“A tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar a *legalidade específica* pela qual se rege a economia dependente. Isso supõe, desde logo, colocar seu estudo no contexto mais amplo das leis de desenvolvimento do sistema em seu conjunto e definir os *graus intermediários* mediante os quais essas leis se vão especificando” (1973, p. 99).¹²

Se o movimento concreto das formações sociais dependentes obedece a determinadas leis, é necessário examinar o processo pelo qual estas se impõem. Isso remete à discussão da *relação entre economia e política* no caso de sociedades cuja dinâmica não se esgota internamente, ou seja, remete, igualmente, à discussão da *relação interno/externo*. Vejamos como o autor articula esses dois âmbitos de problemas.

¹⁰ O contraste aparece de forma cristalina na réplica de Marini a Serra e Cardoso: “...de maneira subreptícia, todo o esforço das *Desventuras* [refere-se ao título do trabalho daqueles autores] se dá no sentido de apagar as diferenças entre o capitalismo nos países avançados e o capitalismo dependente, assimilando-os a um único processo: o desenvolvimento capitalista na periferia e no centro” (Marini, 1978, p. 102).

¹¹ A propósito, Marini observa que o nível de abstração que caracteriza sua *Dialética da dependência* não permite o tratamento das tendências do desenvolvimento capitalista em países específicos (cf. 1973, pp. 81-2).

¹² Poder-se-ia colocar a questão de se o ponto de vista de Marini não equivale a atribuir ao capitalismo dependente o estatuto de um modo de produção. Seus textos não deixam claro esse ponto. Às vezes, o autor utiliza a categoria “modo de acumulação” (cf. 1973, p. 66), porém o mais provável é que a mesma corresponda a uma configuração específica do processo de acumulação no âmbito do “modo de produção capitalista dependente”.

No tocante à relação interno/externo, Marini não difere essencialmente dos demais dependentistas, tentando articular dialeticamente esses dois aspectos. Nessa medida, descarta a noção de dependência externa.¹³ Se é certo que o externo *condiciona* a dinâmica da sociedade subdesenvolvida, é equivocado reduzir essa dinâmica a imposições externas. Referindo-se ao caso do Brasil, critica os setores que tentaram explicar a evolução política que desembocou no golpe militar de 1964 em termos de uma “trama diabólica do imperialismo norte-americano” (1978, p. 60): “O Brasil (...) é uma realidade social complexa, cuja dinâmica, *ainda que condicionada e limitada pelo marco internacional em que se insere*, afasta as interpretações unilaterais” (1969, p. 30 – grifo nosso).

Mais do que um fator condicionante, o externo penetra as estruturas das sociedades dependentes:

“Para a teoria da dependência, e na medida em que ambos são frutos do desenvolvimento do capitalismo mundial, o imperialismo não é algo externo à dependência. Pelo contrário, o imperialismo permeia toda a economia e a sociedade dependentes, representando um fator constitutivo de suas estruturas sócio-econômicas, de seu Estado, de sua cultura” (1992, p. 90).

A questão, de todo modo, deve ser posta em perspectiva histórica. Assim é que

“...no início do seu desenvolvimento, a economia dependente se encontra inteiramente subordinada à dinâmica da acumulação nos países industriais (...) Só à medida que a economia dependente se vai convertendo em um verdadeiro centro produtor de capital, que traz incorporada sua fase de circulação – o que alcança sua maturidade ao constituir-se ali um setor industrial – é que se manifestam plenamente nela suas leis de desenvolvimento...” (1973, pp. 84-5).

Portanto: (a) essas leis não estão dadas de uma vez por todas; (b) a existência de leis de movimento mostra que as economias dependentes têm uma dinâmica própria (embora parte de uma dinâmica mais geral, isto é, a dinâmica da acumulação em escala global).¹⁴

Se a dinâmica das sociedades dependentes não resulta de mera imposição externa, é preciso incorporar à análise as contradições de classe que aí se

¹³ Essa concepção, a rigor, era sustentada pelas interpretações pré-dependência no seio da esquerda tradicional no Brasil, que viam “o antagonismo nação-imperialismo como a contradição principal do processo brasileiro” (Marini, 1969, p. 90).

¹⁴ A endogeneização do ciclo econômico no caso da economia brasileira é examinada em Marini (1977b), pp. 78s.

desenvolvem.¹⁵ Ora, é na forma de incorporar a luta de classes – e, assim, de articular economia e política – que Marini diverge claramente de Cardoso. Para o primeiro, a questão relevante é: “o que é que explica a luta de classes, e isto remete, necessariamente, ao exame das condições materiais em que ela se dá” (1978, p. 68). Desse modo, a estrutura econômica assume um peso considerável na conformação da estrutura de classes¹⁶ e na evolução das contradições que se manifestam entre elas.

Na mesma linha de raciocínio, são as mudanças nessa “configuração econômica” que explicam as transformações no regime político. Um exemplo clássico é proporcionado pela sucessão de golpes militares que teve lugar na América Latina nas décadas de 60 e 70. Referindo-se ao Brasil, o autor afirma: “A ditadura militar aparece (...) como a consequência inevitável do desenvolvimento capitalista brasileiro e como uma tentativa desesperada para abrir-lhe novas perspectivas de desenvolvimento” (1969, p. 111). O mesmo tipo de relação entre o econômico e o regime político é enfatizado na ligação que propõe entre a reestruturação da economia mundial e os processos de redemocratização na América Latina: “A imposição de um projeto dessa natureza não poderia realizar-se facilmente através das ditaduras militares...” (1992, pp. 16-7).

Por fim, devemos fazer referência à seqüência a ser adotada na investigação das economias dependentes, a qual consiste em “partir da circulação para a produção, para empreender depois o estudo da circulação que esta engendra” (1973, p. 83). Segundo Marini, tal seqüência “corresponde ao movimento real da formação do capitalismo dependente” (*ibid.*, p. 48). Esta última, com efeito, não pode ser explicada à parte do mercado mundial, e é daqui que se deve partir. O passo seguinte consiste em examinar o impacto dessa vinculação ao mercado mundial sobre a “organização interna do trabalho” (*ibid.*), notando-se que, até este momento, o desenvolvimento da economia dependente é um reflexo da dinâmica da acumulação nos países industriais. Finalmente,

¹⁵ Assim, a propósito das condições que levaram à implantação do regime militar no Brasil, o autor adverte: “Sem uma análise da problemática brasileira, das relações de força ali existentes entre os grupos políticos, das contradições de classe que se desenvolviam com base em uma configuração econômica dada, não se compreenderá a mudança política que [o Brasil] experimentou a partir de 1964” (Marini, 1969, p. 30).

¹⁶ Um exemplo disso pode ser visto na análise do autor correspondente ao processo histórico brasileiro nos anos 30: “As transformações que se operam na estrutura econômica nesse período se expressam, socialmente, no surgimento de uma nova classe média (...) e de um novo proletariado, que passam a pressionar os antigos grupos dominantes, para obter um lugar próprio na sociedade política” (1969, p. 30 – grifo nosso).

a partir do momento em que a economia dependente se transforma em “centro produtor de capital”, ela cria seu próprio modo de circulação.

“A partir desse momento, os fenômenos de circulação que se apresentam na economia dependente deixam de corresponder primariamente a *problemas de realização da nação industrial a que ela está subordinada* para tornar-se cada vez mais em *problemas de realização referidos a seu próprio ciclo de capital*” (*ibid.*, p. 85).

subordinação
problemas de
realização

Esse aspecto é importante porque, como será visto, nas economias dependentes o divórcio entre produção e circulação aparece de forma exponenciada, dando origem a graves problemas de realização.

Temas básicos

Na exposição de suas principais teses sobre a dependência latino-americana, Marini procura seguir rigorosamente a seqüência que acaba de ser esboçada. Como dissemos, é em *Dialética da dependência* que os diversos elementos que compõem sua interpretação do fenômeno aparecem de forma mais articulada. No pós-escrito a esse trabalho, o autor descreve sua estrutura nos seguintes termos:

“Em meu ensaio, tratei de demonstrar que é em função da acumulação de capital em escala mundial, e em particular de seu mecanismo vital, a taxa geral de lucro, que podemos entender a formação da economia dependente. No essencial, os passos seguidos foram: a) examinar o problema do ponto de vista da tendência à queda da taxa de lucro nas economias industriais e b) colocá-lo à luz das leis que operam no comércio internacional e que lhe dão o caráter de um intercâmbio desigual; posteriormente, o foco de atenção se desloca para os fenômenos internos da economia dependente, para prosseguir depois na linha metodológica já indicada” (1973, pp. 86-7).

Isto posto, sua exposição abrange dois temas básicos: (1) a integração das economias latino-americanas ao mercado mundial, cujo móvel é a tendência à queda da taxa de lucro nas economias industriais e que tem como traço característico o intercâmbio desigual; (2) as tendências que evidenciam o desenvolvimento capitalista nos países dependentes, em consequência dessa integração, especialmente a superexploração do trabalho e o subimperialismo.¹⁷ No que se segue, apresentamos o pensamento do autor acerca desses temas, após o que abordaremos a questão da viabilidade do desenvolvimento capitalista nos países dependentes.

¹⁷ Em outras palavras, este passo corresponde à explicitação das principais leis de movimento do capitalismo dependente.

A vinculação ao mercado mundial: a formação das economias dependentes

3-
[“A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial”] (Marini, 1969, p. 3). A frase, que abre *Subdesenvolvimento e revolução*, é uma espécie de síntese de toda a interpretação de nosso autor acerca da dependência. Convém distinguir, nesse processo, o papel que a América Latina desempenha na formação da economia capitalista mundial daquele que se desenha no período pós-colonial, quando se conforma uma primeira divisão internacional do trabalho (entre produtores de artigos manufaturados e de bens primários). A rigor, a *situação de dependência* só se aplica a essa fase pós-colonial (a partir de meados do século XIX), levando-se em conta que a emergência da DIT está associada ao surgimento da grande indústria (cf. Marini, 1973, p. 20). Cabe examinar, portanto, o significado da participação da América Latina nesse processo.

Em primeiro lugar, essa participação é decisiva no tocante aos requisitos materiais da acumulação nos países industriais, sendo a região responsável por uma oferta regular de alimentos – que viabiliza a especialização desses países na produção de manufaturas – e de matérias-primas. Em segundo lugar, tal inserção contribui para que o eixo da acumulação nos mesmos países se desloque da produção de mais-valia absoluta à de mais-valia relativa, permitindo, assim, o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista, baseado neste último mecanismo (*ibid.*, p. 26). Como se sabe, a produção de mais-valia relativa depende da redução do valor da força de trabalho, que, por sua vez, está condicionada à redução do valor dos meios de subsistência dos trabalhadores. Ora, o efeito da inserção da América Latina como exportadora de alimentos foi precisamente o de “reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais (...) Em outros termos, mediante sua incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais” (*ibid.*, p. 27).

A inserção da América Latina na economia mundial possibilita, pois, uma transformação “qualitativa” no desenvolvimento capitalista nos países avançados (*ibid.*, p. 23). No entanto, tal inserção é contraditória. O exame dessa contradição é o objeto mesmo da análise da dependência de nosso autor. Por ora, assinalemos um ponto central: *o processo de desenvolvimento capitalista na América Latina será definitivamente marcado por sua inserção subordinada na economia mundial*. Ou, vista

4

a questão de outra perspectiva, o desenvolvimento capitalista em nível global produziu, a um só tempo, desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Se o significado da inserção latino-americana é o que acaba de ser descrito, sua razão fundamental só pode ser entendida no contexto das tendências da acumulação nas economias industriais, notadamente a *tendência à queda da taxa de lucro* (relação entre a mais-valia e o capital total, constante e variável), devido à elevação da composição orgânica do capital (relação entre o capital constante e o capital variável). A idéia é que as exportações de alimentos por parte da América Latina intervêm como fator contrarrestante àquela tendência: "...a exportação latino-americana de alimentos (...) *coadjuva* (...) a baixa do capital variável, necessária para que a elevação da produtividade, sobre a base do *aumento do capital constante*, não pressionasse para baixo a taxa de lucro" (Marini, 1978, p. 63). Em suma, tais exportações permitem um *aumento da taxa de mais-valia* (relação entre a mais-valia e o capital variável), neste caso através da mais-valia relativa.

Mas o processo não está isento de contradições. Ao reduzirem o valor do capital variável, argumenta Marini, as mesmas exportações de alimentos têm o efeito de elevar a composição orgânica do capital, provocando a *queda* da taxa de lucro nas economias industriais. A saída deste imbróglio passa pelo recurso à já referida importação de matérias-primas que, barateando o capital constante, contrarresta a tendência à queda da taxa de lucro (1973, pp. 28-9).

Intercâmbio desigual

Examinemos agora o caráter contraditório da inserção latino-americana do ponto de vista da economia dependente. O aumento da oferta mundial de alimentos e matérias-primas foi acompanhado da tendência à *deterioração dos termos de intercâmbio* dos países exportadores desses produtos. Se o preço dos produtos industriais se mantém relativamente estável, argumenta Marini, o declínio daquela relação está refletindo a depreciação dos bens primários, o que, evidentemente, não poderia ser explicado por um aumento de produtividade, já que nos países especializados na produção desses bens a produtividade do trabalho se eleva mais lentamente (1973, pp. 29-30). A tarefa que se impõe, assim, é a de examinar as razões desse fenômeno.¹⁸

¹⁸ Marini descarta as razões da deterioração que haviam sido apresentadas pela CEPAL: por um lado, a existência de um excedente estrutural de mão-de-obra nos países periféricos, que exercia

Nessa direção, Marini começa por desfazer certos equívocos, sobretudo o de considerar que a deterioração resulta do uso da violência extra-econômica exercida contra os países não-industriais.¹⁹ O problema com esse raciocínio, diz ele, é que se restringe à superfície das coisas, não conseguindo explicar o que é que torna possível o uso de tal violência; mais grave ainda, *não leva em conta o caráter estrutural da exploração que tem lugar no âmbito da economia mundial*. É justamente devido a esse caráter que é vazia de significado a reivindicação de relações comerciais equitativas entre os países (*ibid.*, p. 32).

A própria CEPAL já havia demonstrado que, graças à deterioração dos termos de intercâmbio, os frutos do progresso técnico tendiam a concentrar-se nas economias centrais, significando que se produzia uma transferência desses frutos da periferia para o centro. Marini, então, procura expor o mecanismo que assegura tal resultado. Sua interpretação compreende os seguintes aspectos:²⁰

1. Conquanto no plano teórico se troquem equivalentes, na prática existem diferentes formas de burlar as leis do intercâmbio, formas essas que implicam transferências de valor.

2. No interior de determinado ramo de produção, tais transferências correspondem a aplicações específicas das leis do intercâmbio (1973, p. 33). Sendo o valor de mercado fixado a partir dos valores individuais, as empresas que produzem em condições mais favoráveis se beneficiam de uma mais-valia extraordinária etc. Precisamente a venda da mercadoria pelo valor permite esse resultado.²¹

3. Nas relações entre ramos distintos, ocorre uma “transgressão” das leis do intercâmbio. Aqui, a troca não ocorre com base no valor. Alguns ramos vendem a mercadoria por um preço de produção (preço de custo mais lucro médio) acima do valor, outros, abaixo dele. Produzem-se, portanto, *transferências de valor*, que têm

pressão sobre os salários e, desse modo, sobre os preços dos produtos primários; por outro, a incapacidade dos trabalhadores e dos capitalistas desses países de oporem resistência à queda dos preços nos períodos de baixa cíclica, dado o caráter primário da produção periférica. Para uma exposição sistemática da visão cepalina, ver Rodrigues (1980) e, para alguns comentários de Marini aos argumentos da CEPAL, ver 1992, pp. 76-7.

¹⁹ “Não é porque se cometeram abusos contra as nações não-industriais que estas se tomaram economicamente fracas; é porque eram fracas que se abusou delas” (Marini, 1973, p. 31).

²⁰ Tentamos reconstruir a exposição de Marini da forma mais fiel possível, valendo-nos, para isso, do texto principal de *Dialética da dependência* e de seu pós-escrito.

²¹ No texto de Marini, temos preços de produção em vez de valores. Mas, a este nível, isso não altera em nada o raciocínio. Assim, no lugar do valor individual, teríamos o preço de produção individual; no lugar do valor de mercado, o preço de produção de mercado.

como resultado a obtenção, por todos os ramos, do lucro médio, isto é, de uma massa de lucro proporcional ao capital adiantado em cada um deles.

4. As relações entre países que produzem diferentes mercadorias (caso dos produtores de manufaturados e de bens primários) correspondem a este último caso:

“...o mero fato de que umas [nações] produzam bens que as demais não produzem, ou não podem fazê-lo com a mesma facilidade, permite que as primeiras eludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços²² superiores a seu valor, *configurando assim um intercâmbio desigual*. Isto implica que as nações desfavorecidas *devam ceder gratuitamente parte do valor que produzem...*” (*ibid.*, pp. 34-5 – grifos nossos).

A tese da transferência de valor – da qual o intercâmbio desigual é uma das formas – constitui a base da interpretação de Marini acerca da dependência latino-americana. Com efeito, as tendências que assume o desenvolvimento capitalista nos países dependentes resultam direta ou indiretamente das transferências de valor por parte deles. Convém, portanto, chamar a atenção para o significado da teoria da troca desigual, qual seja, “a idéia de que *o desenvolvimento de alguns países resulta precisamente do que determina o subdesenvolvimento dos demais*” (1992, p. 75 – grifo nosso). Cumpre-nos, agora, agregar alguns aspectos da teoria aludida.

No pós-escrito a *Dialética da dependência*, Marini tenta oferecer um fundamento histórico à teoria do intercâmbio desigual. A idéia é que há uma primeira fase em que as trocas internacionais são efetuadas com base no *valor* das mercadorias. Neste caso, prevalecem diferentes taxas nacionais de lucro, sendo que, nas economias dependentes, onde a composição orgânica do capital é mais baixa, a taxa de lucro tende a ser maior.²³ Numa segunda fase, as trocas passam a tomar por base o *preço de produção*, tendendo a estabelecer-se uma taxa média de lucro em nível internacional. Neste movimento, as economias dependentes não se apropriam de toda a mais-valia que produzem (isto é, o lucro médio é *inferior* à mais-valia), enquanto as economias industriais se apropriam de uma massa de mais-valia maior que a que produzem (isto é,

²² Marini não especifica se se refere a preços de produção ou a preços de mercado. No contexto, a primeira opção é a única aceitável. (Que se refira provavelmente a preços de mercado, pode ser deduzido de uma outra passagem: ver Marini, 1978, p. 65.)

²³ Marini coloca a questão em termos ligeiramente distintos: “Em consequência [de o preço de mercado corresponder ao valor], o grau de participação no valor global realizado na circulação internacional é *maior* para as economias de composição orgânica mais baixa, ou seja, para as economias dependentes” (1973, p. 87). Embora não se refira à existência de taxas nacionais de lucro diferentes, isso parece estar subentendido. Como também está subentendido que não ocorrem transferências de valor nesta fase, pois, como se sabe, é isso que implica a troca com base no valor.

o lucro médio é *superior* à mais-valia), ocorrendo, portanto, uma transferência de mais-valia das primeiras para as segundas. Esses resultados aparecem condensados na seguinte passagem:

“A transferência de lucros, e portanto de mais-valia, para os países industriais aponta no sentido da formação de uma taxa média de lucro em nível internacional, liberando, portanto, o intercâmbio de sua dependência estrita em relação ao valor das mercadorias; em outros termos, a importância que, na etapa anterior, tinha o valor como regulador das transações internacionais cede progressivamente lugar à primazia do *preço de produção...*” (1973, p. 90).

Resta explicar a conexão disso com a evolução dos termos de intercâmbio. A explicação de Marini a esse respeito é pouco clara. Resumidamente, teríamos o seguinte movimento:

1) devido à maior composição orgânica do capital e à obtenção de uma taxa de lucro correspondentemente menor que a auferida pelas economias dependentes,²⁴ as economias industriais procuram elevar a produtividade do trabalho; como tal elevação está associada a um aumento da composição orgânica do capital, o expediente utilizado termina “ativando” a tendência à queda da taxa de lucro nessas economias;

2) as economias dependentes não respondem à maior demanda de alimentos e matérias-primas por parte das economias industriais aumentando a produtividade do trabalho (o que permitiria uma redução do valor daquelas mercadorias, ou seja, um encurtamento da distância entre o valor e o preço de produção), mas através de mecanismos (já veremos quais) que implicam uma diminuição da composição orgânica do capital e um aumento correspondente da massa de mais-valia produzida e do valor²⁵ de tais mercadorias; o resultado é uma *melhoria dos termos de intercâmbio* em seu favor;²⁶

3) atraídas pela maior taxa de lucro prevalecente nas economias dependentes, as economias industriais procedem à exportação de capitais para estas últimas; o resultado é o aumento da composição orgânica do capital e da produtividade do trabalho, levando à diminuição do valor das mercadorias e à queda da taxa de lucro; correspondentemente, *declinam os termos de intercâmbio* (cf. Marini, 1973, pp. 87-9).

²⁴ Na hipótese de que as mercadorias fossem vendidas por seus valores.

²⁵ Trata-se, propriamente, do valor global produzido, não do valor unitário.

²⁶ Essa evolução favorável dos termos de intercâmbio se verificaria até a década de 1870.

A superexploração do trabalho

A tese da superexploração é desenvolvida por Marini em estreita conexão com o tema da transferência de valor, principalmente via intercâmbio desigual,²⁷ por parte das economias dependentes. Estas, com efeito, procuram lançar mão de um “mecanismo de compensação” à aludida transferência: “Trata-se do recurso ao incremento de valor intercambiado, por parte da nação desfavorecida: sem impedir a transferência operada pelos mecanismos já descritos, isto permite neutralizá-la total ou parcialmente mediante o aumento do valor realizado” (1973, p. 35).

Para incrementar a massa de valor produzida, os capitalistas dos países dependentes devem necessariamente recorrer a uma *maior exploração do trabalho* (*ibid.*, p. 36).²⁸ Antes de tratarmos dos mecanismos pelos quais esta última é obtida, convém chamar a atenção para o significado do que acaba de ser dito: a transferência de valor implica, segundo Marini, que os capitalistas dos países dependentes sofreriam uma redução de sua taxa de lucro,²⁹ a menos que recorressem à superexploração do trabalho. Dessa forma, está estabelecido, conforme o autor, o elo entre *a possibilidade da reprodução do capitalismo nos países avançados e a superexploração dos trabalhadores dos países dependentes*.³⁰

Três mecanismos básicos de extração de mais-valia são identificados para o caso dos países latino-americanos: (a) aumento da intensidade do trabalho; (b) prolongamento da jornada de trabalho; e (c) redução do consumo do operário aquém de

²⁷ Conquanto o intercâmbio desigual seja o mecanismo mais enfatizado, a transferência de valor ocorre por outras vias, tais como as “práticas financeiras impostas” pelas economias industriais e as remessas de lucros como contrapartida do investimento externo direto nas economias dependentes (cf. Marini, 1969, p. 8).

²⁸ A conexão entre transferência de valor e superexploração é estabelecida por Marini em diversas partes de sua obra. Assim, em *Dialética da dependência* afirma: “Chegamos assim a um ponto em que já não nos basta seguir manejando simplesmente a noção de intercâmbio entre nações, mas devemos encarar o fato de que, no marco deste intercâmbio, a apropriação do valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia que se gera mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação” (1973, p. 37). Cf. também: 1969, p. 8; 1978, p. 63.

²⁹ “Assim, a contrapartida do processo pelo qual a América Latina contribuiu para incrementar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais implicou para ela efeitos rigorosamente opostos” (Marini, 1973, p. 37). Supõe-se que essa “redução” da taxa de lucro se refira à obtenção de uma taxa de lucro menor que a que prevaleceria na hipótese de os preços de mercado corresponderem aos valores. O texto não é claro.

³⁰ De quebra, fica claro o caráter estrutural desses fenômenos: na base da transferência de valor encontram-se diferenças no grau de desenvolvimento das forças produtivas nas diferentes economias, que se traduzem em diferenças na composição orgânica do capital (cf. Marini, 1973, p. 87).

seu limite normal, isto é, expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho. Tais mecanismos “configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva” (*ibid.*, p. 40). Por outro lado, nos três casos

“negam-se ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque se lhe obriga a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se, assim, seu esgotamento prematuro; no último, porque se lhe retira inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, estes mecanismos (...) significam que o trabalho é remunerado por baixo de seu valor, e correspondem, pois, a uma superexploração do trabalho (*ibid.*, pp. 41-2).

Temos, assim, os dois elementos essenciais ao conceito de superexploração: de um lado, ela está associada a um aumento da *exploração da força física do trabalhador*, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade (*ibid.*, p. 92); de outro, envolve o fato de que *a força de trabalho é remunerada abaixo do seu valor* (*ibid.*, p. 93).³¹

A partir desse referencial, Marini procura identificar as características do processo de acumulação nos países capitalistas avançados e nos dependentes. Nos primeiros, o processo baseou-se principalmente na produção de mais-valia relativa, vale dizer, na redução do valor dos meios de subsistência dos trabalhadores, enquanto nos países dependentes a experiência histórica aponta para o uso dos mecanismos citados há pouco, recorrendo-se ao barateamento dos bens-salário só em momentos excepcionais (cf. 1969, pp. 130-3). Isso se deve à dimensão que assume, nesses países, o exército industrial de reserva, o que reduz a capacidade dos trabalhadores de reivindicar remunerações que compensem o desgaste de sua força de trabalho (1979b, pp. 49-50; cf. 1978, p. 63).

Quais as implicações da superexploração? Para além dos baixos salários (que estão envolvidos na própria definição), são mencionadas: (a) a tendência ao

³¹ De passagem, observe-se que Marini não associa superexploração a mais-valia absoluta (como a maioria dos autores o interpreta): primeiro, porque considera a intensificação do trabalho como uma das formas de produção de mais-valia *relativa*; depois, porque, no caso do terceiro dos mecanismos indicados, seriam afetadas as duas partes em que se divide a jornada de trabalho, e não apenas o tempo de trabalho excedente (ver Marini, 1973, p. 92).

desemprego;³² (b) a pauperização absoluta das grandes massas (1969, p. 122);³³ (c) a limitação do mercado interno – e, portanto, a inviabilidade de um modelo de desenvolvimento capitalista autônomo (*ibid.*, p. 132); e (d) crises de realização, decorrentes do “crescimento constante da capacidade de produção frente ao debilitamento correlato da capacidade de consumo do povo trabalhador e, portanto, do mercado interno” (*ibid.*, p. 122).

*Consequência
inviabilidade de um
modelo de desenvolvimento
autônomo*

O modo de circulação da economia dependente

É o caso de se perguntar como é possível que o capitalismo dependente se reproduza em condições de consumo tais como as que acabam de ser apontadas. Aqui reside uma outra peculiaridade da economia exportadora latino-americana: o fato de que “não depende, para sua realização, da capacidade interna de consumo”, observando-se, portanto, uma “separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias” (1973, p. 50).

Ao contrário do que ocorre nas economias capitalistas avançadas, onde o consumo individual dos trabalhadores constitui um elemento decisivo na criação de demanda, nas economias dependentes tal consumo não interfere na realização da produção (*ibid.*, pp. 51-2). Nisso reside, aliás, a possibilidade da superexploração do trabalho:

“Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem preocupar-se em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando se lhe possa substituir mediante a incorporação de novos braços ao processo produtivo. O dramático para a população trabalhadora da América Latina é que este pressuposto se cumpriu amplamente...” (*ibid.*, p. 52).³⁴

³² “Por trás [da] incapacidade da indústria [na América Latina] para criar empregos – mais do que o uso de tecnologias inadequadas, como pretendia a CEPAL, já que é próprio do progresso técnico economizar mão-de-obra – estava a brutal superexploração do trabalho que ali se praticava” (Marini, 1992, p. 83).

³³ “A lei geral da acumulação do capital, que implica a concentração da riqueza num pólo da sociedade e o pauperismo absoluto da grande maioria do povo, se expressa aqui com toda brutalidade...” (Marini, 1969, p. 20). Ver ainda Marini (1992), p. 83.

³⁴ Estaria, assim, completa a explicação do fenômeno da superexploração. Se sua *necessidade* decorre da existência de mecanismos de transferência de valor por parte dos países dependentes, sua *possibilidade* advém, por um lado, da dimensão do exército industrial de reserva nesses países e, por outro, do fato de que seus trabalhadores não são necessários enquanto consumidores.

Por outro lado, nota-se uma cisão do consumo individual em duas esferas contrapostas: a esfera “alta”, correspondente ao consumo dos capitalistas, que é atendido por importações; e a esfera “baixa”, onde se inclui o consumo dos trabalhadores e que se baseia na produção interna.

Essas tendências se acentuam na fase de industrialização. O argumento de Marini é que a economia industrial dependente, em essência, *mantém o modelo da economia exportadora*, reproduzindo em escala ampliada as tendências indicadas. É bem verdade que, na nova etapa, “a esfera alta da circulação (...) desloca seu centro de gravidade para a produção interna” (*ibid.*, p. 57). Porém essa reorientação implicou um mecanismo de criação do mercado interno distinto do que se observava no desenvolvimento capitalista “clássico”. Com efeito, neste último “existe uma estreita correspondência entre o ritmo da acumulação e o da expansão do mercado” (*ibid.*, p. 58). Além disso, observa-se um vínculo entre as duas esferas de consumo: o aumento da produtividade do trabalho, na medida em que permite a redução do valor dos meios de subsistência dos trabalhadores, é condição da expansão do consumo dos capitalistas. No caso da América Latina, esse vínculo não existe: “*A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda*, mas nasce para atender a uma demanda preexistente...” (*ibid.*, pp. 61-2 – grifo nosso).

Sobre essa base, a economia industrial dependente revela uma tendência a *reproduzir o modo de acumulação baseado na superexploração do trabalho*, fazendo com que a separação entre as duas esferas da circulação assuma uma forma ainda mais radical. A razão disso é que a industrialização se voltou para a produção de bens que não entram (ou o fazem muito escassamente) no consumo popular; portanto, independe das condições de salário: o tipo de mercadoria produzida não interfere na determinação do valor da força de trabalho; o capitalista pode, portanto, despreocupar-se com o aumento da produtividade como instrumento para elevar a taxa de mais-valia e centrar-se nos demais instrumentos de expansão desta última, todos associados à superexploração (*ibid.*, pp. 63-4).

Por outro lado, a generalização do consumo de manufaturas que se verificou no desenvolvimento capitalista clássico, correspondendo à conversão dos bens suntuários em bens de consumo popular (via barateamento do seu preço) não teve lugar na economia industrial dependente. Além de ter havido aí uma ampliação do consumo das camadas médias, o esforço para aumentar a produtividade ocorreu mediante a utilização de tecnologia estrangeira, dificultando a transição a um modo de acumulação diferente,

CPS

PP Economia

Clássica cl

A' Populista

centrado não na maior exploração do trabalhador, e sim no aumento da capacidade produtiva do trabalho. Por que isso? A explicação é que o progresso técnico se concentrou nos ramos produtores de bens suntuários (que não fazem parte da cesta de consumo dos trabalhadores), pelo que a única forma de expandir a taxa de mais-valia continuou sendo o recurso à superexploração.

Uma das consequências da concentração do progresso técnico nos referidos ramos é a manifestação de graves problemas de realização. A alternativa adotada – transferir poder de compra à “esfera alta” da circulação – significou rebaixar ainda mais os salários reais, desestimulando o investimento tecnológico no setor produtor de bens-salário. Desse modo, a tentativa de ampliar a “esfera alta” do consumo apresentava limites, dado que pressupõe a compressão crescente do nível de vida dos trabalhadores. Restou como alternativa a expansão para o exterior.³⁵

O subimperialismo

Essa incapacidade de criar um mercado interno compatível com as necessidades da acumulação³⁶ desponta como uma das principais tendências do capitalismo dependente brasileiro:

“Trata-se de uma agudização da lei geral da acumulação capitalista, isto é, a absolutização da tendência ao pauperismo, que leva ao estrangulamento da própria capacidade produtiva do sistema (...) A marcha dessa contradição fundamental do capitalismo brasileiro o leva à mais total irracionalidade, isto é, expandir a produção, restringindo cada vez mais a possibilidade de criar para ela um mercado nacional, comprimindo os níveis de consumo e aumentando constantemente o exército industrial de reserva” (1969, p. 114).

A saída para essa limitação do mercado interno passou pela adoção, nos anos 60, de uma política subimperialista.³⁷ Por meio desta, a burguesia brasileira – mais exatamente, sua fração monopolista associada a grupos estrangeiros – tentava

³⁵ O esquema de realização da economia brasileira compreende, na verdade, três elementos: o consumo suntuário, o mercado mundial e o Estado (cf. Marini, 1977b, pp. 80s).

³⁶ O mercado interno se vê restringido não apenas em consequência da superexploração do trabalho, mas também da transferência para o exterior de parte da mais-valia produzida na economia dependente. Veja-se Marini (1979b), p. 53.

³⁷ Marini faz uma distinção entre a exportação de manufaturados e o conceito de subimperialismo. Este último só se aplicaria ao caso em que as exportações envolvem a luta pela conquista de mercados (ver 1977a, pp. 28-9).

“compensar sua impossibilidade de ampliar o mercado interno através da incorporação extensiva de mercados já formados...” (*ibid.*, pp. 86-7).³⁸

A expressão “subimperialismo” indica que o fenômeno corresponde a uma “extensão indireta” do imperialismo norte-americano, dado que pressupõe a integração da economia brasileira a este último (*ibid.*, p. 87). Além de ressaltar a inserção subordinada da economia brasileira, o termo aponta para o fato de que, face a esse caráter de economia dependente, a única forma de viabilizar uma expansão externa bem-sucedida seria a associação com grupos estrangeiros.

Essa expansão imperialista da burguesia brasileira teve que basear-se numa maior exploração dos trabalhadores, por duas razões: por um lado, a necessidade de comprimir os salários em busca de competitividade externa; por outro, a necessidade de proporcionar um “sobrelucro” a seu sócio maior, os Estados Unidos (*ibid.*, pp. 88-9). Assim, o subimperialismo, resultante da tendência à superexploração, a reproduz em novo patamar.

O subimperialismo corresponde a uma nova etapa do desenvolvimento capitalista no Brasil (cf. 1969, p. 116). Constituiu o “único caminho que encontrou o sistema para seguir com seu desenvolvimento” (*ibid.*, p. 117), considerando-se que a estreiteza do mercado interno inviabilizara um desenvolvimento capitalista autônomo, que, inclusive, dadas as condições prevaletentes na economia brasileira, comprometeria o ritmo da acumulação.³⁹

Para além de sua expressão brasileira, o subimperialismo deve ser visto como um fenômeno mais geral no contexto do capitalismo dependente: é “a forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro” (1977a, p. 31).⁴⁰ Nesse nível de generalidade, “O conceito de subimperialismo (...)

³⁸ Além da luta pela conquista de mercados externos para a indústria nacional, a política subimperialista visava à busca de fontes de energia e matérias-primas (ver Marini, 1992, p. 135).

³⁹ Sobre esse argumento, ver Marini (1969), p. 123.

⁴⁰ Embora o Brasil seja o exemplo típico de adoção do esquema subimperialista, sua abrangência vai além: “...em sua dimensão mais ampla, o subimperialismo não é um fenômeno especificamente brasileiro nem corresponde a uma anomalia na evolução do capitalismo dependente. É certo que são as condições próprias à economia brasileira, que lhe permitiram levar longe sua industrialização e criar inclusive uma indústria pesada, assim como as condições que caracterizam sua sociedade política, cujas contradições deram origem a um Estado militarista de tipo prussiano, que deram lugar no Brasil ao subimperialismo, porém não é menos certo que *este é apenas uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no marco do capitalismo dependente*” (Marini, 1973, p. 76 – grifo nosso). Ver, no mesmo sentido, 1992, p. 138.

aponta para a especificação de como incide na economia dependente a lei segundo a qual o aumento da produtividade do trabalho (e, portanto, da composição orgânica do capital) acarreta um aumento da superexploração” (1973, p. 99).

Do ponto de vista do desenvolvimento capitalista em escala global, ele deve ser entendido no contexto da nova divisão internacional do trabalho;⁴¹ vale dizer:

“O subimperialismo corresponde à expressão perversa da diferenciação sofrida pela economia mundial, como resultado da internacionalização da acumulação capitalista, que contrapõe ao esquema simples de divisão do trabalho (...) um sistema de relações muito mais complexo. Nele, a difusão da indústria manufatureira, elevando a composição orgânica média nacional do capital (...) dá lugar a *subcentros econômicos (e políticos)*, dotados de *relativa autonomia*, embora permaneçam subordinados à dinâmica global imposta pelos grandes centros” (1992, pp. 137-8 – grifos nossos).

Capitalismo dependente e desenvolvimento

A partir dos diversos elementos elencados acima, é oportuno precisar a posição de Marini acerca da possibilidade de desenvolvimento capitalista nos países dependentes. Em princípio, tal possibilidade é algo fora de dúvida. Afinal, aquele desenvolvimento é o próprio objeto de estudo de nosso autor. No entanto, este ponto se transformou no principal alvo da controvérsia em torno de sua interpretação, razão por que é necessário um exame mais atento do mesmo.

Começemos pelo conceito de dependência. De acordo com Marini, trata-se de

Relação de Dependência

“...uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência não pode ser, portanto, senão mais dependência, e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela envolve” (1973, p. 18).

Dois aspectos sobressaem na definição acima. Por um lado, o efeito estruturante da dependência sobre as relações de produção, mais precisamente, sobre a “expansão e recriação das relações de produção capitalistas” (1992, p. 101) nos países subordinados.

⁴¹ A nova DIT compreende dois tipos de relações: de um lado, entre os países latino-americanos e os centros imperialistas; de outro, entre os próprios países latino-americanos. “No primeiro caso, se transferem para os referidos países certas etapas inferiores do processo de produção, reservando-se aos centros imperialistas as etapas mais avançadas (...) e o controle da tecnologia correspondente (...) No segundo caso, se estabelecem níveis ou hierarquias entre os países da região, segundo os ramos de produção que desenvolveram ou estão em condições de desenvolver, e se nega aos demais o acesso a tais tipos de produção, convertendo-os em simples mercados consumidores” (Marini, 1969, p. 22).

Nesse sentido, estão equivocados aqueles que concebem a dependência “como desdobramento material do capitalismo, que implicaria a criação de um setor II, produtor de bens de consumo, externo às economias centrais – que constituiriam, por sua vez, o setor I, produtor de bens de produção, da economia mundial...” (*ibid.*), como se a internalização do setor I significasse a conquista de autonomia. Por outro lado, Marini não se limita a ver a dependência como um componente do desenvolvimento capitalista nas formações sociais periféricas, insistindo na ligação estrutural entre a dependência e a reprodução do capitalismo em nível global. Em outras palavras, a existência de economias dependentes seria “uma condição necessária do capitalismo mundial, contradizendo aqueles que, como Fernando Henrique Cardoso, a entendem como um sucesso accidental no desenvolvimento deste” (1973, p. 91).

Isso não quer dizer, porém, que a configuração da economia mundial esteja dada de uma vez por todas. Assim é que se concebe a possibilidade de mudança na relação entre suas partes constitutivas, como é o caso do já aludido surgimento de subcentros econômicos, no âmbito do fenômeno do subimperialismo. E, de modo mais geral, têm ocorrido mudanças na forma da dependência ao longo do desenvolvimento capitalista na América Latina.⁴² Nenhum desses movimentos significou, porém, a superação da dependência.

É precisamente devido à dificuldade de superação da dependência que Marini subscreve a fórmula do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, de A. G. Frank (cf. Frank, 1966). O raciocínio é o seguinte: sendo o subdesenvolvimento “um produto do desenvolvimento do capitalismo mundial” (Marini, 1992, p. 88), as economias constituídas nesse processo estão envolvidas nas engrenagens da dependência frente aos centros imperialistas. Isso significa que *é impossível que experimentem um desenvolvimento capitalista do tipo clássico*. Pelo contrário: “...quanto mais cresce a economia dependente, mais ela aguça as diferenças específicas que a separam do capitalismo existente nos países avançados” (*ibid.*, p. 89). O desenvolvimento que tem lugar na primeira evidencia, antes, um caráter “deformado”, “irracional”, “monstruoso” etc. (cf. Marini, 1969, pp. 81, 114 e 115).

Em suma, sem negar a possibilidade de desenvolvimento dos países dependentes nos marcos do capitalismo, Marini nega, sim, que seja possível reproduzir-se nesses

⁴² Tais mudanças poderiam ser assim resumidas: na fase da economia exportadora, predomina a dependência de bens manufaturados; na fase da economia industrial, ganha importância a dependência de insumos e equipamentos e de tecnologia.

países o modelo de desenvolvimento capitalista “clássico” à parte de uma mudança do modo de produção. Não fazem sentido, a esse respeito, soluções que passam por deter a incorporação do progresso técnico ou o processo de monopolização do capital:

“[a] solução ao problema do desenvolvimento econômico (...) não pode ser obtida (...) obstaculizando a incorporação do progresso tecnológico estrangeiro e estruturando a economia com base em unidades de baixa capacidade produtiva (...)”⁴³ Tudo consiste em obter uma organização da produção que permita o pleno aproveitamento do excedente criado, vale dizer, que aumente a capacidade de emprego e produção dentro do sistema, elevando os níveis de salário e de consumo. Como isto não é possível no marco do sistema capitalista, não resta ao povo brasileiro senão um caminho: o exercício de uma política operária de luta pelo socialismo” (1969, pp. 118-9).

Perspectivas

Mesmo uma primeira aproximação da obra de Marini é suficiente para evidenciar o caráter radicalmente crítico de sua interpretação, no sentido de que a crítica do capitalismo dependente só pode ser feita na perspectiva de sua superação. Se o que está na raiz da dependência é “o capitalismo” (1992, p. 134), é impossível pensar na eliminação daquela à parte da supressão deste modo de produção.

Nesse sentido, o esforço teórico do autor está marcado pela tentativa de fundamentar a defesa da alternativa socialista no exame das características que o capitalismo assumiu nos países da América Latina: basicamente, o fato de o mesmo ter produzido, em seu desenvolvimento na região, resultados “monstruosos”, na medida em que, como foi dito, as contradições típicas do MPC se manifestaram aí de forma particularmente aguda.

Esse ponto de vista é reafirmado no exame que Marini faz das tendências da globalização capitalista, em cujo âmbito a dependência dos países latino-americanos tenderia a agravar-se (1997, pp. 98-9). A globalização exponencia as contradições de fundo do capitalismo, notadamente sua capacidade de desenvolver ao máximo as forças produtivas, ao tempo em que alija os interesses das grandes massas, cabendo aos trabalhadores oporem resistência contra esse caráter regressivo do capital. E mais: “A incompetência que estão demonstrando as classes dominantes latino-americanas e seus

⁴³ A propósito do caso chileno, afirma: “Não cabe, portanto, opor ao capitalismo monopólico um modelo econômico destinado a defender a média e a pequena empresas; isso teria como efeito apenas frear a acumulação, ou seja, paralisar o desenvolvimento econômico capitalista...” (Marini, 1976, p. 83).

Estados para promover a defesa de nossas economias transfere para os trabalhadores a exigência de tomar a iniciativa” (*ibid.*, p. 106).

É a reiteração daquela característica do MPC que leva Marini a afastar, ao longo de sua obra, as saídas reformistas, que não só implicam um retrocesso do ponto de vista do próprio desenvolvimento das forças produtivas, como em geral abrem caminho para o reforço da dominação do capital (cf. 1976, p. 85).

2.2 Críticas à versão de Marini

Entre as contribuições de Marini, duas têm recebido maior atenção por parte dos estudiosos da dependência. Em primeiro lugar, seu esforço por não restringir a discussão da dependência latino-americana à esfera da circulação (isto é, ao mercado mundial), estendendo-a à esfera da produção, ou seja, às relações de produção no âmbito dos países capitalistas dependentes. Nesse sentido, escreve Chilcote: “Enfocando relações de produção, Marini diferia (...) de outros pensadores que enfatizavam considerações de mercado e de comércio” (1983, p. 110). Tal preocupação seria ilustrada pelo seu empenho em relacionar a questão da transferência de valor no nível da circulação internacional com a superexploração que teria lugar nos países dependentes: “...o mérito teórico de Marini consiste em que é o primeiro que articula perfeitamente a transferência de valor com o fenômeno da superexploração do trabalho” (Ouriques, 1995, p. 157). Segundo o mesmo autor, “tal procedimento elimina a acusação de circulacionista que alguns lhe atribuíram e coincide, no essencial, com Marx, quando afirmava que toda ciência começa quando o estudo se desloca da esfera da circulação à da produção” (*ibid.*, p. 158).⁴⁴

Em segundo lugar, destaca-se seu esforço por examinar a dinâmica própria às economias dependentes. Há toda uma preocupação com o ciclo do capital nessas economias, com as possibilidades de realização da produção etc.⁴⁵ Em suma, Marini não se prende à mera relação centro-periferia. Quer discutir o capitalismo dependente em si, a natureza e as tendências do processo de acumulação que aí tem lugar.

⁴⁴ Ver ainda pp. 161 e 170.

⁴⁵ Em sua crítica aos dependentistas, Benakouche se refere à necessidade de se levar em conta “as condições necessárias para analisar o crescimento da economia nacional. Essas condições são a capacidade de realização das mercadorias produzidas e a realização da capitalização da mais-valia” (1980, p. 202). Em nota de rodapé, observa: “Ruy Mauro Marini (...) leva em conta essas condições, analisando a dependência por intermédio do ciclo do capital...”

Do ponto de vista dos autores contemporâneos que apostam na elaboração de uma teoria marxista da dependência, Marini é quem, de fato, oferece as bases para tal empreendimento (Ouriques, 1995, p. 104), na medida em que teria elaborado os principais conceitos de uma “economia política marxista da dependência” (Valencia e Martins, 1999, p. 146). Isso se deve a que, entre os integrantes da vertente mais radical dessa teoria, Marini é o autor que demonstra “um rigoroso manejo do instrumental marxista, ainda não superado atualmente” (Ouriques, 1995, p. 98).

Não é possível, nos limites deste trabalho, efetuar a crítica dos múltiplos temas examinados por Marini, mesmo nos restringindo à seleção feita para fins da exposição de suas teses. Por isso, vamos privilegiar os aspectos que nos auxiliem a apreender sua interpretação do desenvolvimento capitalista na periferia. Como no caso de Cardoso, iniciaremos pelas questões de método, passando, então, a algumas questões substantivas.⁴⁶

A crítica do método⁴⁷ envolve uma questão principal – a distinção entre capitalismo “clássico” e “dependente” e o tema correlato da existência de leis correspondentes a este último – e quatro questões secundárias: (1) *externo versus interno*; (2) *economia versus política*; (3) *perspectiva de classe versus perspectiva nacional*; (4) *produção versus circulação*.

Acerca da questão mais geral, Cueva é enfático:

“É errado fazer da distinção entre capitalismo clássico e dependente o eixo principal da análise dos problemas da América Latina. O elemento substantivo é o capitalismo; ‘dependente’ é o elemento adjetivo. Temos, portanto, de depender da análise das leis do desenvolvimento capitalista. Mesmo alguém tão rigoroso como Ruy Mauro Marini (...) incorre em erro por sua insistência em diferenciar capitalismo clássico e dependente” (1976, p. 14).

E então argumenta que a existência de especificidades não é razão suficiente para uma nova elaboração teórica:

⁴⁶ Um fator que torna relativamente difícil a crítica das teses de Marini é a tendência quase geral dos autores a tratá-lo em conjunto com outros formuladores da versão dita “neomarxista” da teoria da dependência, em particular A. G. Frank e Theotonio dos Santos. Apesar dos muitos pontos em comum, julgamos mais proveitoso avaliar criticamente seus pontos de vista a partir de sua própria obra.

⁴⁷ Qualquer tentativa de avaliação do método em Marini se depara com o fato de que, ao contrário do que ocorre com Cardoso, não se dispõe de formulações sistemáticas daquele autor acerca do tema, estando seus pontos de vista geralmente dispersos em meio às questões substantivas que aborda.

“Reconhecendo as diferenças óbvias entre o desenvolvimento da América Latina e o desenvolvimento dos países ‘avançados’, é necessário também reconhecer que essas diferenças não são suficientes para suscitar uma nova teoria com suas próprias leis. A dependência não constitui um modo de produção singular ou uma fase particular de um outro modo de produção. É meramente a forma concreta de existência de algumas sociedades” (pp. 14-5).⁴⁸

Para Castañeda e Hett, o erro de Marini provém do fato de considerar *O capital* de Marx como “um modelo depurado da realidade”:

“Esta concepção, em si criticável, o conduz a tratar de elaborar outro modelo que leve em conta as impurezas que, para Marini, estão presentes nas formações sociais latino-americanas e que exclua tendências fundamentais para Marx porém inoperantes neste capitalismo *sui generis*. (...) o autor repete o erro empirista dos ecléticos: *descobre* um modo de produção *sui generis* que, ao mesmo tempo em que é capitalista, não obedece a tendências necessárias à existência mesma do capitalismo” (1978, p. 51).⁴⁹

Ora, argumentam os autores, “não há capitalismo *sui generis* porque não há modelo do capital (...) De fato, todo capitalismo real é *sui generis*...” (p. 65). De uma perspectiva diferente, Cardoso e Faletto também reprovam as tentativas de formulação de leis do “capitalismo dependente”. Antes de tudo, tais tentativas carecem de sentido, dada a natureza do próprio objeto:

“Certamente as análises de situações de dependência implicam teorias e requerem o uso de metodologias. Mas – até por definição – parece sem sentido buscar ‘leis de movimento’ específicas para situações que são *dependentes*, isto é, cujas principais características são determinadas pelas fases e tendências de expansão do capitalismo em escala mundial” (Cardoso e Faletto, 1978, pp. 28-9).⁵⁰

⁴⁸ “Entre os autores dependentistas, Ruy Mauro Marini implicitamente considerava o capitalismo dependente, calcado na ‘superexploração’, como um modo de produção, uma vez que, segundo ele, havia um ‘modo de circulação’ que lhe era correspondente” (Love, 1996, pp. 473-4).

⁴⁹ Adiante, os autores detalham seu ponto de vista quanto à concepção de modelo: “Conceber *O capital* como um modelo, como uma reprodução-representação formal da realidade, conduz a sustentar que as diferenças observáveis entre o modelo e a realidade não podem ser explicadas a partir desse modelo. Para explicá-las, é preciso descartar o modelo e construir outro. O fato de conservar muitos elementos do primeiro permite a Marini asseverar que seu modelo é também um modelo do capital, só que de outro capital: do capital dependente. Porém esta manipulação desloca o sistema de conceitos que é *O capital*. Se este é a teoria do modo de produção capitalista, qualquer alteração de seus conceitos fundamentais produzirá, no melhor dos casos, o conceito de um modo de produção distinto, porém jamais outro conceito do mesmo modo de produção (...) O projeto de Marini – encontrar a diferença específica (se passarmos por alto o fato de que *a priori* tenha decidido encontrá-la nos rumos da dependência) – o leva necessariamente a descartar o que para ele é o modelo de Marx” (pp. 63-4).

⁵⁰ O argumento aparece também em Cardoso (1976): “...existe até uma dificuldade lógica a transpor: como estabelecer legalidade própria daquilo que por definição está referido a outra situação que o contém?” (p. 137).

Segundo Cardoso, a insistência de Marini nessa direção evidenciaria um duplo erro deste autor: por um lado, seu hábito de focar as contradições que marcam o capitalismo latino-americano como expressões de um outro tipo de capitalismo, esquecendo-se de que o desenvolvimento capitalista é necessariamente contraditório; por outro, "sua propensão de levar sempre ao limite tendências que se manifestam em determinadas fases do referido processo, aprisionando-as, estaticamente, sob a forma de supostas 'leis'" (Serra e Cardoso, 1980, p. 68), e de transformar "em necessidade o que é alternância ou possibilidade contraditória" (*ibid.*, p. 77).⁵¹

É evidente que a divergência assinalada tem a ver com o próprio significado das análises de dependência. Para Marini, a idéia de que é possível e necessário elaborar uma teoria marxista da dependência equivale à necessidade de formular as leis de movimento específicas do capitalismo dependente, que seriam "uma expressão particular das leis gerais que regem o sistema em seu conjunto" (1973, p. 85).⁵² A questão de fundo, portanto, é se existe algo como o "capitalismo dependente". Ao que parece, esta questão não obteve uma solução satisfatória no interior da escola da dependência.

Passemos ao exame das demais críticas relacionadas ao método de Marini.

1. Externo versus interno. Neste aspecto, a análise de Marini parece ter sido vítima da tendência dos críticos de tratar a interpretação deste autor no bojo da chamada versão neomarxista da teoria da dependência. Assim é que alguns desses críticos costumam atribuir-lhe uma concepção "exogenista" (primazia das chamadas causas externas) do desenvolvimento capitalista nos países dependentes.⁵³ Em princípio, a crítica seria justa, uma vez que a vinculação das economias latino-americanas ao mercado mundial constitui um princípio explicativo crucial nesta versão da teoria.

⁵¹ Cf. Serra (1979), p. 106. A tendência de Marini à generalização é também apontada por Love: "...pode-se perceber, da perspectiva dos anos 90, que o modelo de Marini era uma interpretação esquemática da ditadura militar brasileira dos anos 1960 e 70, regime esse a partir do qual ele indevidamente generalizou, no tempo e no espaço" (1996, p. 458).

⁵² A propósito, poder-se-ia perguntar se haveria também leis de desenvolvimento específicas do capitalismo central.

⁵³ Aqui poderíamos, sem dúvida, incluir Gabriel Palma, para quem o aspecto central da versão "subdesarrollista" da dependência (em que situa Marini) é "o intento de elaborar uma 'teoria do subdesenvolvimento' na qual o caráter dependente das economias periféricas seria o eixo em torno do qual giraria todo o problema do subdesenvolvimento..." (Palma, 1981, p. 49).

Uma avaliação mais isenta do problema exige que se faça uma distinção, no interior da referida corrente, entre a visão de Frank, centrada no modelo “metrópole-satélite”, e a de Marini. Conforme observam Blomström e Hettne, “o conceito de ‘satélite’ sugere uma absoluta falta de dinâmica própria” (1984, p. 98).⁵⁴ Marini, por outro lado, com seu conceito de leis de movimento específicas às economias dependentes e com a discussão do ciclo do capital nessas economias, tenta justamente – pode-se discutir com que grau de sucesso – captar a dinâmica do capitalismo dependente. Além disso, transparece sua preocupação com as condições internas da acumulação e reprodução do capital (e, nesse plano, com as contradições de classe). Certamente a isso se devem comentários como o de Love: “Marini não poderia ser acusado, como o Frank dos primeiros tempos, de interpretar a dependência como um fenômeno imposto de fora, excluindo as relações de classe internas às áreas dependentes” (1996, p. 453).

2. *Economia versus política.* Diversos autores têm apontado a ausência da luta de classes como uma das principais deficiências da análise de Marini. Como vimos, a ênfase desta é posta nas condições materiais em que se dá a luta de classes, razão provável do “economicismo” que muitos lhe atribuem. A crítica aparece principalmente no trabalho já citado de Serra e Cardoso. Aí lemos que o procedimento adotado por Marini

“põe de escanteio o que é básico: a dinâmica que deriva da luta entre as classes. Esta, por certo, desenvolve-se a partir de contradições sociais e econômicas básicas (...) Mas é o jogo político que faz mover numa ou noutra direção os parâmetros econômicos dentro dos quais se desenvolve a luta entre as classes” (1980, p. 52).

Para os autores, essa não-consideração da luta de classes é que leva Marini, por um lado, a cometer o equívoco metodológico já assinalado de aprisionar em “leis” fenômenos meramente conjunturais do desenvolvimento capitalista nos países periféricos; por outro, a estreitar as perspectivas políticas nesses países, ao deduzir a necessidade do socialismo diretamente de uma suposta “lógica econômica” (*ibid.*, p. 77).

⁵⁴ Benakouche atribui aos teóricos da dependência, sem exceção, o ponto de vista de que as economias periféricas não possuem dinâmica própria: “...para os ‘dependentistas’, a economia periférica, enquanto objeto de estudo, parece secundária (...) não tem uma dinâmica própria e (...) portanto, não requer nenhuma análise especial” (1980, p. 181).

Castañeda e Hett chamam a atenção para um outro aspecto do problema. Depois de asseverarem que “[a] luta de classes, miolo do marxismo, está singularmente ausente das análises de Marini” (1978, p. 56), observam que só se vê um reflexo dela na tese da superexploração (*ibid.*, p. 61). Mas ressaltam:

“Porém, mesmo neste caso, trata-se de um movimento unilateral. O proletariado se torna uma classe passiva, paralisada pela existência de um enorme exército de reserva. Daí que o valor do trabalho (sic) esteja predeterminado, que a superexploração se perpetue, que o mercado de bens manufaturados esteja sempre além do alcance dos trabalhadores. Esta tese passa por alto várias décadas de luta sindical – pacífica e violenta – e política em toda a América Latina; a existência de sindicatos, partidos operários, movimentos de massas, desaparece no belo ordenamento de uma mecânica ajustada de uma vez e para sempre pelo ‘sistema’” (*ibid.*, pp. 61-2).⁵⁵

Finalmente, o economicismo da análise de Marini se refletiria na forma como articula a evolução da acumulação com as transformações dos regimes políticos na América Latina. Nesse sentido, Mathias inclui o trabalho de Marini entre as abordagens que “derivam mais ou menos diretamente a forma e a ação do Estado das ‘necessidades objetivas’ da acumulação capitalista” (1983, p. 160). Ou seja, essas abordagens tentam “fundar ‘economicamente’ – mediante o estudo dos mecanismos ou etapas da acumulação nos países latino-americanos – a necessidade das transformações experimentadas pelos regimes políticos na região” (*ibid.*, p. 155). Incorrem, desse modo, em erro simétrico ao de Cardoso, cujos trabalhos atribuem grande peso às alianças de classe na conformação do desenvolvimento capitalista na América Latina: agora, é a infra-estrutura econômica que é o elemento determinante, com a consequência de que tais abordagens deixam “pouco espaço para a análise dos processos ideológicos e políticos que se desenrolam na esfera do poder” (*ibid.*, p. 161).

3. *Perspectiva de classe versus perspectiva nacional.* A maioria dos críticos argumenta que a noção de dependência de Marini (e da corrente a que pertence), mais ainda que a de Cardoso, expressa irremediavelmente uma perspectiva nacional, em detrimento de uma perspectiva de classe.⁵⁶ Benakouche, por exemplo, sustenta que

⁵⁵ Como se recorda, trata-se de crítica semelhante à que Myer (1975) dirige à análise de Cardoso (ver a seção 1.2).

⁵⁶ Uma das poucas exceções é Love, que, reportando-se à crítica dos marxistas “ortodoxos” segundo a qual a teoria da dependência centrava-se nas relações do mercado internacional, negligenciando a análise de classes, avalia que tal acusação seria “injustificada quanto ao trabalho de Marini de inícios da década de 1970” (1996, p. 459).

Marini “apreende a questão da dependência de maneira equivocada (...) na medida em que conduz o problema à subordinação das nações [periféricas?] por outras...” (p. 202n).⁵⁷

A resposta de Marini foi bastante convencional:

“É certo que os dependentistas, preocupados com os mecanismos de exploração capitalista no plano internacional, partiam das relações que as classes dominantes nacionais estabeleciam entre elas, no marco interestatal. Não é menos certo, porém, que eles se preocuparam com a maneira como isso afetava as relações internas de exploração e, portanto de classe...” (1992, p. 92).⁵⁸

Os críticos parecem ter razão. Se é certo que Marini é, entre os dependentistas, o que mais se esforçou por incluir explicitamente as relações de exploração inerentes à reprodução do capitalismo na periferia, não se deve desconhecer que, às vezes, essa perspectiva de classe é abandonada em benefício de uma análise centrada nas relações entre nações. É o que ocorre em sua discussão da integração latino-americana.⁵⁹ A América Latina, homogeneamente, é chamada a tomar posição frente aos grandes blocos econômicos hegemonzados pelos centros imperialistas (1992, p. 145). Como fica, nesse caso, a divisão de classes internamente? No mesmo sentido, são preocupantes suas constantes referências aos “povos” da América Latina.⁶⁰

Por fim, lembráramos, sem que possamos aprofundar a questão neste momento, que a contrapartida dessa perspectiva que conduz à diluição das classes sociais é a defesa de um tipo de intervenção dos trabalhadores que parece desconhecer a natureza de classe do Estado nos países periféricos.⁶¹

⁵⁷ A mesma crítica pode ser encontrada no já citado artigo de Cueva (1976), que visa aos dependentistas como um todo. Os argumentos de Weffort (1971) também poderiam ser lembrados aqui. Cf. ainda Blomström e Hettne: “A análise de Marini também repousa sobre contradições regionais” (1984, p. 101).

⁵⁸ Em nota de rodapé, acrescenta: “A questão da superexploração do trabalho é disso um bom exemplo” (1992, p. 106).

⁵⁹ Cf. o capítulo “Os caminhos da integração” em Marini (1992).

⁶⁰ Por exemplo: “...depois da luta ideológica da segunda metade da década de setenta (...) o pensamento social latino-americano não conseguiu retomar a elaboração crítica e original que vinha realizando, o que tornou difícil a formulação de uma alternativa de esquerda às pressões exercidas contra os povos da região” (Marini, 1992, p. 99 – grifo nosso).

⁶¹ Assim, ao final de sua discussão das tendências da globalização capitalista, Marini escreve: “Os trabalhadores não poderão reverter essa situação se, depois de assegurarem sua unidade de classe, não se colocarem firmemente no terreno da luta pela democratização do Estado, a fim de retirar das classes dominantes o controle da economia e, sobre a base de uma mobilização lúcida e perseverante, estabelecer um projeto de desenvolvimento econômico compatível com a nova configuração do mercado mundial. Só sua intervenção ativa na formulação e implementação das políticas públicas e a ampla utilização dos instrumentos da democracia direta, da participação

4 - or
continua fide
o. CP

CP

4. *Produção versus circulação*. Vimos que, segundo Marini, a discussão do capitalismo dependente deve começar pela esfera da circulação, porque isso corresponderia à evolução histórica concreta, isto é, os países dependentes latino-americanos se constituíram no processo mesmo de sua vinculação ao mercado mundial. Haveria, portanto – e isso estaria na essência do método dialético – uma coincidência entre o exame teórico do problema e seu desenvolvimento histórico (Marini, 1973, pp. 83-4). Isso não impediu, entretanto, a crítica de circulacionismo que foi dirigida à sua interpretação. Se bem que o alvo principal da crítica tenha sido Frank com sua tese da exploração no plano do comércio internacional, é impossível não ver as limitações que cercam o ponto de vista de Marini.

Deixando de lado a propriedade ou não da afirmação da coincidência entre teoria e evolução histórica, é preciso chamar a atenção para o peso que tem, no esquema de Marini, a mencionada vinculação das economias latino-americanas ao mercado mundial. Com efeito, essa vinculação condiciona todo o seu desenvolvimento posterior, aí incluídas as “deformações” que este evidenciará. A esse respeito, Castañeda e Hett observam: “Marini acredita haver elaborado uma teoria da dependência fundada na produção, na medida em que a mola da dependência é a superexploração (1978, p. 55). Entretanto, segundo os autores, essa impressão logo se desfaz:

“Marini acrescenta que só num primeiro momento a produção se vê determinada pela circulação, porém que, depois, a produção cria sua própria circulação. Não obstante, este primeiro momento sela o destino do capitalismo latino-americano como uma verdadeira origem, ao instaurar a superexploração. Porque, se bem seja certo que o autor descreve com uma lógica aparentemente implacável os mecanismos da formação da circulação a partir das condições existentes na produção, não é menos certo que em sua análise a circulação continua impondo a superexploração, e esta, por sua vez, dá seu caráter à produção” (*ibid.*, p. 56).⁶²

A questão a resolver, portanto, está ligada ao próprio ponto de partida de Marini, isto é, o mercado mundial.⁶³ Conforme veremos no próximo capítulo, a análise que o

popular e da vigilância cidadã podem proporcionar aos povos latino-americanos condições adequadas para ganhar um lugar ao sol no mundo do século XXI” (1997, p. 106).

⁶² O circulacionismo reaparece, segundo os mesmos autores, na noção de estreiteza do mercado que caracterizaria o desenvolvimento capitalista nos países dependentes: “...o circulacionismo não é a negação total da produção; é uma concepção errônea da produção que a sujeita de diversas maneiras – a estreiteza do mercado é apenas um caso – à circulação” (Castañeda e Hett, 1978, p. 59).

⁶³ Um ponto de vista alternativo consiste em “partir dos mecanismos reguladores desta economia [periférica] para se explicar o papel e a função de suas relações externas e da influência dos ‘fatores externos’” (Benakouche, 1980, p. 181). Segundo este ponto de vista,

autor empreende acerca da natureza das relações de produção nos países dependentes é inteiramente balizada pela vinculação destes ao mercado mundial, comprometendo relativamente o seu alcance.

Passemos à crítica das principais teses de Marini. Seguiremos a ordem adotada na exposição que consta da seção precedente.

1. *O papel da América Latina na acumulação mundial.* Recordemos que, segundo Marini, as exportações de alimentos pela América Latina teriam contribuído para a redução do valor da força de trabalho nas economias industriais avançadas, permitindo, nestas últimas, a transição da exploração baseada na mais-valia absoluta à baseada na mais-valia relativa; por sua vez, as exportações de matérias-primas teriam funcionado como fator contrarrestante à queda da taxa de lucro nas mesmas economias.

Por um lado, a crítica tem apontado a insuficiência da base empírica da tese. Em particular, não ficaria claro qual o peso efetivo das exportações latino-americanas na composição do consumo dos trabalhadores europeus; além do que os países da região que se destacaram como exportadores teriam sido aqueles onde a superexploração do trabalho era menor (Serra e Cardoso, 1980, p. 53; Cardoso, 1972b, pp. 109-10; cf. Castañeda e Hett, 1978, p. 53).⁶⁴

Por outro lado, questiona-se a afirmação de Marini segundo a qual as exportações latino-americanas de alimentos, ao permitirem a redução do valor do capital variável, teriam provocado a queda da taxa de lucro nos países capitalistas avançados. O aumento da taxa de mais-valia (admitindo-se que tais exportações de fato o possibilitassem) mais do que compensaria a elevação da composição orgânica do capital que resultaria da queda no valor do capital variável, ocorrendo, isto sim, uma *elevação* da taxa de lucro (Serra e Cardoso, 1980, pp. 48-9).⁶⁵

“não há um objeto preliminar representado pelo sistema imperialista de dominação; o objeto de estudo é a ‘economia nacional’, e as ‘relações internacionais’ (chamadas também de ‘fatores externos’) têm o peso que elas merecem, ou seja, o que conta são suas influências sobre a transformação do sistema de relações de produção, sobre o modo e a forma de acumulação, sobre a forma e a organização do Estado etc.” (*ibid.*, pp. 181-2). Trataremos deste ponto de vista na seção 3.2.

⁶⁴ Para a réplica de Marini a estes pontos, ver 1978, pp. 66-7.

⁶⁵ Ver a réplica de Marini: 1978, pp. 62-3.

2. *A questão do intercâmbio desigual e da transferência de valor.* Antes de tudo, é preciso notar que Marini relativiza o papel do intercâmbio desigual, insistindo no fenômeno mais geral da transferência de valor, da qual o intercâmbio desigual seria apenas uma das formas.⁶⁶ Isso, porém, não o isentou de severas críticas. Não é necessário, para os fins do presente trabalho, entrar nos detalhes da polêmica a respeito do tema; limitamo-nos a enumerar os principais pontos levantados pela crítica, mencionando, em cada caso, a réplica de Marini.

a) “O erro central da análise (...) consiste em supor, e não haveria por que fazê-lo, que o aumento da produtividade na produção de bens manufaturados nos países centrais implica *a redução da taxa de lucro na periferia* (...) O que ocorre de fato não é o encarecimento absoluto dos produtos industriais, mas a manutenção de seu preço de venda, apesar da queda do seu valor unitário” (Serra e Cardoso, 1980, p. 49). Para os autores, esse seria o erro básico, uma vez que é dessa suposta redução da taxa de lucro que Marini deduz a necessidade da superexploração na periferia, elemento fundamental do seu esquema teórico.

Em sua réplica, Marini argumenta:

“...meus ‘críticos’ supõem que os movimentos *de preços não implicam movimentos de valor*; de tal maneira que, ao manter-se o preço de mercado *acima do valor*, isto não implicaria uma transferência de valor por parte daquele que o adquirisse, dando em troca uma mercadoria cujo preço se mantivesse a par com seu valor” (1978, p. 65).⁶⁷

⁶⁶ “Por outro lado, não é a rigor necessário que exista o intercâmbio desigual para que comecem a operar os mecanismos de extração de mais-valia mencionados; o simples fato da vinculação ao mercado mundial e a conversão conseqüente da produção de valores de uso à de valores de troca que isso acarreta têm como resultado imediato desatar um afã de lucro que se torna tanto mais desenfreado quanto mais atrasado é o modo de produção existente” (Marini, 1973, p. 39). No mesmo sentido, na réplica a Serra e Cardoso, escreve: “...a superexploração do trabalho é acicatada pelo intercâmbio desigual, porém não deriva dele, mas da febre de lucro que cria o mercado mundial...” (1978, p. 63).

⁶⁷ A razão parece assistir a Marini, apesar de que seu argumento é confuso. (Com efeito, se o preço de produção no centro está acima do valor, isso só é possível se na periferia fica abaixo dele. O que um ganha, o outro deixa de ganhar. Por isso, se o preço de mercado do produto exportado pela periferia se mantém “a par com seu valor”, é evidente que não pode haver transferência de valor. Da forma como Marini expõe o problema, teria que sair valor da circulação.) A tese da troca desigual, nos termos em que Marini a formula, significa que, se o preço de mercado do produto exportado pela periferia corresponde ao preço de produção, a periferia (pressupondo-se que, nela, a composição orgânica média do capital seja mais baixa que no centro) deixa de apropriar-se de parte do valor nela produzido. Isso leva a que sua taxa de lucro seja menor do que seria na hipótese de que o preço de mercado do produto exportado correspondesse ao valor. De qualquer modo, o movimento resulta numa *equalização* da taxa de lucro em ambas as economias, não sendo possível justificar, por esta via, a necessidade de um “mecanismo de compensação”.

b) Toda a análise da superexploração está baseada no pressuposto de que “houve aumento da produção exportadora na periferia em condições necessárias de produtividade decrescente (ou estagnada), hipótese básica para a explicação de Marini sobre a tendência à intensificação ou extensão da jornada de trabalho, a salários constantes” (Serra e Cardoso, 1980, pp. 50-1). Ora, argumentam os autores, isso é o mesmo que admitir que ocorre uma queda do salário real, hipótese absurda em se tratando de economias onde os salários são fixados ao redor do nível de subsistência. Além disso, (a) houve, sim, aumento de produtividade na produção exportadora da América Latina; (b) os capitalistas não recorreram exclusivamente à intensificação do trabalho para compensar a suposta transferência de valor, utilizando-se, para expandir a produção, da abundância de terras e de mão-de-obra (*ibid.*, pp. 51-2).

Marini contra-argumenta que a hipótese de produtividade decrescente (ou estagnada) na periferia não se encontra em nenhum de seus textos. O que afirma é que ela sempre cresce aí a um ritmo mais lento que no centro; daí a necessidade de um mecanismo de compensação (a superexploração do trabalho) (cf. Marini, 1978, p. 63).⁶⁸

c) Marini confunde o fenômeno do intercâmbio desigual com a tendência à deterioração dos termos de intercâmbio (Serra e Cardoso, 1980, p. 52). Ocorre que o primeiro conceito “refere-se às relações entre *produtividade* e *preços*, assim como [à] evolução dessas relações. Já o conceito de deterioração do IRT [Índice de Relações de Troca] refere-se somente às variações das relações de preços sem considerar diretamente a produtividade” (*ibid.*).

Para Marini, entretanto,

“a comparação de valores se expressa numa relação de preços, que, mais ou menos influenciados pela circulação, continuam referidos ao valor. (...) os índices de preços [podem] ser tomados como indicadores de valores, sobretudo para períodos longos (em que as variações da circulação tendem a neutralizar-se), e (...) portanto, ao analisar o

⁶⁸ De fato, a hipótese mencionada não se encontra nos textos de Marini (embora a referência à existência, na periferia, de “um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva” [1973, p. 40] possa induzir a essa interpretação). O autor, inclusive, afirma em texto posterior que “o desenvolvimento do capitalismo nos países subdesenvolvidos implicou, desde o princípio, a introdução de novas técnicas e o conseqüente aumento da produtividade do trabalho” (1992, p. 77). Marini tem razão ao insistir em que o diferencial de produtividade (associado à existência de diferentes composições orgânicas do capital nos setores exportadores do centro e da periferia) é fator suficiente (aceitos os pressupostos da tese da troca desigual, entre os quais a existência de uma tendência à equalização da taxa de lucro em nível internacional) para que ocorram transferências de valor. A questão é outra: até que ponto a transferência de valor exige um “mecanismo de compensação”?

intercâmbio desigual é lícito e necessário recorrer ao exame da evolução dos preços relativos ou, o que é o mesmo, dos termos de intercâmbio" (1978, p. 65).⁶⁹

3. *A tese da superexploração.* Não por acaso, este é o ponto mais visado pela crítica. É que Marini considera a superexploração como "o fundamento da dependência" (1973, p. 101). Os críticos têm identificado principalmente os seguintes problemas na análise de nosso autor:

a) A ambigüidade do conceito de superexploração: "...seu conteúdo oscila constantemente entre uma identificação com a mais-valia absoluta e uma simples exação de esforço físico excessivo (sem que excessivo se defina em relação a algo)" (Castañeda e Hett, 1978, p. 58).

b) Marini confunde condições específicas a determinadas fases do desenvolvimento capitalista na periferia com tendências inexoráveis do "capitalismo dependente". Quanto a isso, vale considerar que o controle salarial e a distribuição regressiva da renda não são condições essenciais à (e traços permanentes da) acumulação de capital; o dinamismo do sistema se baseia na concorrência entre os capitais e na introdução de novas tecnologias. Se em sua fase inicial a acumulação se baseia na produção de mais-valia absoluta, nas fases posteriores sua dinâmica no setor mais avançado passa a repousar na exploração da mais-valia relativa e na criação de um mercado de consumo capitalista (Cardoso, 1973b, pp. 116-7).

c) A tendência de Marini à generalização decorre do relativo despreço de sua análise pelas condições concretas da luta de classes nos países dependentes.⁷⁰

⁶⁹ A ligação entre os dois fenômenos aparece novamente mais adiante: "...as relações entre as economias capitalistas avançadas e as dependentes, ao expressarem relações de intercâmbio entre sistemas produtivos com distintos níveis tecnológicos e, portanto, com distintas intensidades médias de trabalho, levam normalmente a que se operem transferências de valor via preços, isto é, que se realize um intercâmbio desigual que corresponde, por sua vez, à deterioração dos termos de intercâmbio em prejuízo das últimas" (1978, p. 70). Como se vê, Marini equipara a variação da relação de intercâmbio ao fenômeno do nivelamento da taxa de lucro (no caso, em nível internacional), que, a rigor, é o processo descrito na primeira parte da passagem.

⁷⁰ "...a mais-valia relativa é um resultado da luta de classes, como o são também a necessidade de um aumento da produtividade e a baixa tendencial da taxa de lucro. (...) Uma superexploração capitalista perpetuada ao longo das conjunturas mais variadas e em países com características muito distintas é algo que um marxista não pode aceitar sem mais explicação" (Castañeda e Hett, 1978, p. 56). E mais adiante: "A teoria de Marini sobre a superexploração é uma concepção a-histórica porque pressupõe um valor da força de trabalho que não foi fixado pela luta histórica de classes" (p. 64). No mesmo sentido, Mantega: "...a pauperização dos trabalhadores periféricos e a militarização desses países não chegam a ser fenômenos inexoráveis ou leis inevitáveis do capitalismo subdesenvolvido (...) mas sim fenômenos

d) A afirmação de que os industriais, nos países latino-americanos, não se interessam por aumentar a produtividade do trabalho na produção de bens manufaturados (já que estes supostamente não fazem parte da cesta de consumo dos trabalhadores) envolve, segundo os críticos, alguns erros teóricos. Um deles é fruto da identificação do comportamento dos capitalistas individualmente e enquanto classe.⁷¹ Outro: considerar mais-valia absoluta e relativa como formas alternativas, e não complementares, de exploração,⁷² tomando a primeira como típica do “capitalismo dependente”.⁷³ Por outro lado, a afirmação de Marini revelaria desconhecimento dos dados: o crescimento havido no Brasil⁷⁴ se deve em grande parte ao aumento de produtividade, mais do que a um eventual prolongamento da jornada de trabalho ou à intensificação deste (Serra e Cardoso, 1980, p. 71). Por fim, os críticos questionam a

esporádicos cuja ocorrência se verifica durante a agudização da luta de classes” (1984, p. 276). Ver ainda Singer (1979).

⁷¹ “...Marini comete o erro de tomar o capitalista individual como encarnação de sua classe, abstraindo a concorrência entre os capitais, o que o leva a atribuir-lhe critérios para a ação totalmente estranhos aos seus interesses. É óbvio que nenhum industrial se empenha em elevar a produtividade do trabalho dos seus operários tendo em vista desvalorizar-lhes a força de trabalho e assim reduzir seus salários monetários, pelo simples motivo de que o *peso* da produção de qualquer capitalista individual no custo de vida operário, por maior que seja a concentração do capital, é necessariamente insignificante. (...) Na verdade, o industrial é obrigado a preocupar-se permanentemente em aumentar a produtividade do trabalho por causa da concorrência: sendo capaz de produzir a custos inferiores que seus competidores, ele poderá simultaneamente obter superlucros e ampliar sua participação no mercado. Por esta razão, o empenho em baixar os custos – o que equivale dizer, aumentar a produtividade – é obrigatório para todos os capitalistas, não importando se seus produtos são bens de salário ou bens suntuários, embora só no primeiro caso a elevação da produtividade se reflita na baixa do valor da força de trabalho” (Singer, 1979, p. 213).

⁷² “A suposição de Marini, de que [no] ‘capitalismo clássico’ a produção de mais-valia relativa substituiu a de mais-valia absoluta não tem fundamento (...) O industrial latino-americano (...) não tem mais remédio do que se empenhar *simultaneamente* na elevação da produtividade e na rebaixa dos salários, isto é, na produção de mais-valia relativa e absoluta” (Singer, 1979, p. 214). Em texto posterior, porém, Marini deixou claro que superexploração e aumento de produtividade não devem ser compreendidos como mecanismos mutuamente excludentes. O recurso ao aumento de produtividade não é algo de que se lance mão apenas quando se esgote a possibilidade de extrair mais-valia com base na superexploração. Por outro lado, “ao incidir em uma estrutura produtiva baseada na superexploração, o aumento da produtividade do trabalho acarreta a aceleração do crescimento do exército industrial de reserva, com o que se viabiliza a pressão do capital sobre as condições de trabalho e remuneração dos trabalhadores” (Marini, 1979a, p. 37).

⁷³ “...o erro consiste em supor que esta [a produção de mais-valia absoluta] é uma característica do capitalismo ‘dependente’ que o diferencia do ‘clássico’. Na realidade, num e noutro, o impulso para produzir mais-valia absoluta é igualmente forte. Se no capitalismo ‘clássico’ este impulso encontra mais obstáculos do que no ‘dependente’, onde ele tende efetivamente a dar lugar à superexploração do trabalhador, a diferença deve ser procurada antes nos obstáculos, ou seja, no grau de resistência que a classe operária pode oferecer e não em modos específicos de acumular” (Singer, 1979, pp. 214-5).

⁷⁴ A referência é ao período 1959-70.

própria suposição de que os produtos industriais seriam irrelevantes na cesta de consumo dos trabalhadores (Serra e Cardoso, 1978, p. 71; Singer, 1979, pp. 215s).

e) Também carece de fundamento a afirmação de que, dada a compressão da capacidade de consumo dos trabalhadores, não existe possibilidade de estímulo ao investimento no setor produtor de bens-salário (e, portanto, de aumento da mais-valia relativa). O crescimento do setor no Brasil e os investimentos nele realizados não foram desprezíveis; tampouco o foi o aumento da produtividade e, portanto, a “desvalorização” dos bens produzidos (Serra e Cardoso, 1980, pp. 72-3).⁷⁵

f) Quanto ao vínculo entre a exploração da periferia e a acumulação nas economias centrais, Cardoso observa:

“...com respeito ao desenvolvimento do capitalismo central, este processo não é *necessário*. Ele ajuda, facilita, complementa, mas não é um requisito para a expansão capitalista. (...) creio que seria possível mostrar que o capitalismo central, *no que ele possui de específico e dinâmico*, depende da produção de mais-valia relativa e do aumento da produtividade (...) não da pura espoliação das regiões periféricas” (1972b, pp. 108-9).

Não seria correto, portanto, identificar a função que a periferia exerceu historicamente com uma característica geral do capitalismo industrial nem com sua forma típica de acumulação (*ibid.*, p. 110).⁷⁶

4. *O esquema de realização do subimperialismo.* Tem-se questionado muito a tese de Marini de que o capitalismo dependente enfrenta uma limitação estrutural de mercado interno, em função da qual a realização da produção passaria a depender de um esquema baseado, além do mercado mundial, no consumo suntuário e no Estado. Como em outros aspectos da presente interpretação, também aqui a crítica tem apontado problemas teóricos e de validade empírica.

a) Marini põe o acento no consumo individual, em detrimento do consumo produtivo. Para Castañeda e Hett, isso decorre de sua omissão dos dois departamentos em que se divide a produção capitalista:

“Se a produção das formações sociais latino-americanas é capitalista, contém dois setores, e a contradição entre o consumo e a produção não se situa no mercado de

⁷⁵ Os dados utilizados pelos autores se referem aos períodos 1959-70 e 1969-73.

⁷⁶ Não seria possível resumir aqui a extensa réplica de Marini a propósito do tema da superexploração. Ver Marini (1978), especialmente a parte III.

consumidores, mas, como Marx e Lênin o repetem até à saciedade, se desloca para a articulação entre os dois setores: *esta* contradição é a que rege a contradição do mercado de consumidores. Isto é o que permite a ampliação tendencial do mercado. (...) O consumo não se limita ao consumo individual dos trabalhadores e dos capitalistas. O consumo *produtivo* dos capitalistas é precisamente o que determina o consumo individual destes e dos trabalhadores” (1978, p. 61).⁷⁷

b) Mesmo no que toca ao consumo individual, sua concepção é bastante restritiva, na medida em que, centrada no consumo suntuário, não dá o devido peso ao consumo dos trabalhadores nos países dependentes:

“Ele [Marini] argumenta que no [capitalismo dependente] é o consumo dos grupos de alta renda que provê dinamismo à economia, enquanto que, no marxismo clássico, seria o consumo das massas. Mas isto parece um exagero da parte de Marini; certamente em países latino-americanos há algum consumo popular que é responsável por algum dinamismo de suas economias” (Cueva, 1976, pp. 14-5).

Neste contexto, é errado afirmar que os trabalhadores não consomem produtos manufaturados: “Por limitado que seja o consumo operário, jamais é nulo” (Castañeda e Hett, 1978, p. 60). Mais ainda: nos países latino-americanos mais avançados, os operários estão adquirindo inclusive bens de consumo duráveis (*ibid.*, p. 60).⁷⁸ Marini erra também quando afirma que a produção industrial latino-americana é essencialmente de bens suntuários (*ibid.*, p. 59).

c) Não existe relação necessária entre o crescimento da exportação de manufaturados por alguns países dependentes e a estreiteza do mercado interno. Referindo-se ao caso do Brasil, Cardoso argumenta que a ligação entre os dois fenômenos foi meramente conjuntural e que o mercado interno continuou se expandindo (1973b, pp. 132 e 138). A política de promoção das exportações teve como razão básica a necessidade de obtenção de divisas para financiar a importação de insumos e bens de

⁷⁷ Cardoso critica principalmente a ênfase da tese no caráter determinante do consumo dos trabalhadores na composição do mercado interno: “...numa economia capitalista o mercado constitui-se também pelo próprio consumo capitalístico (das empresas, do setor público e dos grupos sociais que controlam a ambos), e não apenas pelo consumo de todos e cada um dos trabalhadores (...) Havendo reativação da economia (...) renasce a espiral consumista interna que não depende (salvo no caso de indústrias de consumo maciço individual, como tecido, ou calçados populares e alimentação básica) do consumo da maioria, mas do capitalístico” (1973b, p. 132).

⁷⁸ Singer defende o mesmo ponto de vista, acrescentando, a partir de pesquisa realizada na cidade de São Paulo, que, para garantir o acesso a bens de consumo duráveis, os operários comprimem o consumo de bens necessários. Cf. Singer (1979), pp. 220-2.

capital e para atender ao serviço da dívida (*ibid.*, p. 139).⁷⁹ Isso nada tem a ver com uma suposta tendência do capitalismo dependente ao subimperialismo:

“Sendo assim, é fraco o argumento de que a industrialização da periferia, na atual fase, levaria *por motivos econômicos* à necessidade de criação de núcleos subimperiais. A dinâmica econômica da região, inclusive o presente *drive* industrial-exportador, só podem ser compreendidos no contexto da nova divisão internacional do trabalho no mundo capitalista, impulsionada pelos conglomerados multinacionais. Se existe exportação e luta por mercados (como existe) é porque as economias locais, endividadas crescentemente até à medula, são importadoras de bens sofisticados de capital e de *know-how* (pelos quais se endividam) e têm que obter recursos financeiros em moedas internacionais para fazer face às suas dívidas. São pois tributárias do imperialismo, mesmo quando industrializadas (...) Não exportam porque engasgadas internamente pelo subconsumo, mas estão sufocadas externamente pela superexploração industrial-financeira” (Cardoso, 1973a, pp. 132-3).

A resposta de Marini a essas objeções é que os críticos ou sustentam a inexistência de problemas de realização para a produção capitalista em geral – com o que “apenas confundem grosseiramente Marx com Say” – ou tentam contrapor a saída para o exterior com a demanda criada pelas camadas médias ou pelo Estado (Marini, 1977a, pp. 29-30). Quanto à importância do consumo dos trabalhadores, esclarece que não afirmou que os mesmos não participam do mercado interno: “O que sustento é, simplesmente, que a superexploração, ao restringir o consumo popular, não o converte em fator dinâmico de realização...” (1978, p. 73).⁸⁰

5. *Inviabilidade do desenvolvimento capitalista na periferia?* A opinião geral dos críticos é que a interpretação de Marini conduz inevitavelmente à conclusão de que o desenvolvimento capitalista nos países dependentes é impossível.

a) A interpretação de Marini compartilha um vício de origem da esquerda radical na América Latina nos anos sessenta: ter assumido que as reformas preconizadas no projeto nacional-desenvolvimentista eram uma condição necessária para viabilizar o desenvolvimento capitalista na região (Serra e Cardoso, 1980, p. 40). Na medida em que essas reformas foram sustadas pelos golpes militares, o desenvolvimento capitalista estaria inviabilizado. A explicação gira basicamente em torno da insuficiência do

⁷⁹ Cf. Serra e Cardoso (1980), onde são encontrados dados para a economia brasileira que pretendem mostrar que o aumento das exportações não foi significativo como componente da demanda global.

⁸⁰ Para a resposta específica do autor às questões do Estado e do comércio exterior como fatores de realização, veja-se Marini (1978), pp. 74s.

mercado interno, responsável pela “incapacidade estrutural do capitalismo dependente para expandir-se e reproduzir-se” (Cardoso, 1976, p. 145). O capitalismo dependente apresentaria, portanto, tendências à estagnação (Serra e Cardoso, 1980, p. 37).⁸¹

b) Estaríamos, assim, diante de um ressurgimento da ideologia *narodnik* (Cardoso, 1973b, p. 112).⁸² Esse tipo de interpretação deixa de perceber (i) que “a existência de contradições não indica um empecilho ao capitalismo, mas uma condição de seu desenvolvimento” (*ibid.*, p. 113); logo, constitui um equívoco esperar que esse desenvolvimento conduza sempre a maior homogeneidade social; e (ii) que o sistema se desenvolve necessariamente de forma cíclica, não cabendo, porém, transformar fenômenos que são típicos das fases recessivas em características permanentes do capitalismo nos países dependentes (*ibid.*, p. 115).

c) A interpretação de Marini incorre em erro no que se refere ao próprio uso do conceito de desenvolvimento: “...a forma em que se empregam nestes estudos da dependência os conceitos ‘desenvolvimento’ e ‘subdesenvolvimento’ não é capitalista” (Palma, 1981, p. 58), na medida em que identificam desenvolvimento econômico com desenvolvimento social ou com construção do socialismo (Benakouche, 1980, pp. 204-5). “Para as teorias da dependência-subdesenvolvimento, o desenvolvimento capitalista não é, então, autêntico desenvolvimento” (Castañeda e Hett, 1978, p. 70).

d) Para além dos equívocos de ordem teórica, tal interpretação “não resistiu à realidade dos fatos” (Mantega, 1997, p. 124; cf. Palma, 1981, p. 57).

Pensamos que há erros e acertos na avaliação acima. O próprio Marini reconheceu, em certo momento, que a fórmula de Frank sobre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (adotada por ele, como vimos) foi concebida à luz da distinção entre crescimento e desenvolvimento econômico e que tal distinção é “pouco rigorosa” (1992, p. 89). O problema é que é justamente a partir de concepções como a de Frank que Marini incorre no erro de qualificar o padrão de desenvolvimento que ocorre na periferia capitalista como não sendo um autêntico desenvolvimento (e nisso a crítica de Castañeda e Hett está correta), ao contrário do padrão prevalecente nas economias centrais – esquecendo-se do caráter necessariamente desigual do desenvolvimento capitalista.

⁸¹ De diferentes maneiras, o mesmo ponto de vista aparece em inúmeros autores. Ver, p.ex., Benakouche (1980), Palma (1981), Goldenstein (1994), Mantega (1984, 1997).

⁸² No mesmo sentido, Palma (1981) denomina os autores da corrente da teoria da dependência em que inclui Marini de “populistas contemporâneos” (cf. p. 58).

Devido a concessões como essa, a análise de Marini abriu o flanco a uma avalanche de críticas, das quais apresentamos acima uma amostra. Por outro lado, se olharmos bem, constataremos que a crítica de fundo é construída sobre algo que não se encontra em qualquer parte da interpretação de nosso autor: a tese de que o desenvolvimento capitalista na periferia é inviável. Com efeito, tal desenvolvimento é o objeto de estudo de Marini, que procura identificar suas principais tendências. Em nenhum momento está dito:

- que o capitalismo é incapaz de produzir desenvolvimento na periferia, como quer Cardoso – pelo menos, se aceitarmos a definição de desenvolvimento adotada por este último, isto é, como sinônimo de acumulação de capital, com a conseqüente diferenciação do sistema produtivo (cf. Cardoso, 1973b, p. 122n). O que Marini descarta é a possibilidade de um modelo de desenvolvimento capitalista autônomo (cf. 1969, pp. 116 e 132);⁸³
- que o capitalismo na periferia perdeu seu caráter progressista, como quer Palma.⁸⁴ Marini não nega que o capitalismo seja capaz de desenvolver as forças produtivas na periferia.⁸⁵ O que afirma reiteradamente é que ele exacerba aí as contradições que lhe são inerentes;
- que a industrialização da periferia é impossível, como quer Mantega;⁸⁶
- que a estreiteza do mercado interno estabelece um limite intransponível ao desenvolvimento capitalista.⁸⁷ O que o autor sustenta é que tal fenômeno

⁸³ No que concorda inteiramente com Cardoso. A propósito, é interessante notar a quantidade de pontos em comum entre as duas versões. Alguns exemplos: a emergência do modelo de desenvolvimento capitalista “integrado” (Marini, 1969, p. 19); a possibilidade de a expansão imperialista impulsionar o desenvolvimento industrial da periferia (*ibid.*, pp. 69 e 73; 1973, p. 68), bem como a diversificação social correspondente a este último (1969, p. 70); a “simultaneidade da dependência e do desenvolvimento” (1973, p. 99; 1992, p. 116); a nova forma de dependência (1969, p. 19; 1992, p. 129).

⁸⁴ De acordo com Palma, Lênin definiu dois critérios para identificar o caráter progressista do capitalismo: o incremento da força produtiva do trabalho social e a socialização desse trabalho (Palma, 1981, p. 58).

⁸⁵ Nesse sentido, é questionável a afirmação de Valencia e Martins de que “[Theotonio e Marini] postulam o caráter capitalista deste desenvolvimento [da periferia], mas ressaltam uma marcada insuficiência de suas forças produtivas, o que conduz ao ‘subdesenvolvimento’, devido à dependência estrutural...” (1999, p. 149). Tal conclusão parece aplicar-se melhor a Frank.

⁸⁶ Para este autor, a corrente “neomarxista” “negava a possibilidade de uma *real industrialização*, ou de *qualquer* tipo de desenvolvimento capitalista, num país submetido a ‘exploração imperialista’” (Mantega, 1997, p. 111 – grifos nossos).

⁸⁷ A ligação da superexploração do trabalho com a limitação do mercado não deve, segundo Marini, fazer esquecer o outro lado do processo: que a mesma superexploração “explica o forte desenvolvimento da economia exportadora latino-americana, apesar do intercâmbio desigual” (1978, p. 63).

torna o processo de realização muito mais complexo que nas economias centrais.⁸⁸ Neste contexto, carecem de sentido as análises que qualificam de estagnacionista a interpretação em apreço. Referindo-se à tese do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, Marini observa: “Derivar daí uma suposta incapacidade de crescimento da economia dependente, que a condenaria à estagnação econômica, representa um erro grosseiro” (1992, p. 89);

- que a expansão imperialista é incompatível com o desenvolvimento da periferia. Marini insiste, porém, em que o processo de integração imperialista, ao acentuar-se, desenvolve suas contradições internas e, portanto, “alenta sua própria negação” (1969, p. 69).

6. *A alternativa socialista.* A crítica mais comum à perspectiva política de Marini é uma contrapartida da crítica anterior, relativa à inviabilidade do desenvolvimento capitalista na periferia: Marini incorre no erro de assentar na referida inviabilidade a defesa do socialismo enquanto alternativa para os países latino-americanos. Assim, para Serra e Cardoso, a interpretação de Marini procura “manter a idéia da Revolução ancorada em obstáculos intransponíveis de natureza econômica” (1980, p. 78). Com isso, “este estilo de pensamento desarticula as opções políticas frente ao peso da economia” (*ibid.*, p. 77) e conduz ao voluntarismo:

“A luta entre as classes, a criatividade na história, que permite o desdobramento dos conflitos na direção de alternativas menos presas ao acicate das ‘leis [de] dependência’, desaparecem da análise, para reaparecer ao final, como um *fiat* que permite romper o dilema entre fascismo e socialismo” (*ibid.*).

Não nos parece, entretanto, que a defesa do socialismo por parte de Marini tenha como premissa uma suposta inviabilidade econômica do capitalismo na América Latina, fundamentando-se, antes, na forma particularmente aguda em que as contradições típicas do MPC se manifestam na região. O capitalismo teria fracassado na América Latina, não em termos de desenvolvimento insuficiente da acumulação de capital ou das forças produtivas, e sim no que se refere à sua incapacidade de incorporação das massas, notando-se que esta não depende daquele, mas essencialmente da superexploração do trabalho que tem lugar nos países da região.

⁸⁸ Para a posição de Marini sobre a questão do subconsumo, cf. 1978, pp. 100-2.

Ora, é neste último aspecto que parece residir a fragilidade do argumento de nosso autor. Por que deveria causar estranheza a falência do capitalismo periférico em termos de absorção social? “Segundo este ponto de vista, o capitalismo central é um êxito, porque o nível de vida da população em geral nestes países é relativamente elevado; ao não sê-lo nos países pobres, seu capitalismo é um fracasso” (Castañeda e Hett, 1978, p. 86).⁸⁹ Isso mostra que, embora a versão de Marini seja, em muitos aspectos, mais consistente que a de outros dependentistas, a forma como constrói seu argumento em favor da luta pelo socialismo evidencia ambigüidades associadas, em última instância, à insuficiência que caracteriza o seu tratamento do MPC nos países latino-americanos, conforme veremos no próximo capítulo. Com isso, a defesa do socialismo termina, de certa forma, descolada do movimento contraditório do capital nos referidos países.

⁸⁹ Não concordamos, porém, com outros aspectos da interpretação dos autores. Particularmente, quando generalizam e afirmam que, para os dependentistas como um todo, se a satisfação das necessidades não ocorre nos países subdesenvolvidos, é porque tampouco ocorre o desenvolvimento das forças produtivas (cf. p. 86).

Capítulo 3

A TEORIA DA DEPENDÊNCIA ENQUANTO INTERPRETAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA PERIFERIA: UMA REAVALIAÇÃO

Pretendemos, neste capítulo, avaliar o alcance da teoria da dependência, nas versões formuladas por Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini, enquanto interpretação do desenvolvimento capitalista nas formações sociais periféricas. Para tanto, devemos proceder a uma necessária limpeza de terreno: examinar o que os próprios dependentistas têm a dizer acerca do estatuto teórico da noção de dependência. Trata-se de uma teoria? Que relação guarda com a interpretação teórica mais geral do capitalismo? Como se define face à teoria do imperialismo? Essas questões constituem o objeto da primeira parte deste capítulo. A segunda parte se ocupa da avaliação propriamente dita. Em primeiro lugar, procuramos mostrar por que as interpretações do desenvolvimento latino-americano construídas por Cardoso e Marini são insuficientes como representações de um processo de desenvolvimento capitalista. A seguir, apontamos algumas contribuições da teoria da dependência, do ponto de vista metodológico, com vistas à investigação do referido processo. Por fim, mencionamos algumas tendências no âmbito do pensamento social, relativamente à problemática levantada pelos dependentistas.

3.1 O estatuto teórico da noção de dependência

É significativo que, desde o início de sua trajetória, a teoria da dependência tenha sido criticada pela ambigüidade com que lida com a noção de dependência. A questão aparece já no começo dos anos 70 no trabalho citado de Weffort, que pergunta pelo seu estatuto teórico,¹ e desde então tem suscitado diferentes tipos de solução entre os dependentistas. Vamos nos deter nas concepções dos autores selecionados para o presente trabalho.

Cardoso começa por definir o escopo das análises de dependência:

“Eu não penso que a categoria (...) de dependência possua o mesmo *status* teórico das categorias centrais da teoria do capitalismo. A razão para isto é óbvia; não se pode pensar na dependência sem os conceitos de mais-valia, expropriação, acumulação etc. A

¹ Ver Weffort (1971), p. 3.

idéia de dependência *se define no campo teórico da teoria marxista do capitalismo*" (1972b, p. 100 – grifo nosso).

Assim, a categoria "dependência" não pretende rivalizar em abrangência com os conceitos mais gerais que definem o capitalismo: trata-se de uma categoria *subordinada*, no sentido de que se insere numa matriz teórica mais ampla, que é aquela proporcionada pelo marxismo. Com essa delimitação, Cardoso reivindica a existência de um campo teórico próprio às análises de dependência. "E neste caso não há por que utilizar as aspas na expressão teoria" (*ibid.*). Ou seja, o uso da expressão é tido como legítimo sempre que se entenda a dependência como parte de um sistema teórico mais amplo. Fora disso, seu uso é contra-indicado, especialmente se se leva em conta a natureza do objeto de estudo:

"Até por entendimento semântico, quem depende, depende de algo; está condicionado, não é condicionante. Pretender elevar a noção de dependência à categoria de conceito totalizante² é um *non-sens*. E, rigorosamente não é possível pensar numa 'teoria de dependência'. Pode haver uma teoria do capitalismo e das classes, mas a dependência, tal como a caracterizamos, não é mais do que a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando este é levado à expansão internacional" (Cardoso, 1971e, p. 128).

Temos aí uma restrição adicional ao uso da expressão "teoria da dependência". Além de se reportar às categorias mais gerais, definidoras do modo de produção capitalista, o próprio objeto das análises em questão se constitui concretamente numa fase específica da evolução histórica desse modo de produção, qual seja, o imperialismo.

Com base nesses princípios gerais, Cardoso critica dois tipos de procedimento. O primeiro é o daqueles que imaginam ser possível e necessário produzir uma teoria do capitalismo dependente.³ Por que isso é equivocado? Para além do já aludido caráter subordinado do objeto de estudo, há a exigência fundamental de que o fenômeno da dependência seja considerado em cada caso concreto, não como um atributo geral de determinadas formações sociais. Não existe dependência em geral. Como vimos, para Cardoso a dependência está associada às diferentes dinâmicas políticas de cada país;

² Em sua crítica, Weffort havia se referido à dependência nesses termos: "A noção de 'dependência' tem um caráter global na medida em que (...) é concebida como uma relação ou, alternativamente, como um atributo que afetaria a cada sociedade latino-americana concebida, de alguma forma, como um conjunto. Isto não significa, é importante assinalar, que se trata de uma noção totalizante de caráter dialético (1971, p. 4n).

³ Ver a seção 2.2, a propósito da crítica a Marini.

logo, existem múltiplas possibilidades de articulação entre as condições gerais do sistema capitalista e a situação interna dos países periféricos. Por isso, não faz sentido uma *teoria geral* da dependência.⁴

Assim, ao recusar-se a atribuir aos estudos sobre dependência o caráter de teoria geral, Cardoso apenas está explicitando algo que está na essência do seu método.⁵ Os autores que insistem no contrário, na prática, relegam a segundo plano a dinâmica de classes de cada país. Caberia perguntar se, levado às últimas consequências, esse raciocínio não significaria o abandono definitivo da teoria da dependência (na medida em que a configuração das relações de classe poderia, eventualmente, apontar para a superação da dependência). Cardoso responderia: depende do sentido que se atribua a “teoria”. Se esta é entendida em termos de “leis” do “capitalismo dependente”, sim. Como instrumento para a elucidação de um aspecto particular das formações sociais periféricas, não.⁶

O outro procedimento criticado por Cardoso diz respeito à forma como as análises de dependência foram “consumidas” nos meios acadêmicos norte-americanos, isto é, “como uma ‘teoria’, dando-se a esta noção a conotação de um corpo de proposições formalizáveis e testáveis”. Ao que acrescenta: “Eu sempre fui reticente em usar a expressão ‘teoria da dependência’ porque temia a formalização do *approach*” (1976, pp. 136-7). O procedimento em questão é descrito como se segue:

“Alguns especialistas norte-americanos passaram a cobrar a ‘coerência interna’ da teoria da dependência e a estabelecer um corpo de hipóteses deduzidas do princípio da dependência para testá-las empiricamente. Neste tipo de reformulação da dependência os conceitos devem ser unidimensionais e precisos e devem referir-se a variáveis claramente estabelecidas. Com sua ajuda pode-se medir o ‘contínuo’ que vai da ‘dependência’ à ‘autonomia’ e pode-se caracterizar graus variáveis de dependência” (ibid., p. 137).

⁴ Com ligeira diferença de enfoque, Palma formula a mesma crítica, ao afirmar que os autores em questão tentam utilizar a dependência como fundamento de uma “teoria formal” do subdesenvolvimento (cf. 1981, p. 77).

⁵ Ver a seção 1.1.

⁶ A idéia do abandono da noção de dependência em função da dinâmica da luta de classes específica a cada formação social é sugerida por Castañeda e Hett. A existência de correlações de força “exclui qualquer relação estrutural de dependência” (1978, p. 50). A diferença com a visão de Cardoso é que, para este último, as relações entre as classes se desenvolvem dentro de um “marco estrutural” determinado, e a idéia de estrutura implica hierarquia, isto é, dominação/dependência (ver a seção 1.1).

Para Cardoso, isso constitui uma distorção do sentido original das análises de dependência. Há, de um lado, um equívoco *metodológico*, que se traduz na substituição de uma análise do processo histórico de luta de classes em torno da imposição de determinados interesses ao conjunto da sociedade por uma formalização da história, ao reduzir-se “a ambigüidade, as contradições e as rupturas mais ou menos abruptas do real a ‘dimensões operacionalizáveis’ que, por definição, são unívocas, mas estáticas” (*ibid.*).⁷ De outro lado, essas tentativas de formalização distorcem a contribuição *substantiva* das análises de dependência, ao esvaziarem-nas de sua perspectiva crítica, isto é, da preocupação com as condições e os agentes da transição de uma situação de dependência a outra ou, eventualmente, da eliminação da própria relação de dependência.

Se não são uma “teoria” em nenhum dos dois sentidos acima, o que são as análises de dependência para Cardoso? No melhor dos casos, elas constituiriam uma etapa *prévia* à elaboração do que poderia vir a ser uma teoria do desenvolvimento capitalista na periferia.⁸ Ora, enquanto análises de situações concretas, elas não nos autorizam a afirmar de antemão que a dependência é expressão de tendências gerais dos países considerados, tudo dependendo, como foi dito, das condições políticas existentes em cada caso. Para evitar mal-entendidos de todo tipo, Cardoso prefere termos como “análises de dependência” ou “estudos sobre dependência”.⁹

Quanto a Ruy Mauro Marini, a exposição de suas teses deixou claro que o mesmo não faz quaisquer reservas à utilização do termo “teoria da dependência”. Ao contrário, seu esforço teórico está voltado, em grande parte, para a definição dos fundamentos do que seria uma “teoria marxista da dependência”. Caberia, de qualquer forma, precisar dois pontos: (i) a teoria da dependência possui um caráter de *complementaridade* face à teoria marxista do capitalismo, posto que esta trata das leis gerais de movimento do capital, ao passo que aquela, como vimos, busca definir as leis específicas do “capitalismo dependente”; (ii) a teoria da dependência é entendida como

⁷ Em outro lugar, afirma: “Sei que alguns estudiosos mais jovens estão tentando transformar a teoria da dependência num modelo lógico-dedutivo para gerar hipóteses específicas para teste. Mas este não é o procedimento a que me refiro quando insisto na necessidade de ligar teorias com fatos, porque por trás do meu pensamento está a sombra de Marx. Ou melhor, a força de Marx: a ligação entre eles é através da prática” (Cardoso, comunicação pessoal a J. A. Kahl, in Kahl, 1976, p. 188).

⁸ Essa é a leitura sugerida por Palma (cf. 1981, p. 50).

⁹ Da mesma maneira que a representação do objeto desses “estudos” ou “análises” é descrita mediante o conceito de “situações de dependência”, em vez de “capitalismo dependente”.

uma *teoria geral*, no sentido de que as leis de movimento que define têm vigência no conjunto das formações sociais periféricas, embora sua incidência se dê sob diferentes formas. Nas palavras de Marini: "...as tendências assinaladas em meu ensaio¹⁰ incidem de forma diversa nos diferentes países latino-americanos, segundo a especificidade de sua formação social" (1973, p. 82). Nesse caso, a teoria da dependência serviria de guia para orientar o estudo de formações sociais concretas (*ibid.*, pp. 76-7).

A indefinição dos dependentistas quanto ao estatuto teórico da noção de dependência tem levado alguns analistas à conclusão de que o termo "teoria" é, em definitivo, inadequado para descrever os trabalhos que utilizaram a referida noção. Estão nesse caso desde os autores que a consideram como uma simples "perspectiva" ou um "quadro de referência" (Kahl, 1976, p. 176) até os que a vêem meramente como uma "categoria descritiva" (Benakouche, 1980, p. 185). Está claro que a expressão "*teorias da dependência*" também não resolveria o problema, inclusive porque, como foi visto, Cardoso prefere não tratar como tal o seu enfoque. Diante disso, alguns estudiosos optaram por referir-se muito genericamente a uma "escola da dependência".¹¹

Numa avaliação bastante preliminar do debate, poderíamos afirmar que os trabalhos sobre dependência deveriam ser considerados, no melhor dos casos, como elementos para a construção de uma teoria do capitalismo dependente. A legitimidade do empreendimento, entretanto, continuaria sendo posta em questão por aqueles que, como Cardoso, se recusam a admitir a existência de um "capitalismo dependente". Restaria perguntar, nesse caso, se existiria um campo teórico no qual situar uma teoria da dependência, obviamente subordinada à teoria marxista do capitalismo, na linha sugerida por Cardoso. Uma resposta afirmativa colocaria, de imediato, a questão de qual seria esse campo.

Duas alternativas poderiam ser consideradas. Uma é a sugerida por Cardoso, segundo o qual o objeto dessa teoria seria constituído pelas formas de articulação entre os países dependentes e os países imperialistas, notando-se que a rubrica "países dependentes" compreende "classes, Estados e economias" (Cardoso, 1972b, p. 102). A

¹⁰ Refere-se a *Dialética da dependência*.

¹¹ Neste caso, temos Palma (1981); Blomström e Hettne (1984). O último trabalho aduz uma razão para recusar-se o uso da expressão "teoria": o fato de que "diferentes teóricos da dependência receberam seus impulsos teóricos de diversas fontes" (p. 94n). Deixamos de discutir se a teoria da dependência representou um novo *paradigma* do desenvolvimento periférico. Com raras exceções, os estudiosos do tema pensam que não. Ver Hunt (1989).

outra alternativa seria definir como objeto simplesmente o marco externo em que se processa o desenvolvimento capitalista nas formações sociais periféricas. Mas isto coloca um problema significativo: uma teoria da dependência assim concebida não estaria se sobrepondo à teoria do imperialismo? É o caso de examinarmos como os autores aqui tratados conceberam a relação entre essas teorias.

Em Cardoso, a elaboração do conceito de dependência visou, em certa medida, a contrapor-se à forma simplificadora como o conceito de imperialismo vinha sendo utilizado em trabalhos sobre o processo de desenvolvimento latino-americano, isto é, enfocando unilateralmente os condicionantes externos.¹² Isto posto, a visão de Cardoso sobre a relação entre as duas teorias envolve os dois aspectos seguintes:

a) historicamente, as situações de dependência estão associadas à expansão imperialista; por essa razão, “não existe uma teoria da dependência independentemente da teoria do imperialismo” (1971e, p. 133);

b) a teoria da dependência constitui não uma alternativa, mas um *complemento* à teoria do imperialismo (1972b, p. 102). Trata-se de teorias situadas em níveis de abstração distintos, a teoria da dependência correspondendo a um nível mais concreto:

“Entretanto, a ‘expressão concreta’ que o modo capitalista de produção vai encontrar nas áreas dependentes não é ‘automática’: dependerá dos interesses locais, das classes, do Estado, dos recursos naturais etc. e *da forma como eles se foram constituindo e articulando historicamente...*” (1971e, p. 126).

O conceito de dependência busca, então, dar conta das “contradições particulares” que movem as sociedades periféricas “em sua relação com as contradições gerais (isto é, com as que derivam da expansão do modo de produção capitalista internacional) numa combinação determinada, concreta” (*ibid.*, p. 129).¹³ Nesse sentido, a teoria da dependência, para Cardoso, ocupa um espaço legítimo no estudo das formações sociais periféricas, porquanto a teoria do imperialismo não trata da

¹² Cf. a declaração de Cardoso na já citada entrevista a J. A. Kahl (Kahl, 1976, p. 177).

¹³ “Não nos interessava apenas descrever abstratamente as consequências da acumulação de capital e de sua expansão à escala mundial, mas também colocar questões a partir do ponto de vista historicamente dado às sociedades dependentes: quais são as forças que se movem nelas e com que objetivos?” (Cardoso, 1976, p. 131).

articulação concreta entre a dominação externa e os interesses de classe internos a essas formações sociais em cada momento histórico considerado.¹⁴

Na qualidade de complemento à teoria do imperialismo, a teoria da dependência requer, de um lado, que se atualize continuamente a caracterização da etapa do imperialismo; de outro,

“que se delineie no campo teórico a análise das situações específicas que decorrem da existência da dominação econômica imperialista e da existência de Estados nacionais que, de uma ou outra forma, expressam e respondem aos interesses e às relações de classe locais...” (1972b, p. 102).

A visão de Marini (como, de resto, dos outros dependentistas) não difere essencialmente da de Cardoso. Embora não abordando diretamente a questão (limita-se a afirmar que a teoria marxista do imperialismo provê a “visão de mundo” que orienta a teoria da dependência), deduz-se facilmente de seus textos a reivindicação de legitimidade do campo teórico dos dependentistas. A diferença reside em que a idéia de insuficiência da teoria do imperialismo parece ser aqui muito mais marcada. Isso se deduz da preocupação de Marini em tratar teoricamente os *efeitos* da integração imperialista dos países latino-americanos sobre as características do seu desenvolvimento capitalista.

Vale lembrar que, do ponto de vista da periodização histórica, tanto Marini quanto Cardoso fazem questão de relacionar o fenômeno da dependência à expansão imperialista. Ou seja, o conceito de dependência se aplicaria a uma fase específica do desenvolvimento latino-americano.¹⁵ Desse modo, não teria fundamento a crítica de que a teoria da dependência é uma teoria “superinclusiva”, isto é, referida “a toda a história passada da América Latina”, ao passo que “a teoria leninista [do imperialismo] é mais restritiva e se refere ao período que se inicia com o último quartel do século XIX” (Weffort, 1971, p. 23).¹⁶

Os resultados da discussão precedente podem ser sintetizados como se segue:

¹⁴ A insuficiência da teoria do imperialismo de Lênin ficaria evidente, segundo Cardoso, no fato de ela não dar conta da nova situação de dependência em que se configura o “desenvolvimento dependente-associado” (cf. Cardoso, 1971e, pp. 137-8).

¹⁵ Ver Marini (1973), p. 18; Cardoso (1971e), pp. 135s.

¹⁶ Cardoso observa que “em alguns textos de autores que trataram do tema existe essa referência abrangente e a-histórica ao conceito de dependência” (1971e, p. 135). Por sua vez, Marini cita explicitamente Frank como um autor que teria incorrido no erro de equiparar situação colonial com situação de dependência (cf. Marini, 1973, p. 19).

a) a expressão “teoria” para qualificar os trabalhos sobre dependência é aceita por Marini e, com restrições, por Cardoso;

b) em ambos os autores, a autonomia da teoria da dependência *vis-à-vis* a teoria do imperialismo decorre do fato de que elas possuem objetos claramente diferenciáveis;

c) a teoria da dependência se ocupa de uma fase específica da evolução histórica das formações sociais periféricas.

Nosso próximo passo consiste em avaliar o alcance da teoria da dependência assim concebida, do ponto de vista de sua interpretação do desenvolvimento latino-americano enquanto processo de desenvolvimento capitalista.

3.2 Elementos para uma reavaliação da teoria da dependência enquanto interpretação do desenvolvimento capitalista na periferia

A exposição das versões de Marini e Cardoso deixou claro que o tempo todo sua preocupação gira em torno da relação dependência-desenvolvimento capitalista. Pensamos, porém, que a forma como ambos os autores abordam o desenvolvimento capitalista na América Latina é bastante insatisfatória. Com efeito, a impressão que fica de sua leitura é que o desenvolvimento capitalista quase chega a constituir um postulado em suas análises, ficando em segundo plano diante da questão da dependência. O reexame deste tema é, assim, fundamental para que se possa situar adequadamente o fenômeno da dependência em investigações acerca do desenvolvimento capitalista em formações sociais periféricas.

Os limites da teoria da dependência

Em geral, os autores vinculados à escola da dependência consideram o processo de desenvolvimento que tem lugar na América Latina entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX como um processo de desenvolvimento capitalista. Vejamos algumas referências a respeito, restringindo-nos aos autores tratados no presente trabalho:

“A crítica [às teorias convencionais do desenvolvimento] se faz mostrando-se que o desenvolvimento que ocorre é *capitalista*...” (Cardoso, 1971e, p. 124).

“...ressaltamos a especificidade da instauração de um modo capitalista de produção em formações sociais que encontram na dependência seu traço histórico peculiar” (Cardoso e Faletto, 1969, p. 139).

“Isto [a conformação de um capitalismo *sui generis*] é verdade sobretudo quando nos referimos ao moderno capitalismo industrial latino-americano, tal como se conformou nas duas últimas décadas” (Marini, 1973, p. 14).

“Não é, no entanto, nosso propósito estudar aqui as formas econômicas particulares que existiam na América Latina antes que esta ingressasse efetivamente na etapa capitalista de produção...” (*ibid.*, p. 47).

Quando os teóricos da dependência se referem a “capitalismo” ou “desenvolvimento capitalista”, o que querem afirmar exatamente? Como sabemos, uma das poucas concordâncias entre os dependentistas é a consideração do subdesenvolvimento latino-americano como um produto da expansão capitalista no século XVI. Para alguns deles, a inserção nesse processo é suficiente para explicar a natureza capitalista da América Latina. Para outros (caso dos autores aqui considerados), a presença de relações capitalistas de produção é uma questão distinta, que tem lugar em um momento histórico posterior. Em nenhum caso, porém, o centro da discussão é a instauração e o desenvolvimento de tais relações, que terminam ou deixadas na sombra ou inteiramente subordinadas às relações de dependência.

Portanto, a tarefa que está posta consiste em reavaliar a interpretação de nossos autores no tocante à questão da formação e desenvolvimento do modo de produção capitalista na América Latina. Dois esclarecimentos são necessários aqui: (i) utilizamos o conceito de modo de produção no sentido da totalidade das relações de produção que formam a “estrutura econômica da sociedade” e que correspondem a determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas (Marx, 1859); (ii) consideramos que o estudo do desenvolvimento capitalista na América Latina sob a ótica acima indicada pressupõe que se investigue, além da gênese das relações capitalistas, a forma em que aí se manifestam as contradições constitutivas do MPC, posto que é isso que define a especificidade daquele processo.

Para enfatizar o óbvio, deve-se observar que a crítica da teoria da dependência que se pretende esboçar aqui se limita estritamente ao problema acima definido. Portanto, ela não exclui o mérito que essa teoria possa ter em outros aspectos.

Cardoso

Entre os dependentistas, Cardoso é o autor que mais se esforça por circunscrever o escopo das análises de dependência. Apesar disso, sua interpretação do desenvolvimento capitalista em condições de dependência – sobretudo de suas possibilidades – é problemática, ressentindo-se de uma análise do modo de produção.

Não basta dizer que se trata de uma questão de perspectiva – por exemplo, que a análise do desenvolvimento latino-americano pretende enfatizar “a natureza social e política desse processo” (Cardoso e Faletto, 1969, p. 7), sem um exame da relação contraditória entre estas últimas dimensões e a estrutura econômica, que terminam colocadas numa relação de simples justaposição. O que desejamos sustentar é que, se a análise de Cardoso contivesse em seu âmago o desenvolvimento do modo de produção capitalista nos países latino-americanos, é bastante provável que sua visão acerca das condições e possibilidades do desenvolvimento nesses países tivesse sido mais matizada. Não, é certo, em termos de bloqueio desse processo, e sim, da acentuação do seu caráter contraditório.

Como vimos, os temas recorrentes em Cardoso são a mudança nas formas de dependência e as implicações disso para o desenvolvimento capitalista nos países latino-americanos. Por sua vez, as diferentes formas de dependência são explicadas a partir da dinâmica política prevalecente nesses países. Ora, sem a análise das relações de produção aí prevalecentes, não é possível compreender as formas históricas de dependência; *muito menos, afirmar a natureza capitalista do desenvolvimento latino-americano.*

Que indicadores Cardoso utiliza para asseverar que na América Latina ocorre desenvolvimento capitalista? Vejamos: “A composição das forças produtivas, a alocação dos fatores de produção, a distribuição da mão-de-obra, as relações de classe, estão se modificando no sentido de responder mais adequadamente a uma estrutura capitalista de produção” (1972b, p. 106).

Como se pode constatar, o único fator que se aproxima do conceito de relações sociais de produção são as “relações de classe”. Mas sabemos já que, com essa expressão, Cardoso não se refere necessariamente às relações contraditórias que se desenvolvem no âmbito da produção (ver a seção 1.2).¹⁷ Essa, a razão básica pela qual é

¹⁷ Cardoso se limita a uma referência muito geral ao papel que exerce a expansão capitalista em nível global na disseminação das relações capitalistas de produção: “...é no movimento de

difícil afirmar que o desenvolvimento do MPC constitua, de fato, o objeto de suas análises.

Pelo anterior, a avaliação feita por Cardoso de Mello acerca do ensaio de Cardoso e Faletto é correta apenas em parte. Se está certo ao reconhecer que “*Dependência e desenvolvimento* representa uma tentativa de constituir uma nova problemática, a problemática da ‘instauração de um modo de produção capitalista em formações sociais que encontram na dependência seu traço histórico peculiar’” (1982, p. 26), Cardoso de Mello exagera quando lê isto como significando “*a problemática da formação e do desenvolvimento do modo de produção capitalista na América Latina*” (*ibid.*). Como intenção, isso pode ser razoável. Basta, porém, uma leitura superficial do ensaio de Cardoso e Faletto para constatar que não se encontra nele quase nada nessa direção. Não é por acaso que o próprio Cardoso de Mello afirma logo adiante:

“É de se admitir, no entanto, que a tentativa não pôde se completar porque para isto seria indispensável fazer a crítica da Economia Política da CEPAL pelas raízes (...) Teria sido preciso, enfim, que não se localizasse o equívoco do pensamento da CEPAL na abstração dos condicionantes sociais e políticos, internos e externos, do processo econômico, mas que se pensasse, até as últimas consequências, a História latino-americana *como formação e desenvolvimento de um certo capitalismo*” (pp. 26-7 – grifo nosso).

A falha teria residido essencialmente na reprodução, por parte de Cardoso e Faletto, dos critérios cepalinos de periodização histórica e das explicações da passagem de um período a outro (*ibid.*, p. 26). Há um quase consenso entre os analistas de que, ao fazê-lo, *Dependência e desenvolvimento* comprometeu a intenção dos autores de proceder à superação dialética da interpretação cepalina. Cardoso de Mello observa que, com efeito, “a perspectiva integradora perdeu-se, em boa parte, dando a impressão de que se passou, apenas, à introdução das classes sociais no corpo teórico cepalino” (*ibid.*, p. 27).¹⁸

expansão do capitalismo, e conseqüentemente através de relações sociais de produção que envolvem exploração e dominação, que se registra *como-especificidade* a dependência” (1979, p. 197).

¹⁸ Ver, no mesmo sentido, Mathias (1983), p. 162. Sobre as lacunas na análise histórica do ensaio de Cardoso e Faletto, cf. Cueva (1976) e o cap. II de Bambirra (1974).

Marini

A dependência aparece em Marini como fator determinante do desenvolvimento capitalista na América Latina.¹⁹ Mais precisamente, *é com base na relação de dependência que se explicam a constituição e a forma das relações de produção capitalistas* na região. Esse parece ser o sentido de sua afirmação segundo a qual as relações de produção aí existentes são “modificadas ou recriadas” no marco da relação de dependência (1973, p. 18). A delimitação temporal por ele efetuada só corrobora essa leitura, uma vez que é justamente em meados do século XIX que as relações capitalistas de produção se tornam dominantes nos países considerados.

No que toca ao processo de *constituição* dessas relações, nosso autor afirma: “Desenvolvendo sua economia mercantil em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado, e que determinavam seu caráter e sua expansão” (*ibid.*, p. 49). A implantação dessas relações, porém, se dá de forma gradativa, ocorrendo “inicialmente nos pontos de conexão imediata com o mercado mundial; só progressivamente, e ainda hoje de maneira desigual, o modo de produção capitalista irá subordinando o conjunto da economia” (*ibid.*, p. 49n).²⁰

Quanto à importância da dependência na determinação da *forma* que assumem as relações capitalistas de produção nos países latino-americanos, é suficiente notar que toda a análise deste autor acerca da superexploração do trabalho pretende ser justamente uma ilustração disso. O vínculo entre os dois fenômenos (dependência e superexploração) é constituído pelo conceito de transferência de mais-valia das economias dependentes para as centrais.

Como se vê, estamos diante de uma situação claramente distinta da colocada por Cardoso. Aqui, o problema não é a ausência das relações de produção.²¹ Aliás, o mérito

¹⁹ “É a partir deste momento [depois de 1840] que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem numa estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que *determinará o curso do desenvolvimento ulterior da região*” (Marini, 1973, p. 18 – grifo nosso).

²⁰ Neste particular, Marini revela um certo cuidado, evitando tratar as relações sociais de produção de forma a-histórica. Assim, referindo-se à economia exportadora, adverte: “...o emprego de categorias que se referem à apropriação do trabalho excedente no marco de relações capitalistas de produção não implica o pressuposto de que a economia exportadora latino-americana se dá sobre a base da produção capitalista” (1973, p. 39).

²¹ Em que pese a observação de Castañeda e Hett de que não se encontra em Marini o *conceito marxista* de relações sociais de produção (1978, p. 74n).

da análise de Marini decorre de sua preocupação em procurar ligar a discussão da dependência à questão das relações capitalistas de produção. Sem dúvida, essa forma de equacionamento do típico problema dos dependentistas (a relação externo/interno) é muito mais interessante do que a adotada por Cardoso (determinação das formas de dependência pela dinâmica política interna).

O problema com Marini é a subordinação absoluta das relações sociais de produção ao fator dependência. Em sua interpretação, não se dá a devida ênfase à relação dialética existente entre esses dois aspectos, *como seria de se esperar de uma análise efetivamente centrada no desenvolvimento do modo de produção capitalista*. Se, como ressalta o autor, a inserção subordinada da América Latina está na origem da instauração das relações de produção capitalistas e, além disso, afeta a forma que estas assumem, tais relações, ao se consolidarem, influenciam decisivamente na forma da dependência e nas possibilidades de sua superação. É este último aspecto que Marini não considera. A dependência assume o lugar de um princípio explicativo geral. Todas as peças do quebra-cabeças se encaixam a partir dela. Isso é válido sobretudo para a tese da superexploração do trabalho, nítida demonstração, segundo ele, da forma como a inserção subordinada dos países latino-americanos afetaria suas relações de produção.

Então, não é que o desenvolvimento do MPC não seja objeto das preocupações de nosso autor. Mas é o MPC considerado de uma perspectiva imediatamente *global* – o que, na prática, significa colocar o problema a partir das economias dominantes. Assim, o estudo das relações de produção prevaletentes nas economias dependentes se torna um aspecto subordinado no contexto de sua preocupação mais geral com a dependência, de modo que o exame da dinâmica da acumulação e reprodução do capital nessas economias perde importância relativa.

Aportes da teoria da dependência à constituição de uma interpretação centrada no desenvolvimento do modo de produção capitalista

O reexame crítico das contribuições de Marini e Cardoso nos permite concluir que a teoria da dependência é claramente insuficiente enquanto interpretação do desenvolvimento capitalista na periferia. Embora tenha exercido um papel fundamental

na crítica às teorias convencionais do desenvolvimento, ela restou a meio caminho em sua tentativa de superação das mesmas.²²

Deve-se admitir, de qualquer modo, que a teoria da dependência deu alguns passos importantes na direção de uma reinterpretação do desenvolvimento capitalista em países de industrialização tardia.²³ Isso significa que os desenvolvimentos posteriores nesse campo não poderiam ser levados a cabo sem considerar certas contribuições da teoria da dependência. Em outras palavras, tais contribuições deveriam ser incorporadas em eventuais tentativas de superação dialética dessa teoria. É para o exame dessas contribuições que nos voltamos agora, com ênfase nos trabalhos de Cardoso e Marini. Três aspectos em especial devem ser destacados.

1. *A reorientação do debate sobre desenvolvimento.* Um dos principais avanços obtidos pela teoria da dependência consistiu em mudar os termos do debate sobre desenvolvimento. Enquanto a tradição da *development economics* insistia em tratar do desenvolvimento econômico *in abstracto*, Cardoso e Faletto propõem a reinterpretação do processo histórico latino-americano como um processo de desenvolvimento capitalista, enquanto Marini se dedica à explicitação das tendências desse processo. Por suposto, a referida mudança de perspectiva não se deveu exclusivamente à teoria da dependência, constituindo uma preocupação mais geral do pensamento crítico latino-americano. Mas é com essa teoria que ela obtém visibilidade, na medida em que o enfoque da dependência se afirma na esteira da crise do pensamento cepalino, que se mantivera extremamente ambíguo nessa questão.

Já ressaltamos a insuficiência que caracteriza o tratamento dado ao conceito de desenvolvimento capitalista nos textos de dois dos principais teóricos da dependência. Isso, entretanto, não deve obscurecer as possibilidades que a nova perspectiva abriu para os estudos sobre desenvolvimento.²⁴

²² Particularmente nos autores que, da existência de dois tipos de capitalismo, implicitamente tomam o modelo vigente nos países dominantes como o "normal".

²³ Nesse ponto, Mantega está inteiramente certo: "...a teoria da dependência representou um inegável avanço em direção a uma teoria do desenvolvimento de países capitalistas retardatários. (...) a teoria da dependência (...) deu uma contribuição decisiva para a construção de uma teoria do desenvolvimento da periferia capitalista" (1997, pp. 137-8). Não se deve esquecer, porém, que seu critério para definição dos autores dependentistas é bem mais restrito que o adotado neste trabalho.

²⁴ O ensaio de Cardoso de Mello é um bom exemplo. Atribuindo a Cardoso e Faletto a idéia de que "a dinâmica social latino-americana é determinada, em primeira instância, por 'fatores internos', e, em última instância, por 'fatores externos'" (1982, p. 26), aquele autor propõe uma

2. *A colocação em novas bases da questão da especificidade do desenvolvimento capitalista na América Latina.* No lugar da ênfase cepalina no caráter desigual da difusão do progresso técnico, os dependentistas colocam, à raiz da especificidade daquele desenvolvimento, a própria expansão capitalista em escala mundial. Com esta, se teria conformado um sistema único dentro do qual as economias nacionais passaram a ocupar posições distintas (cf. Cardoso e Faletto, 1969, pp. 25-26). Assim, a diferença do desenvolvimento capitalista na América Latina *vis-à-vis* o desenvolvimento capitalista “clássico” é atribuída essencialmente à posição dependente em que a região foi historicamente colocada. A crítica dos dependentistas à transposição de modelos está ligada basicamente a esse fato.

A importância da questão da especificidade não provém, entretanto, do encaminhamento que lhe deu a maioria dos teóricos da dependência (de certa forma, mantendo a ênfase cepalina no aspecto tecnológico, apenas sob nova roupagem). Reside, antes, num aspecto que foi ressaltado principalmente por Marini. Concebendo a expansão capitalista enquanto difusão, para a periferia, das relações de produção capitalistas, Marini volta a atenção para a *forma específica* que assumem tais relações na América Latina. Dessa maneira, conseguiu afastar-se de uma leitura baseada principalmente em considerações técnico-materiais, ainda em voga nos círculos estruturalistas.

3. *A ênfase na impossibilidade de se investigar o desenvolvimento capitalista na periferia à parte do sistema capitalista mundial.* A idéia de que o processo de desenvolvimento de determinada economia periférica não poderia ser estudado isoladamente já havia sido enfatizada pela CEPAL,²⁵ constituindo um efetivo divisor de águas em relação às representações convencionais do desenvolvimento. Os dependentistas incorporam a construção cepalina do “sistema centro-periferia” em sua interpretação, redefinindo-a em termos da constituição de um sistema capitalista único. Ao fazê-lo, trazem para o centro da discussão a idéia de que o desenvolvimento capitalista na periferia implica necessariamente contradições interestatais.

reinterpretação do desenvolvimento capitalista no Brasil em que a dinâmica interna ocupa um lugar primordial.

²⁵ Ver Rodrigues (1980), p. 37.

É desnecessário ressaltar a importância da introdução da economia mundial como referência necessária para a interpretação do desenvolvimento capitalista. Conforme notou Mathias,

“a insistência [da teoria da dependência] na unidade orgânica da economia mundial constitui um inegável progresso com relação à ótica neoclássica, que vê um agregado de nações justapostas umas às outras, na medida em que se reconhece explicitamente a existência de uma realidade mundial específica, não redutível às simples relações externas entre diferentes economias nacionais” (1983, p. 153).

Ressalte-se, em todo caso, que a noção da economia mundial capitalista como unidade contraditória que tem como pólo dominante a *produção* está longe de ser clara nos textos dos autores dependentistas, que em geral enfatizam as relações de circulação. Quanto às insuficiências da teoria da dependência no tratamento das contradições entre economias nacionais (notadamente a forma de articulá-las com as contradições de classe), já tivemos oportunidade de examiná-las, sendo desnecessário repisá-lo aqui.²⁶ Nada disso deve obscurecer a importância que teve essa corrente ao chamar a atenção, como lembra Hunt, “para um grande número de fatores que podem constranger o grau de autonomia enfrentado pelos países menos desenvolvidos na escolha da estratégia de desenvolvimento” (1989, p. 69).²⁷

As deficiências que a teoria da dependência apresenta nos três aspectos que identificamos como os mais representativos de sua contribuição para uma teoria do desenvolvimento capitalista nas formações sociais periféricas não devem ser subestimadas. Seu mérito reside menos na forma como abordou cada um desses aspectos do que na sua capacidade de tê-los incorporado em definitivo à discussão dos eixos metodológicos de uma teoria crítica do desenvolvimento.

²⁶ Lembraríamos, de qualquer modo, que a pior das soluções é aquela que simplesmente descarta o problema levantado pelos dependentistas. Esse é o equívoco de Weffort quando argumenta que “ao nível das relações de produção (...) não há qualquer razão para assumir a forma nacional como necessária...” (1971, p. 19).

²⁷ Uma implicação importante do que acaba de ser dito é que não se pode simplesmente *substituir* o enfoque da dependência por um enfoque centrado nos chamados “fatores internos”. Nesse sentido, deve-se notar que uma interpretação centrada no desenvolvimento do modo de produção capitalista, como a que estamos considerando aqui, não é exatamente a mesma coisa que propôs o enfoque endogenista. Adiante, trataremos deste enfoque.

O destino da herança teórica dos dependentistas

Conforme diversos autores têm registrado, as fragilidades de ordem teórico-metodológica da teoria da dependência, aliadas a mudanças no contexto econômico e político-ideológico, resultaram na perda de seu apelo junto ao pensamento crítico latino-americano – curiosamente, numa época em que as relações de dependência tendiam a se reforçar. A análise dos fatores que explicam esse declínio, que já se observa nos anos 70, escapa aos objetivos do presente trabalho.²⁸ Vamos nos restringir a examinar a forma como tem sido “consumida” (para usar a expressão de Cardoso) a herança teórica dos dependentistas.

Blomström e Hettne identificam quatro correntes alternativas à teoria da dependência:

- i) os fundamentalistas, que rejeitaram por completo o enfoque da dependência. Nesse grupo se incluem o marxismo clássico e o paradigma da modernização. Ambos se teriam revitalizado com o declínio da escola da dependência: o primeiro, com um reforço da tese do caráter historicamente progressista do capitalismo; o segundo, com a emergência do neoliberalismo;
- ii) as tradições teóricas que procuraram incorporar a problemática da dependência a seus próprios enfoques. É o caso do que os autores denominam de esforço de “marxificação” da dependência e do moderno enfoque estruturalista;
- iii) o enfoque marxista do modo de produção, desenvolvido por investigadores que defendem a relevância do aparato conceitual marxista, em particular o uso do conceito de modo de produção como elemento central na investigação do desenvolvimento;
- iv) as tentativas de elaboração da perspectiva da dependência, compreendendo os enfoques da internacionalização do capital (a industrialização da periferia resultaria da exportação de capital a partir do centro) e do sistema mundial (Blomström e Hettne, 1984, pp. 207s).

Para os fins da presente discussão, a terceira corrente é a que apresenta maior interesse. No que se segue, vamos examiná-la, procedendo, porém, a um pequeno ajuste no esquema dos autores, isto é, tomando-a como parte de um esforço de reinterpretação

²⁸ Ver, entre outros, Ouriques (1995), cap. I, item 3; Blomström e Hettne (1984), cap. IV.

do processo histórico de desenvolvimento da periferia centrado nas *condições internas do desenvolvimento capitalista*.

Em certo sentido, tal esforço corresponde à *elaboração* de uma perspectiva já presente nas análises de dependência, derivando, porém, da insatisfação com a representação que estas últimas propunham do desenvolvimento capitalista. Por isso, a categoria “modo de produção” passa a ocupar um lugar central nesta tentativa de reinterpretação, procurando-se investigar as condições históricas de formação e desenvolvimento do MPC na periferia, questão, como vimos, relegada a segundo plano na teoria da dependência.²⁹ Nesse contexto, há uma preocupação em qualificar as relações sociais de produção anteriores à plena constituição do MPC, assim como em investigar por que e como certas relações pré-capitalistas se reproduzem a partir do momento em que o MPC se torna dominante.³⁰

Como se observa, a ênfase deste enfoque é claramente endógena, em aberto contraste com a perspectiva da dependência. Conforme explica Marini:

“O endogenismo afirmava a necessidade de considerar o desenvolvimento do capitalismo latino-americano em si, pondo de lado – pelo menos num primeiro momento – a questão do imperialismo. (...) O imperialismo constituiria uma variável a ser introduzida *ex post*, uma vez entendida a peculiaridade da formação social estudada. Aí reside o principal ponto de ruptura com o enfoque da dependência, já que, para esta, a constituição da economia capitalista dependente é inseparável do processo mundial que engendra o imperialismo” (1992, p. 93).

Uma variante no interior da abordagem endogenista é constituída pela interpretação do “capitalismo tardio”. Diferencia-se do “enfoque do modo de produção” em dois aspectos: em termos da matriz teórica utilizada, que inclui, além de Marx, autores como Keynes, Kalecki e Schumpeter na recolocação da problemática estruturalista,³¹ e em termos do escopo de sua interpretação do desenvolvimento capitalista no Brasil, já que não se restringe ao exame das relações de produção – que constitui a ênfase do primeiro enfoque –, procurando compreender mais amplamente a dinâmica interna da acumulação de capital. Essa interpretação provê a base para a

²⁹ Sobre o enfoque do modo de produção, ver Love (1996), cap. 13; Blomström e Hettne (1984), cap. VIII; Marini (1992).

³⁰ A reprodução de relações “não-capitalistas” como elemento fundamental à reprodução das relações capitalistas é tida como uma das especificidades do desenvolvimento capitalista na periferia, em contraste com o modelo “clássico” (Oliveira, 1972, p. 44; cf. Love, 1996, p. 492).

³¹ Devido aos laços que este enfoque mantém com o pensamento estruturalista, Fiori (1999) refere-se a ele como uma “nova vertente estruturalista”. Marini (1992) o denomina de “neodesenvolvimentista”.

recolocação do projeto nacional de desenvolvimento, cujos eixos básicos seriam a inserção soberana na ordem internacional e algum tipo de incorporação social (cf. Fiori, 1999, p. 35; Marini, 1992, p. 97).

A partir dessa referência à abordagem endogenista, pode-se concluir que não ocorreu uma *superação* da teoria da dependência, na medida em que não se produziu propriamente uma nova síntese.³² Com efeito, a problemática levantada pelos dependentistas não foi devidamente considerada na nova abordagem. Por certo, a ênfase no caráter capitalista do processo de desenvolvimento latino-americano foi incorporada; porém a preocupação distintiva da escola da dependência, qual seja, a forma como os condicionantes externos desse processo se articulam com as condições internas, foi bastante relativizada.³³

As transformações na economia mundial nas últimas décadas têm levado alguns autores a ponderar que a questão da dependência, mais do que nunca, é decisiva para os rumos do desenvolvimento capitalista nos países latino-americanos. Nessa linha, Goldenstein (1994) denuncia o excessivo otimismo que marcou algumas análises desse processo. Para ela, a trajetória de crescimento relativamente bem-sucedida que se registrou entre a segunda metade dos anos 60 e o final dos anos 70 criou uma “ilusão de autonomia” e deixou na sombra a problemática da dependência. Referindo-se ao caso do Brasil, aponta aquilo que considera a razão dessa performance:

“...a viabilização do desenvolvimento, apesar da não-resolução de contradições internas, só ocorreu graças a uma dinâmica extremamente favorável do capitalismo internacional que permitia, via entrada de capital estrangeiro, amortecer os conflitos internos, os quais, sem ele, bloqueariam o processo de acumulação” (1994, p. 52).

O problema, segundo Goldenstein, está em supor que a “conexão externa” era estável e garantia o dinamismo. A experiência dos anos 80 mostrou que não era. As transformações recentes na economia mundial eliminam qualquer dúvida a respeito. Daí sua conclusão bastante sombria:

“O sonho acabou. A ilusão de que estávamos ‘colados’ ao sistema capitalista internacional – e que, portanto, mesmo aos ‘trancos e barrancos’, apesar das crises cíclicas inerentes ao capitalismo, dos problemas de distribuição de renda, das desigualdades regionais, a tendência era de crescimento e, conseqüentemente, de

³² A propósito, Ouriques registra que “as escolas de pensamento crítico da região [a América Latina] não são, em geral, *superadas*, mas simplesmente *abandonadas*” (1995, p. 47).

³³ Vejam-se os comentários de Goldenstein (1994) a propósito do trabalho de Cardoso de Mello.

diluição desses problemas – perdurou até meados dos anos 80, quando, após algumas tentativas fracassadas de estabilização, começou-se a ter consciência da envergadura das transformações mundiais e de seu impacto no Brasil” (*ibid.*, p. 54).

Por isso, seria imperioso resgatar o tema da dependência: “As ‘velhas’ discussões dos anos 50 sobre dependência, imperialismo, importância dos ‘fatores externos’, as possibilidades de autonomia do crescimento, que haviam sido desqualificadas, voltam à ordem do dia; são, mais do que nunca, pertinentes” (*ibid.*, p. 55).

Outro autor que defende a atualidade da problemática levantada pelos dependentistas é José Luís Fiori. Em trabalho intitulado “A globalização e a novíssima dependência”, afirma:

“...o debate sobre a *globalização* da economia capitalista (...), ao recolocar no primeiro plano das preocupações acadêmicas uma nova *economia política das relações internacionais*, trouxe também de volta, e com toda razão, a dimensão internacional do desenvolvimento e das crises capitalistas, e portanto, inevitavelmente, daquilo que foi a preocupação central dos dependentistas (...) hoje, ainda mais do que nos anos 60, os espaços econômicos nacionais encontram-se integrados e dependentes da dinâmica do capitalismo mundial ditada por seus principais centros de decisão micro e macroeconômicos” (Fiori, 1995, p. 219).

Deve-se notar, porém, que a ênfase desses autores no peso dos “condicionantes externos” não equivale a adotar o marco de referências estabelecido pela teoria da dependência. Lídia Goldenstein o diz explicitamente: “É fundamental retomar a discussão, porém, sem cair nos velhos esquemas que procuravam uma teoria mecânica formal da dependência” (1994, p. 51).³⁴

Outros autores, entretanto, a partir do pressuposto de que as questões colocadas pela teoria da dependência são, hoje, pelo menos tão relevantes quanto o foram na sua época de auge, defendem a sua vigência. Theotonio dos Santos menciona duas razões que comprovariam isso: (a) “a subsistência de um sistema econômico mundial caracterizado pela diferença entre países centrais ou dominantes e periféricos ou dependentes”; e (b) “a crise da dívida externa na década de 80 veio reforçar uma tese fundamental da teoria da dependência: os países centrais são captadores de excedente econômico dos países periféricos e dependentes...” (Santos, 1996, pp. 132-3).

³⁴ A posição de Fiori parece ser semelhante, não obstante sua afirmação, no trabalho citado, de que “tudo parece indicar que o núcleo duro e *metodológico* das preocupações dos dependentistas permanece vigente” (1995, p. 224).

Mas os autores que compartilham esta última perspectiva reconhecem a necessidade de atualização da teoria da dependência. É o que diz Marini quando reconhece que ela não constitui “resposta suficiente à atual problemática”, sendo apenas o “ponto de partida” de uma nova elaboração teórica (1992, pp. 101-2). A proposta de Marini, como vimos, vai na direção de uma *teoria marxista da dependência*. Um dos princípios que devem nortear sua elaboração é a eliminação de qualquer concessão ao ecletismo:

“...faz-se necessário assumi-la [a teoria da dependência] de modo criador, isto é, submetendo-a a uma revisão radical. É impensável que se possam conservar as concessões metodológicas ao funcionalismo, que viciam a obra de muitos de seus autores, assim como teses equivocadas ou importadas do arsenal desenvolvimentista (...) Há, pois, aderências funcional-desenvolvimentistas ao núcleo marxista da teoria da dependência que devem ser extirpadas, para que o pensamento crítico latino-americano possa servir-se dela como matéria-prima de uma nova elaboração teórica” (*ibid.*).

Não cabe discutir aqui a pertinência da proposta teórica de Marini.³⁵ Limitamo-nos a observar que, entre admitir a atualidade das questões levantadas pelos dependentistas³⁶ e reconhecer a possibilidade, no campo marxista, de uma “teoria da dependência”, há uma distância razoável.³⁷ O desafio consistiria, em última instância, em demonstrar que a dependência é sustentável enquanto objeto *teórico*.

³⁵ Um trabalho que se ocupa desse tema é Ouriques (1995), cuja posição é expressa nos seguintes termos: “De nossa parte, pensamos que pode e deve haver uma teoria marxista da dependência. A existência do capitalismo periférico dependente cujas leis são as gerais que apresenta o capitalismo como realidade histórica, porém que em nosso continente apresentam uma particular forma de funcionamento, é o que exige tal teorização” (p. 63). Teríamos, assim, “um novo objeto de estudo” (o capitalismo *sui generis*, na expressão de Marini) (*ibid.*). Ouriques aponta também as bases dessa nova elaboração: a superexploração do trabalho e a transferência de valor dos países dependentes para os centros (pp. 106-7).

³⁶ Ou, como o expressa Paiva, que a dependência constitui “uma das determinações fundamentais da nossa inserção na economia mundial e do nosso padrão de desenvolvimento capitalista” (1999, p. 20).

³⁷ A posição de Cueva se encaminha nessa direção: “Nossa conclusão é que não há espaço teórico dentro do qual situar uma ‘teoria da dependência’” (1976, p. 15). Ouriques considera que isso corresponde a uma “primeira posição” daquele autor, que teria sido revista posteriormente (cf. Ouriques, 1995, p. 63).

CONCLUSÃO

Procuramos deixar claro neste trabalho que os teóricos da dependência fizeram uma importante contribuição aos estudos sobre desenvolvimento, retirando-os do círculo de ferro do esquema evolucionista. Em suma, alegaram: o processo de desenvolvimento é distinto no caso dos nossos países; existem fatores que impedem que o modelo original se repita; entre esses fatores, o principal (no modo de ver dos dependentistas) é que existe uma *relação* entre os dois grupos de países em que se divide a economia mundial que afeta o desenvolvimento de um deles.

E, sobretudo, procuramos deixar claro que, para além do aspecto da crítica, os teóricos da dependência – Cardoso e Faletto, neste particular – fizeram um aporte fundamental do ponto de vista metodológico, ao acenarem que o desenvolvimento latino-americano deveria ser estudado como um processo de desenvolvimento capitalista. Com uma particularidade: a de tratar-se de um desenvolvimento capitalista *dependente*.

Os problemas começam precisamente no tratamento conferido a essa especificidade. Com efeito, os dependentistas não aprofundaram o estudo do desenvolvimento latino-americano enquanto desenvolvimento capitalista; privilegiaram, antes, o qualificativo (“dependente”). Em outros termos, não se detiveram em analisar – a partir da constatação de que existe algo de comum entre esse desenvolvimento e o que teve lugar nas economias centrais, a saber, o fato de serem, ambos, processos de desenvolvimento *capitalista* – a natureza capitalista desse processo, que funciona, antes, como um pressuposto em suas análises. Para isso, seria necessário examinar a constituição e o desenvolvimento das relações de produção capitalistas na América Latina; nesse contexto, mostrar como a dependência afetava essas relações e era, por sua vez, afetada por elas. Mais precisamente: não apenas como a inserção subordinada de nossas economias interferia na instauração das relações capitalistas e na forma específica que estas assumem, mas também como, uma vez estabelecidas, essas relações eram capazes de afetar a própria relação de dependência.

A opção metodológica dos dependentistas foi outra: colocaram o problema da inserção externa dos países periféricos no centro de sua investigação, em detrimento de aspectos-chave do desenvolvimento do modo de produção capitalista, sem o exame dos quais o entendimento da própria inserção externa fica comprometido. Em outras palavras, preocuparam-se principalmente com a determinação “externa” (por certo, não

negligenciável) do processo de desenvolvimento latino-americano. *Por essa razão, o alcance de sua interpretação desse processo como desenvolvimento capitalista é extremamente limitado.* Procuramos mostrar como essa deficiência aparece nas versões de Cardoso e Marini.

Cardoso, é certo, foi bastante cauteloso no tocante ao estatuto teórico da noção de dependência, recusando-se a adotar o conceito de “capitalismo dependente”: o campo de estudo das análises de dependência deveria ser o desenvolvimento capitalista dependente enquanto forma histórica de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Seu principal erro consistiu em, a pretexto de evitar o economicismo, deixar de lado a investigação do desenvolvimento do MPC nos países latino-americanos, concentrando-se nos determinantes políticos da “situação de dependência” – como se esta pudesse ser investigada à parte daquele. Embora afirme que sua versão se preocupa com o aspecto interno, na verdade a preocupação dela é com a manifestação “interna” da dependência – não com o interno em termos das relações de produção vigentes nos referidos países e dos determinantes da acumulação de capital.

Marini, por sua vez, adotou como objeto o “capitalismo dependente”, que possuiria leis de movimento próprias, cabendo aos investigadores da dependência especificá-las. Sua versão procura estabelecer a conexão não apenas entre a vinculação histórica das economias latino-americanas ao mercado mundial e a constituição das relações capitalistas de produção, mas também entre a existência de laços de dependência e a forma que assume a exploração capitalista naquelas economias. A fragilidade dela decorre do fato de ter subordinado a investigação do MPC nos países latino-americanos à relação de dependência. Assim procedendo, não enfatizou devidamente o desenvolvimento das contradições internas desse modo de produção, incluindo a forma como tal desenvolvimento incide sobre a relação de dependência em que esses países se encontram inseridos.

As diferenças entre as duas versões não são desprezíveis. Em termos substantivos, elas giram em torno de quatro aspectos principais: (i) Marini vê a dependência como uma condição geral dos países periféricos; Cardoso entende que isso deve ser estudado em cada caso de maneira concreta. (ii) Cardoso acena com a possibilidade de superação da dependência nos marcos do capitalismo; Marini nega tal possibilidade, a partir da consideração de que a dependência é uma condição necessária do capitalismo mundial. (iii) Marini tende a atribuir um grau de determinação muito grande ao fator dependência sobre o curso do desenvolvimento capitalista na periferia;

Cardoso argumenta que isso depende das condições concretas da luta de classes em cada país. (iv) Nenhum deles nega a viabilidade do desenvolvimento capitalista na periferia; Marini, de todo modo, ressalta mais as contradições desse desenvolvimento (devido ao peso que atribui à dependência), enquanto Cardoso tende a salientar o caráter virtuoso da inserção externa. Entretanto, tais diferenças não devem obscurecer o fato básico que é o tratamento insuficiente (ou inexistente, no caso de Cardoso) do desenvolvimento do MPC na América Latina, inclusive dos determinantes fundamentais da dinâmica capitalista nos países da região.

A partir da compreensão de que a teoria da dependência, em duas de suas versões mais relevantes, é falha em sua interpretação do desenvolvimento capitalista na América Latina, e reconhecendo, por outro lado, a existência de certas contribuições dos dependentistas passíveis de ser incorporadas à investigação desse processo, examinamos brevemente, na parte final do último capítulo, o tratamento que tem sido dado a essas contribuições. Observamos que a tendência geral tem sido a de adotar apenas a perspectiva metodológica insinuada nas análises de dependência (a ótica do desenvolvimento capitalista), relegando a segundo plano a problemática específica dos dependentistas. Desse modo, a forma de incorporar essa dimensão do desenvolvimento capitalista na periferia segue sendo uma questão relativamente em aberto, e seu exame ultrapassa os objetivos deste trabalho. Limitamo-nos a indicar alguns dos problemas não-resolvidos nesse contexto: (i) se existe espaço para a questão da dependência no contexto da investigação sobre o desenvolvimento capitalista em formações sociais periféricas; (ii) supondo que sim (posto que, no nível dos fenômenos, é possível constatar a presença de relações de dependência), como tratar esse fenômeno? Como expressão de um outro tipo de capitalismo ou como uma forma histórica do mesmo modo de produção?; (iii) que peso deve ser atribuído ao fenômeno da dependência? Ele constitui a determinação principal do desenvolvimento capitalista na periferia ou existiriam determinações mais importantes? Em consequência, a dependência deve-se tornar o princípio que organiza toda a investigação sobre o desenvolvimento capitalista na periferia ou deve ser circunscrita, isto é, enfocada como uma questão subordinada no conjunto dessa investigação?

Essas questões poderiam compor uma agenda de investigação, cuja importância não pode ser subestimada diante da tendência de aprofundamento da inserção de parte razoável das economias periféricas no processo de mundialização em curso. Sem que se disponha de um referencial preciso para o tratamento da referida inserção, não são

apenas as análises do desenvolvimento capitalista nessas economias que tendem a permanecer limitadas, mas também as condições de intervenção por parte daqueles que pretendem superar a ordem existente.

- ____ (1971c). "Alternativas políticas na América Latina". In: CARDOSO, F. H. (1972). *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 5.ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1993.
- ____ (1971d). "Industrialização, dependência e poder na América Latina". In: CARDOSO, F. H. (1972). *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 5.ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1993.
- ____ (1971e). "'Teoria da dependência' ou análises concretas de situações de dependência?" In: CARDOSO, F. H. (1972). *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 5.ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1993.
- ____ (1972a). "Imperialismo e dependência na América Latina". In: CARDOSO, F. H. (1972). *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 5.ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1993.
- ____ (1972b). "A dependência revisitada". In: CARDOSO, F. H. (1980). *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. 2.ed., Petrópolis, Vozes, 1995.
- ____ (1973a). "Classes sociais e história: considerações metodológicas". In: CARDOSO, F. H. (1975). *Autoritarismo e democratização*. 3.ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- ____ (1973b). "As contradições do desenvolvimento associado". In: CARDOSO, F. H. (1993). *A construção da democracia: estudos sobre política*. 3.ed., São Paulo, Siciliano, 1994.
- ____ (1976). "O consumo da teoria da dependência nos Estados Unidos". In: CARDOSO, F. H. (1980). *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. 2.ed., Petrópolis, Vozes, 1995.
- ____ (1977). "Originalidade da cópia: a CEPAL e a idéia de desenvolvimento". In: CARDOSO, F. H. (1980). *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. 2.ed., Petrópolis, Vozes, 1995.
- ____ (1979). "O desenvolvimento na berlinda". In: CARDOSO, F. H. (1980). *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. 2.ed., Petrópolis, Vozes, 1995.
- ____ (1995). "Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos". *Revista de economia política*, São Paulo, 15(4), out./dez.
- ____ e FALETTO, E. (1969). *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 7.ed., Rio de Janeiro, Guanabara, s/d.

- _____. (1978). "Repensando Dependência e desenvolvimento na América Latina". In: CARDOSO, F. H., SORJ, B. e FONT, M. (orgs.) (1985). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. (1982). *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 8.ed., São Paulo, Brasiliense, 1990.
- CASTAÑEDA, J. G. e HETT, E. (1978). *El economismo dependentista*. 5.ed., México, Siglo XXI, 1988.
- CHILCOTE, R. H. (1981). "Theories of development and underdevelopment". In: CHILCOTE, R. H. *Theories of comparative politics: the search for a paradigm*. Boulder, Colorado, Westview Press.
- _____. (1983). "Teorias reformistas e revolucionárias de desenvolvimento e subdesenvolvimento". *Revista de economia política*, São Paulo, 3(3), jul.-set.
- CUEVA, A. (1976). "A summary of 'Problems and perspectives of dependency theory'". *Latin American perspectives*, vol. III, n. 4.
- FALETTO, E. (1998). "Los años 60 y el tema de la dependencia". *Estudios avanzados*, São Paulo, 12(33).
- FIORI, J. L. (1984). "Para uma crítica da teoria latino-americana do Estado". In: FIORI, J. L. (1995). *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro, Insight.
- _____. (1995). "A globalização e a novíssima dependência". In: FIORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro, Insight.
- _____. (1996). "O capitalismo e suas vias de desenvolvimento". In: FIORI, J. L. (1997). *Os moedeiros falsos*. 2.ed., Petrópolis, Vozes.
- _____. (1999). "De volta à questão da riqueza de algumas nações". In: FIORI, J. L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 2.ed., Petrópolis, Vozes, 1999.
- FRANK, A. G. (1966). "El desarrollo del subdesarrollo". In: FRANK, A. G. (1969). *América Latina: subdesarrollo o revolución*. 3.ed., México, Era, 1980.
- GOLDENSTEIN, L. (1994). *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GURRIERI, A. (1982). "La economía política de Raúl Prebisch". In: *La obra de Prebisch en la CEPAL*. México, FCE, tomo I.

- HUNT, D. (1989). *Economic theories of development: an analysis of competing paradigms*. Londres, Harvester Wheatsheaf.
- KAHL, J. A. (1976). "Fernando Henrique Cardoso". In: KAHL, J. A. *Modernization, exploitation and dependency in Latin America*: Germani, González Casanova and Cardoso. New Brunswick, New Jersey, Transaction Books.
- LIPIETZ, A. (1985). *Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo*. São Paulo, Nobel, 1988.
- LOVE, J. L. (1996). *A construção do terceiro mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.
- LÖWY, M. (1999). "Marx e Weber, críticos do capitalismo". *Cultura Vozes*, n. 2, mar.-abr.
- MANTEGA, G. (1984). *A economia política brasileira*. São Paulo/Petrópolis, Polis/Vozes.
- ____ (1997). "O pensamento econômico brasileiro de 60 a 80: os anos rebeldes". In: LOUREIRO, M. R. (org.). *50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos*. Petrópolis, Vozes.
- MARINI, R. M. (1969). *Subdesarrollo y revolución*. 2.ed., México, Siglo XXI, 1970.
- ____ (1973). *Dialéctica de la dependencia*. México, Era.
- ____ (1976). "El desarrollo industrial dependiente y la crisis del sistema de dominación". In: MARINI, R. M. *El reformismo y la contrarrevolución* (estudios sobre Chile). México, Era. (Publicado originalmente em *Marxismo y revolución*, n. 1, jul.-set. 1973.)
- ____ (1977a). "La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo". *Cuadernos políticos*, México, n. 12, abr.-jun.
- ____ (1977b). "Estado y crisis en Brasil". *Cuadernos políticos*, México, n. 13, jul.-set.
- ____ (1978). "Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra)". *Revista mexicana de sociología*, vol. XL, nº extraordinário.
- ____ (1979a). "Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital". *Cuadernos políticos*, México, n. 20, abr.-jun.
- ____ (1979b). "El ciclo del capital en la economía dependiente". In: OSWALD, U. (coord.). *Mercado y dependencia*. México, Nueva Imagen.
- ____ (1992). *América Latina: dependência e integração*. São Paulo, Brasil Urgente.
- ____ (1997). "Proceso y tendencias de la globalización capitalista". *Praga, estudios marxistas*, n. 3, set.

- MARTINEZ GONZÁLES, G. (1999). "Algumas evidências da superexploração nos países subdesenvolvidos: a atualidade do pensamento de Marini". *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 4, jun.
- MARTINS, C. E. (1999). "Superexploração do trabalho e acumulação de capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência". *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 5, dez.
- ____ e VALENCIA, A. S. (1998). "A teoria da dependência e o pensamento econômico brasileiro – crítica a Bresser e Mantega". *Anais do III Encontro Nacional de Economia Política*.
- MARX, K. (1859). "Prefácio". In: MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- MATHIAS, G. (1983). "Das teorias do Estado e da nação à definição de uma problemática. O debate latino-americano como ilustração". In: MATHIAS, G. e SALAMA, P. *O Estado superdesenvolvido* (ensaios sobre a intervenção estatal e sobre as formas de dominação no capitalismo contemporâneo). São Paulo, Brasiliense.
- MYER, J. (1975). "A crown of thorns: Cardoso and counter-revolution". *Latin American perspectives*, vol. II, n. 1.
- OLIVEIRA, F. de (1972). *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 4.ed., Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1981.
- OURIQUES, N. D. (1995). *La teoría marxista de la dependencia: una historia crítica*. Tese de doutorado. Facultad de Economía, UNAM.
- PAIVA, C. A. N. (1999). "Fernando Henrique Cardoso, o antidependentista". *Anais do IV Encontro Nacional de Economia Política*.
- PALMA, G. (1981). "Dependencia y desarrollo: una visión crítica". In: SEERS, D. (comp.). *La teoría de la dependencia: una revaluación crítica*. México, FCE, 1987.
- RODRÍGUEZ, O. (1980). *Teoría do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1981.
- ROSTOW, W. W. (1959). *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista*. 6.ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- SANTOS, T. dos (1968). "A crise da teoria do desenvolvimento e as relações de dependência na América Latina". In: JAGUARIBE, H. et al. (1976). *A dependência político-econômica da América Latina*. São Paulo, Loyola.
- ____ (1991). *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis, Vozes.

- _____. (1996). "Os fundamentos teóricos do governo Fernando Henrique Cardoso". *Ciências e letras*, Porto Alegre, n. 17, ago.
- _____. (1998). "La teoría de la dependencia: un balance histórico y teórico". In: SEGRERA, F. L. (ed.). *Los retos de la globalización: ensayos en homenaje a Theotonio dos Santos*. Caracas, Unesco, tomo I.
- SERRA, J. (1979). "As desventuras do economicismo: três teses equivocadas sobre a conexão entre autoritarismo e desenvolvimento". In: COLLIER, D. (org.) (1982). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. e CARDOSO, F. H. (1980). "As desventuras da dialética da dependência". *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 23. (Publicado originalmente em *Revista mexicana de sociología*, vol. XL, nº extraordinário, 1978.)
- SINGER, P. (1979). "A reprodução da força de trabalho e desenvolvimento". In: PADIS, P. C. (org.). *América Latina: cinquenta anos de industrialização*. São Paulo, Hucitec.
- VALENCIA, A. S. e MARTINS, C. E. (1999). "Maquiando a teoria da dependência". *Praga, estudos marxistas*, n. 7, mar.
- WEFFORT, F. C. (1971). "Notas sobre a teoria da dependência: teoria de classe ou ideologia nacional?" *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 1.